



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

TÁSSYLA FERREIRA DA SILVA

**AS TESSITURAS DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL COUREIRO CALÇADISTA
DE CAMPINA GRANDE-PB NO ENREDO DAS TEORIAS DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

CAMPINA GRANDE – PB

2020

TÁSSYLA FERREIRA DA SILVA

**AS TESSITURAS DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL COUREIRO CALÇADISTA
DE CAMPINA GRANDE-PB NO ENREDO DAS TEORIAS DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obter o título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho.

CAMPINA GRANDE – PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586t Silva, Tássyla Ferreira da.
As tessituras do arranjo produtivo local coureiro calçadista de Campina Grande-PB no enredo das teorias do desenvolvimento local [manuscrito] / Tássyla Ferreira da Silva. - 2020.
194 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2021.
"Orientação : Profa. Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho, Departamento de Ciências Sociais - CEDUC."
1. Arranjo Produtivo Local. 2. Coureiro Calçadista. 3. Desenvolvimento Local - Campina Grande - PB. I. Título
21. ed. CDD 338.9

TÁSSYLA FERREIRA DA SILVA

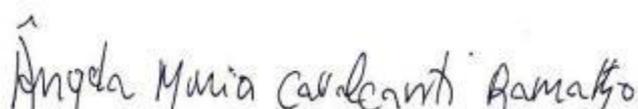
AS TESSITURAS DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL COUREIRO CALÇADISTA DE
CAMPINA GRANDE-PB NO ENREDO DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obter o título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: 17 de dezembro de 2020.

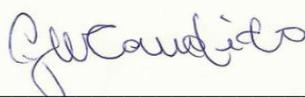
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa (Examinador Interno)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido (Examinador Externa)
Universidade Federal de Campina Grande – (UFCG)

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a DEUS e
a minha família.*

AGRADECIMENTOS

Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele seja a glória perpetuamente! Amém. (BIBLIA SAGRADA, Romanos 11:36). A esta etapa muito importante da minha vida agradeço primeiramente a Deus e glorifico o seu nome, pois sem Ele, eu nada seria.

Agradeço a minha família, a qual tem sido um verdadeiro suporte e encorajamento diante dos desafios. Agradeço especialmente aos meus queridos pais: minha mãe (Ana Lúcia Ferreira), que sempre me acolheu e apoiou, uma verdadeira amiga; a meu pai por sempre ter me direcionado e incentivado ao saber e ao meu amado irmão (Ralielisson Ferreira) por ter compartilhado os melhores momentos da minha vida. Obrigada por todo o seu amor e bondade.

Com grande carinho, agradeço ao meu esposo e companheiro de vida por toda compreensão e paciência.

Agradeço aos meus avós que contribuíram demasiadamente e de forma muito amorosa com minha educação. E, dedico essa conquista a minha avó Maria de Lurdes, que Deus a chamou, ainda durante o período da minha pesquisa. Uma perda irreparável. Mas Deus tem nos ajudado a suportar.

Agradeço as minhas amigas e professoras Thais Marculino e Thayse Andrezza por todo conhecimento compartilhado, no qual agregaram muito para minha pesquisa.

Agradeço às minhas amigas: Camila Chang, Camila Noronha, Mayara Silva, Milena Barros, Isabelle Monteiro e Jôingrid Silva.

Agradeço às contribuições, na minha banca de qualificação, dos professores: Leiliam Cruz Dantas e Cidoval Moraes de Sousa. Também agradeço a todo o corpo de docentes, discentes e servidores do Mestrado de Desenvolvimento Regional.

Agradeço a CAPES por ter financiado a minha pesquisa, contribuindo para a concretização do meu estudo.

Também, agradeço ao professor Gesinaldo Ataíde Cândido e mais uma vez ao professor Cidoval Moraes por comporem a minha banca de defesa da dissertação.

Também agradeço a todos os atores que colaboraram com a pesquisa, pois foi através da participação dessas pessoas que tentei ao máximo examinar um cenário real e sua contribuição.

Por fim, e bastante importante agradeço a minha orientadora Ângela Maria Cavalcanti Ramalho por ter incentivado minha pesquisa e por sua compreensão durante toda a fase de construção do estudo.

EPIGRAFE

[...] para ser consistente o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. (Buarque, 2002, p. 25-26).

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar as tessituras do Arranjo Produtivo Local Coureiro Calçadista e sua contribuição para o processo de desenvolvimento local do município de Campina Grande-PB. Para isto, lançou-se mão dos pressupostos que embasam a teoria do APL, teoria esta, que define os arranjos, como aglomerações de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localizam em um mesmo espaço geográfico. São ambientes favoráveis entre as empresas dos APLs que mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si, contando também com apoio das instituições locais. Logo, é mediante esse contexto e em função dos objetivos elencados, que a pesquisa adotada é do tipo exploratória-descritiva. Sendo utilizada a pesquisa bibliográfica, documental e de campo e para a coleta de dados: a observação direta não participante, a entrevista semiestruturada e aplicação de questionário. Deste modo, a pesquisa quanto ao seu caráter de abordagem analítica dos dados é qualitativa. Como considerações finais, observou-se que a existência do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB caracteriza-se de tamanha relevância para as (MPMEs) do município. Pois foi mediante as articulações por parte dos atores que integram o APL, principalmente os atores públicos, que as (MPMEs) passaram a obter maior competitividade. A configuração em APL também corroborou para uma maior inserção de métodos inovativos no processo produtivo, potencializando a produção e contribuindo para aumentar a promoção de emprego e renda no município. Portanto, de modo geral verifica-se que o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB tem atuado em parte, como um instrumento de indução para o desenvolvimento local. Todavia, embora tenha contribuído para a economia do município, isso não implica dizer que não existem gargalos e que o arranjo é perfeito. Muito pelo contrário, é necessário avançar em vários aspectos. Nesse sentido, a pesquisa revelou algumas fragilidades encontradas no arranjo, que impedem a sua expansão, destacando-se as quatro principais: a falta de apoio especialmente por parte do poder público, carecendo assim de maiores políticas públicas implementadas pelo o Estado e voltadas ao APL, a necessidade de se condensar e concentrar os serviços técnicos especializados e simultaneamente promover uma melhor capacitação para a mão de obra direcionada ao setor, dificuldade na compra da principal matéria-prima utilizada no processo, que vem de outros estados e isso encarece os custos e por fim e talvez mais importante a instância de maior cooperação entre os atores do cenário.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local. Coureiro Calçadista. Desenvolvimento Local. MPMEs. Campina Grande-PB.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the fabric of the Local Productive Arrangement Coureiro Calçadista and its contribution to the local development process of the municipality of Campina Grande-PB. For this, the assumptions underlying the APL theory were used, a theory that defines the arrangements, such as agglomerations of companies with the same productive specialization and which are located in the same geographical space. They are favorable environments among APL companies that maintain links of articulation, interaction, cooperation and learning with each other, also with the support of local institutions. Therefore, it is in this context and according to the objectives listed, that the research adopted is of the exploratory-descriptive type. Using bibliographic, documentary and field research and for data collection: direct non-participant observation, semi-structured interview and questionnaire application. Thus, the research regarding its character as an analytical approach to data is qualitative. As final considerations, it was observed that the existence of the APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB is characterized by such relevance for the (MPMEs) of the municipality. Because it was through the articulations on the part of the actors that integrate the APL, mainly the public actors, that the (MPMEs) started to obtain greater competitiveness. The configuration in APL also corroborated for a greater insertion of innovative methods in the production process, enhancing production and contributing to increase the promotion of employment and income in the municipality. Therefore, in general it appears that the APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB has acted in part, as an instrument of induction for local development. However, although it contributed to the municipality's economy, this does not imply that there are no bottlenecks and that the arrangement is perfect. On the contrary, it is necessary to move forward in several aspects. In this sense, the research revealed some weaknesses found in the arrangement, which prevent its expansion, highlighting the main four: the lack of support especially by the government, thus lacking greater public policies implemented by the State and aimed at the APL, the need to condense and concentrate specialized technical services and simultaneously promote better training for the workforce directed to the sector, difficulty in purchasing the main raw material used in the process, which comes from other states and this increases the costs and finally, and perhaps more importantly, the instance of greater cooperation between the actors in the scenario.

Keywords: Local Productive Arrangement. Leather Footwear. Local Development. MSMEs. Campina Grande-PB.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização do Município de Campina Grande-PB.....	72
FIGURA 2 – Mapa de APLs do Brasil.....	75
FIGURA 3 – Demonstração Anual do Comércio, Consumo e Produção Mundial de Calçados	80
FIGURA 4 – Produção Anual em (Milhões de pares) e suas Respectivas Taxas de Variação	81
FIGURA 5 – Consumo Anual em (Milhões de pares) e suas Respectivas Taxas de Variação	82
FIGURA 6 – Exportações Anuais de Calçados em 2018 (Milhões de Pares) e suas Respectivas Taxas de Variação	84
FIGURA 7 – Importações Anuais de Calçados em (Milhões de pares) e suas Respectivas Taxas de Variação	85
FIGURA 8 – Produção Nacional de Calçados	86
FIGURA 9 – Balança Comercial no Brasil em (Milhões de US\$)	87
FIGURA 10 – Coeficiente de Exportação de Calçados no Brasil Participação em Pares.....	88
FIGURA 11 – Coeficiente de Importação de Calçados no Brasil Participação em Pares.....	88
FIGURA 12 – Segmentação da Produção Brasileira de Calçados por Grandes Regiões Participação em Pares entre (2017, 2018 e 2019)	90
FIGURA 13 – Segmentação da Produção Brasileira de Calçados por Unidades da Federação Milhões de Pares.....	91
FIGURA 14 – Exportações de Calçados por Unidade da Federação em 2019 Participação em US\$.....	92
FIGURA 15 – Exportações de Calçados por Unidade da Federação em 2019 Participação em Milhões de Pares.....	92
FIGURA 16 – Concentração dos Principais Polos Calçadistas na Produção de Calçados das Unidades da Federação do Brasil em 2019 - Participação em Pares.....	94
FIGURA 17 – Percentual de Empregos e Empresas por Estado.....	96
FIGURA 18 – Faixa de Emprego.....	97
FIGURA 19 – Emprego na Indústria Calçadista por Unidade da Federação.....	98
FIGURA 20 – Estabelecimentos de Fabricação de Calçados por Unidade da Federação.....	99

FIGURA 21 – Maiores Valores do PIB dos Municípios Paraibanos.....	
FIGURA 22 – Principais Produtos Importados.....	104

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Características dos APLs.....	53
QUADRO 2 – Tipos de Estrutura de Governança.....	56
QUADRO 3 – Categorias de Ações Público-Privadas Níveis de Governança Local e Global.....	57
QUADRO 4 – Tipologia de Governança da Cadeia de valor.....	58
QUADRO 5 – Indicadores de Sustentabilidade em APL.....	67
QUADRO 6 – APLs da Paraíba.....	76
QUADRO 7 – Amostra das Empresas do APL Coureiro Calçadista.....	77
QUADRO 8 – Características do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Quantidade de Indústrias Calçadistas (Brasil, Nordeste, Paraíba e Campina Grande)	106
GRÁFICO 2 – Pessoal ocupado nas Indústrias Calçadista (Brasil, Nordeste, Paraíba e Campina Grande)	107
GRÁFICO 3 – Salário Médio Mensal (Salários Mínimos)	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Exportações (Campina Grande/ João Pessoa)	102
TABELA 2 – Importações (Campina Grande/ João Pessoa)	102
TABELA 3 – Balança Comercial – Comparativo entre Campina Grande e João Pessoa em 2018.....	103
TABELA 4 – Unidades Industriais/ Pessoa Ocupado na Indústria Calçadista (Paraíba).....	108
TABELA 5 – Unidades Industriais/ Pessoa Ocupado na Indústria Calçadista (Campina Grande)	108
TABELA 6 – Valor Bruto, de Transformação e Receitas da Indústria de Calçadista em (Mil R\$)	110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1.1	Contextualização do Problema	20
1.2.	Objetivos	22
1.2.1	Objetivo Geral	22
1.2.2	Objetivos Específicos	22
1.3	Justificativa	22
2	DO CRESCIMENTO ECÔNOMICO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICO - CONCEITUAL	24
2.1	Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico	24
2.2	Desenvolvimento Regional	32
2.3	Desenvolvimento Local	32
3	UMA ANÁLISE SOBRE A CATEGORIA ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: ELEMENTOS TEÓRICOS E CLASSIFICAÇÕES	49
3.1	Aspectos teóricos do Arranjo Produtivo Local	49
3.2	Estruturas de Governança em APL	55
3.3	Os Arranjos Produtivos Locais como Instrumento de Indução para o Desenvolvimento Local	59
3.4	As Políticas Públicas no Brasil para o Desenvolvimento de APL Estruturas de Governança em APL	62
3.5	Sustentabilidade em Arranjo Produtivo Local	65
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	69
4.1	Caracterização da Pesquisa	69
4.2	Caracterização da área de estudo	71
4.3	Amostragem do APL	74

5	ANÁLISE INTERESCALAR DA INDÚSTRIA CALÇADISTA E SUA INTERFACE COM O APL COUREIRO CALÇADISTA DE CAMPINA GRANDE-PB NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	79
	
5.1	Cenário Mundial da Produção de Calçados	79
5.1.2	Principais Países Produtores e Consumidores de Calçados	80
5.1.3	Principais Países Produtores e Exportadores e Importadores de Calçados	83
5.2	Produção Nacional de Calçados	85
5.2.1	Segmentação Regional e Estadual da Produção	89
5.2.2	Emprego e Estabelecimentos	95
5.3	Representatividade Econômica do Município de Campina Grande -PB	100
5.4	Representatividade da Indústria Calçadista de Campina Grande – PB	114
5.5	Caracterização do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB	111
5.6	Instituições Públicas e Entidade de Classe do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB	116
5.7	Empresas do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB	121
5.8	O APL Coureiro Calçadista como um Instrumento de Indução para o Desenvolvimento Local?	127
6	CONCLUSÃO	131
	REFERÊNCIAS	135
	APÊNDICES	142

1 INTRODUÇÃO

A ênfase analítica sobre aglomerações produtivas no âmbito teórico ocorreu no início das décadas de 1960 e 1970 na Alemanha e na Itália. Embora, o fenômeno já tinha sido descrito pelo economista Marshall no início do século XX, o seu destaque se deu somente no período pós-guerra, como consequência da saturação do modelo fordista de produção e a substituição para o modelo de acumulação flexível. A partir daí, volta-se a atenção para unidades produtivas menores. Esse novo formato organizacional, estava ancorado no modelo de empresas bem sucedidas instaladas nos distritos industriais italianos e no Vale do Silício na Califórnia.

Durante a fase de transição do modelo fordista para acumulação flexível, marcada por intensas mudanças tecnológicas e organizacionais, autores perceberam que, enquanto grandes empresas atravessavam dificuldades, arranjos de pequenas e médias empresas mostravam maior flexibilidade e dinamismo. Furlanetto, Cândido e Martin (2011), fazem esta leitura destacando que considera os arranjos locais de pequenas empresas como o formato mais favorável de desenvolvimento industrial.

Entre as diversas análises, algumas características marcantes dos Arranjos ganharam destaque, como o contexto socioeconômico e histórico no qual emergem e a identidade territorial criada, fruto de um processo de construção coletiva a partir da interação dos diferentes atores (LASTRES et al., 1999). A importância da proximidade territorial na dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais e em sistemas produtivos, também chama a atenção dos estudiosos organizacionais que passam a pesquisar com mais profundidade essa questão.

A partir de então, inúmeros são os estudos que buscam contemplar a noção territorial e suas relações, procurando analisar diferentes condições propícias à inovação existentes em determinados locais e identificando-os perante os demais. Estas condições locais caracterizam o que comumente convencionou-se chamar de “vocalização local”, que em Economia denomina-se de economias externas, como já citado, apontadas por Marshall em seus estudos acerca dos distritos industriais ingleses.

No entanto, voltando-se para a escala nacional, observa-se no Brasil, por volta de 1950 à 1960, políticas específicas com a finalidade de promover o desenvolvimento de centros industriais nas capitais menos desenvolvidas. Esse fato atraiu empresas dos diversos setores, que almejavam incentivos fiscais, mercados consumidores, entre outros.

Assim, na década de 1970, o Brasil estava tomado pelos complexos e aglomerados, ou seja, concentrações de empresas associadas a uma cadeia produtiva. No qual esse tipo de política visava à substituição de importações e o aumento da competitividade externa. Mas, foi entre a década de 1980 e 1990, que tais aglomerados surgiram como uma categoria analítica denominada de Arranjos Produtivos Locais (RABELO et al., 2013).

Deste modo, a partir de 1990, a Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos (REDESIST), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, define esta categoria como: aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território e que interagem entre si, tanto de modo formal (com estabelecimento de contratos), quanto de modo informal (alicerçados apenas na confiança), com a finalidade de obter ganhos econômicos a partir de diversas atividades produtivas e inovativas, que apresentam vínculos de interdependência (REDESIST, 1997).

Nesse ínterim, outros órgãos de fomento também se debruçaram sobre esta temática, a exemplo do Ipea (2017 apud Suzigan, 2006), como um sistema localizado de agentes econômicos, políticos e sociais ligados a um mesmo setor ou atividade econômica, que possuem vínculos produtivos e institucionais entre si, de modo a proporcionar aos produtores um conjunto de benefícios relacionados com a aglomeração de empresas. Configurando-se como um sistema complexo em que operam diversos subsistemas de produção, logística e distribuição, comercialização, desenvolvimento tecnológico (Pesquisa e Desenvolvimento, laboratórios de pesquisa, centros de prestação de serviços tecnológicos) e onde os fatores econômicos, sociais e institucionais estão fortemente entrelaçados.

Conjuntamente, o BNDS (2003) destaca que o termo APL foi incorporado por diversas agências de políticas públicas e privadas encarregadas de promover o desenvolvimento da produção de bens e serviços atuando em nível nacional e local passando a ser pauta essencial nas agendas políticas.

Nesse sentido, o a autora RABELO et al. (2013) corrobora afirmando que o APL é uma alternativa responsável pela movimentação econômica de diferentes atores, que tem o intuito de vencer adversidades impostas pelo fechamento das fábricas e o consequente desemprego.

De modo geral, verifica-se que os APLs são aglomerações compostas por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com o intuito de cooperação entre si, com o foco de aumentar a competitividade frente às grandes empresas, se configurando como uma estratégia coletiva e de dinâmica inovativa, que tem assumido importância vital para as empresas. Visto

que a abordagem tradicional do modelo de empresa pautada numa estratégia individual se tornou um tanto quanto inconsistente para que elas se mantivessem competitivas no mercado.

Nesta ótica, observa-se que o estudo do termo APL no sentido de apropriação como política de Estado para o desenvolvimento local e regional no Brasil, em indústrias tradicionais ou tecnológicas é recente, pois conforme o BNDS (2013), o termo foi cunhado politicamente a partir de 2004, no qual passou a substituir nas agendas políticas outros conceitos supostamente análogos para a realidade do Brasil.

Todavia, conforme Isbasoiu (2007), tais arranjos exercem um papel significativo para o desenvolvimento local. Isto porque, estão associados geralmente a trajetórias históricas de construção de identidades e de criação de vínculos territoriais que podem ser locais ou regionais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. Estando assim, em consonância com o contexto da valorização do local.

Podendo gerar uma série de benefícios como: melhoria financeira e tecnológica das empresas, geração de oportunidades de trabalho, criação de riqueza e renda e maior nível de crescimento econômico global, quando comparado às regiões onde as empresas atuam de forma isolada.

Logo, é mediante esse contexto, que tem se verificado no âmbito dos discursos políticos e até nos planos e programas de governos, a exaltação ao localismo, ao território e às suas potencialidades locais, interligado ao contexto dos APLs, despontando-se que estes, têm sido em grande medida um dos possíveis instrumentos para a promoção do desenvolvimento regional/local.

Em contrapartida, a respeito da teoria do desenvolvimento local, Buarque (1999) ressalta que, é um processo que implica na articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Em que cada um dos atores tem seu papel e contribuem com o fortalecimento das atividades produtivas, corroborando não apenas para fomentar a economia de uma localidade, mas culminando no próprio desenvolvimento local.

Em outras palavras, é “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos” (BUARQUE, 2008, p. 25).

Sob essa perspectiva Savelli e Manella (2012) destacam que a identificação e o fomento das particularidades e vocações de um território/local são cruciais para o seu desenvolvimento; porque são as únicas “coisas” que os competidores não podem copiar. Isto é, são uns dos aspectos fundamentais da teoria do desenvolvimento local.

Ainda pertinente a esta análise, deve-se levar em consideração que as dinâmicas da competição e da cooperação, sempre vão estar presentes na teoria do desenvolvimento local, como ressaltava Franco (2000), com a finalidade de aproveitar as externalidades positivas, diante dos desafios.

Sendo assim, a base da teoria do desenvolvimento local, não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma dada localidade. Mas o que de verdade caracteriza esse processo, é o protagonismo dos atores locais, na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação.

Em consonância com esta teoria, observa-se que o contexto de APL está inerente e, por isso, refere às potencialidades e vocações do local, com o intuito de promovê-lo, entendendo que a articulação dos atores é um fator preponderante para obter maior vantagem competitiva no mercado global.

Associadamente, no contexto local, tem-se identificado que Campina Grande - PB, ao longo dos últimos anos, tem ganhado maior dinamismo local, devido à maior articulação de seus atores em prol de melhor aproveitamento sobre as potencialidades do município, os desenvolvendo, e promovendo as especializações de suas atividades produtivas, como foi o caso do APL Coureiro Calçadista do município.

Assim, é nesse sentido que o estudo se debruça sobre as tessituras do APL Coureiro Calçadista e sua participação no processo de desenvolvimento local. Sabendo que para entender a efetiva importância deste APL é preciso trazer para a análise os impasses, limites e perspectivas deste cenário.

Portanto, é diante do enfoque apresentado, que o estudo parte da hipótese de que o APL Coureiro Calçadista tem contribuído para a promoção do beneficiamento da comunidade local, colaborando para o desenvolvimento local do município de Campina Grande - PB.

Deste modo, o trabalho apresentado está estruturado em cinco capítulos, seguido das considerações finais. A princípio, têm-se o primeiro capítulo, que abrange esta introdução, que tem por finalidade realizar a contextualização do tema escolhido, a problematização, trazer os objetivos e a justificativa do trabalho.

Em seguida, o segundo capítulo ocupa-se de detalhar o processo, no qual vem se aferindo o debate em torno do desenvolvimento, enquanto categoria teórica, com base nas teorias econômicas: clássicas, neoclássicas e estruturalistas. O terceiro capítulo também destina-se a fundamentação teórica utilizada para melhor compreensão acerca da definição e das características do objeto de estudo, que é o APL.

O quarto capítulo apresenta todo o método utilizado durante a construção deste trabalho, referenciando todos os procedimentos técnicos e instrumentos de coleta utilizados para o levantamento das informações. Neste capítulo, quis evidenciar-se também a metodologia adotada pela REDESIST, pois foi através desta rede que identificou-se os APLs existentes no município de Campina Grande – PB e, assim, definiu-se o objeto de pesquisa. Logo, a utilização desta base de dados foi significativa pois proporcionou uma diretriz ao estudo.

Já o quinto e último capítulo expõe os resultados e discussões, acerca da contribuição do APL Coureiro Calçadista para o município de Campina Grande-PB, no tocante a teoria do desenvolvimento local. Mas antes de se inclinar a esta perspectiva, o trabalho se propôs a realizar uma análise interescolar da indústria calçadista, para melhor entender a representação e a segmentação desta atividade. Em suma, o foco deste capítulo é analisar a contribuição do APL Coureiro Calçadista para o município de Campina Grande e para o processo de desenvolvimento local. Por fim, tem-se as considerações finais, quando se apresenta a contribuição científica deste estudo.

1.1 Contextualização do Problema

Como já ressaltado, os arranjos produtivos locais emergiram como novos formatos organizacionais que induzem o fortalecimento das pequenas e médias empresas, viabilizando a sua expansão em termos econômicos e o desenvolvimento da localidade em uma perspectiva não apenas de curto prazo, mas, sobretudo de longo prazo. Em que, paralelamente, são presenciadas ações articuladas e cooperadas entre si.

Deste modo, o APL nasce da produção de um bem ou um serviço, partindo de uma determinada habilidade ou necessidade identificada, obtida por meio de uma adaptação local de tecnologia já existente ou da adoção de uma inovação (FREIRE, 2005). Entretanto, muitos autores também relatam que um APL pode ser gerado por meio de políticas públicas.

Segundo Suzigan, Garcia e Furtado (2002), um APL deve ser formado de modo espontâneo, em função de alguma característica da região, que pode ser desde a existência de matéria-prima, ou até proximidade com mercados consumidores. No qual cabe ao poder público gerar políticas de desenvolvimento para estes agrupamentos.

Para que a partir de um determinado momento, estas aglomerações ultrapassem as relações locais e possam vir a gerar economias externas, com atração de fornecedores especializados em matéria-prima, equipamentos, serviços, assim como atração de mão-de-

obra com habilidades específicas às atividades locais, aumentando o fluxo de informações e de inovações, consolidando as economias de escala.

Tais aglomerações podem também aumentar a própria capacidade competitiva através de ações conjuntas deliberadas, como a criação de consórcios de exportação, formação de profissionais, entre outros.

Assim, partindo-se do pressuposto que um arranjo produtivo local é entendido como um evento econômico socialmente constituído, que afeta a vida das pessoas no plano individual e na comunidade, que afeta o meio físico e que, como um empreendimento socioeconômico, pode contribuir para que as pessoas busquem seu “bem-estar econômico e sustentável” (FREITAS, 2011).

Tornar-se importante desenvolver uma discussão acerca dos APLs, não apenas, na perspectiva do crescimento econômico, mas também, sob a ótica do desenvolvimento econômico, humano e de qualidade de vida, com foco para o local. Isto é, uma visão holística do fenômeno desenvolvimento.

Mediante esta perspectiva, o estudo tem um papel relevante tanto na dimensão econômica como na social. Visto que, historicamente, a indústria desse setor se consolidou como elemento essencial para a dinamização econômica local.

No qual, essa indústria tem corroborado com 4% do PIB da Indústria de Transformação brasileira (ABICALÇADOS, 2019). Além disso, cabe frisar que a Paraíba destaca-se entre os principais polos calçadistas do Brasil. E no tocante a escala municipal, o polo calçadista de Campina Grande se evidencia como o segundo maior do Brasil, com uma produção média de 144,4 milhões de pares de calçados em 2019.

Em relação ao ano de 2020, verificou-se em termos percentuais que o polo calçadista de Campina Grande-PB tem sido responsável por (94,5%) da produção de calçados do estado.¹ Se destacando assim, por estar inserido em um setor que é o segundo que mais arrecada para toda a Paraíba².

Para tanto, é diante desta breve contextualização sob o tema em análise, que se tem a formulação do seguinte problema de pesquisa: *Qual a contribuição do Arranjo Produtivo Local Coureiro Calçadista – localizado em Campina Grande-PB para o processo de desenvolvimento local do município?*

¹ Disponível em: <https://jornaltudoenoticia.com.br/noticia/industria-de-calçados-da-pb-gera-30-mil-empregos-e-e-a-2-maior-em-producao-do-brasil.html>.

² Fonte: (Coordenador de Mercado do (IST-CTCC), 2019).

1.2 Objetivos

Para responder à problemática da pesquisa, o presente trabalho tem como objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as tessituras do Arranjo Produtivo Local Coureiro Calçadista e sua contribuição para o processo de desenvolvimento local do município de Campina Grande-PB.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Realizar uma análise interescalar da Industrial Calçadista para demonstrar a vocação do município de Campina Grande-PB em relação a esta atividade produtiva;
- Identificar os principais atores integrantes do Arranjo Produtivo Local Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB;
- Destacar as articulações entre os atores do Arranjo Produtivo Local Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB;
- Analisar o Arranjo Produtivo Local Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB como um instrumento de indução para o desenvolvimento local.

1.3 Justificativa

A abordagem acerca do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB expressa relevância, ao buscar fomentar no âmbito acadêmico-científico, um debate complexo sobre a análise do APL Coureiro Calçadista no município de Campina Grande – PB, procurando demonstrar a contribuição do mesmo para o desenvolvimento da localidade.

Assim, o estudo promoverá a interação e discussão entre as principais teorias que embasam o trabalho, isto é, um debate teórico acerca das teorias do Desenvolvimento, voltando-se, principalmente, para a teoria do Desenvolvimento Local e a teoria do Arranjo Produtivo Local. Entendendo que a teoria do APL está intrínseca a do Desenvolvimento

Local. Buscando entender se realmente este arranjo tem funcionado como um instrumento para impulsionar o desenvolvimento da localidade, como de fato, a literatura do APL preconiza.

Especificamente, a escolha do APL citado, em detrimento de outros que existem no município, parte do interesse em verificar a contribuição do mesmo para o desenvolvimento local, visto que este, incorpora-se em um dos segmentos econômicos tradicionais que rege a economia local, além de coadjuvar na produção do polo calçadista de Campina Grande, que destaca-se como o segundo maior do país.

Deste modo, o trabalho também exprime uma relevância social, à medida que buscou-se compreender a representatividade do fenômeno estudado, demonstrando de forma prática a implicação disto, para o próprio município. Ou seja, buscando entender como o arranjo se tece, quais são os atores envolvidos e suas articulações neste processo, quais instituições, qual a participação da gestão pública. Analisando assim, este cenário e os fenômenos inerentes a ele de modo prático e abrangente.

Por fim, considera-se tais fatos como a contribuição do trabalho, denotada, tanto no espaço acadêmico-científico, quanto no espaço social, à medida que, também, almeja-se trazer um aporte para a gestão pública municipal, sendo, portanto, um futuro material de consulta para quem queira melhor entender a completude do cenário, com suas potencialidades e limitações.

2 DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

O presente capítulo trará uma discussão teórico e conceitual sobre os alicerces usados ao decorrer da pesquisa de campo. Para tal, a partir da pesquisa bibliográfica foram explanadas a distinção entre os conceitos de Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico na (seção 2.1). Na sequência, foram apresentados os conceitos e teorias acerca do Desenvolvimento Regional (seção 2.2) e por último um enfoque sobre os aspectos teóricos sobre o Desenvolvimento Local (seção 2.3).

2.1 Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico

A origem do desenvolvimento enquanto categoria de discussão teórica foi em grande medida, resultado das mudanças geradas com a Revolução Industrial, que contribuíram sobremaneira para ascensão dos modos da produção industrial, dos padrões de consumo, relacionados também à tendência da cultura ocidental, seus gastos e estilos de vida e com a imposição dos padrões dos países centrais do capitalismo sobre os demais.

De acordo com Bresser-Pereira (2006), o ramo da economia que estuda o desenvolvimento econômico é a teoria econômica do desenvolvimento que, embora tenha suas origens nos economistas mercantilistas e clássicos, surgiu como área autônoma nos anos 1940, em meio à crise da teoria econômica neoclássica, que, com o *crash* na Bolsa de New York e a grande recessão econômica mundial de 1929 não tinha em seus postulados a resposta de como evadir a economia mundial desse cenário caótico de crise. Por sua vez, a teoria do desenvolvimento econômico nasce obtendo como base teórica as obras dos mercantilistas, Smith, Marx, Schumpeter e Keynes, nos quais, os modelos que construíram são necessariamente históricos.

De acordo com Bresser-Pereira (2006), a Ciência Econômica possui uma área de conhecimento que se dedica à analisar especificadamente o processo de acumulação e distribuição do capital, são às teorias econômicas do desenvolvimento. Embora o termo desenvolvimento tenha sido mais utilizado no século XX, é preciso lembrar que a preocupação em entender tal fenômeno já estava presente nos economistas mercantilistas e clássicos. Contudo, não se utilizaram de tal termo, muito embora esse tenha sido o foco do livro de Adam Smith, quando ele busca identificar as causas e origem das riquezas das nações.

Entretanto, como ressalta o autor supracitado, as teorias do desenvolvimento passaram a ser uma área autônoma nos anos 1940, em meio à crise da teoria econômica neoclássica, que, com o *crash* na Bolsa de New York e a grande recessão econômica mundial de 1929 não tinham em seus postulados a resposta de como evadir a economia mundial desse cenário caótico de crise.

De modo geral, a teoria do desenvolvimento econômico nasce obtendo como base teórica as obras dos mercantilistas, Smith, Marx, Schumpeter e Keynes, nos quais, os modelos que construíram são necessariamente históricos. Assim, de acordo com o Bresser-Pereira (2006), o método histórico compreende fundamentalmente, modelos teóricos, que em grande medida são modelos abertos e incompletos uma vez que, refletem realidades altamente complexas e dinâmicas, as quais são incompatíveis com os modelos simplificados e fechados, desenvolvidos posteriormente com forte presença da matematização pelos economistas do *mainstream*³, com vista a explicar o processo de desenvolvimento das economias capitalistas.

Por seu turno, é possível recapitular de forma sumarizada os diferentes modelos ou estilos teóricos de desenvolvimento econômico. Primeiramente, o modelo original de desenvolvimento dos países que iniciaram a revolução industrial, como a Inglaterra e a França. Em seguida, o modelo dos países de desenvolvimento atrasado do centro que jamais foram colônias como a Alemanha, o Japão, o modelo russo e chinês, que excluíram os empresários capitalistas na fase inicial e concentrou todo o processo de acumulação primitiva no estado. E por último, o modelo de substituição de importações que começa nos anos 1930 nos países latino-americanos, assim como o modelo exportador que se configura nos anos 1960 no Leste e Sudeste da Ásia (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Paralelo a este cenário, no âmbito regional da América Latina e no Brasil do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, se estabelece o debate sobre o desenvolvimento econômico. Assim, surge como reflexo um organismo composto, na sua grande maioria por economistas e sociólogos latino-americanos, que passam a discutir acerca das especificidades da estrutura econômica, social e política da América Latina, que ficou conhecido como Comissão

³ Economia ortodoxa ou economia *mainstream* é uma expressão que se refere às teorias econômicas predominantemente ensinadas nas universidades. É associada à economia neoclássica, à abordagem das expectativas racionais e à síntese neoclássica, que combina os métodos neoclássicos com a abordagem keynesiana da macroeconomia. É usada em contraste com a expressão economia heterodoxa, constituída por abordagens não hegemônicas nos meios acadêmicos, tais como a economia keynesiana e a economia marxista. In: OLIVEIRA, P. H. D. R. *Heterodoxia, Ortodoxia, Mainstream e Pluralismo: Perspectiva para a Ciência Econômica*. Monografia (Bacharelado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 22. 2017.

Econômica para América Latina (CEPAL). Nesse contexto, Almeida Filho e Corrêa (2010, p.1) ressaltam:

A Cepal é uma das cinco comissões econômicas criadas em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, mediante a coordenação de ações econômicas destinadas a promover esse desenvolvimento, além de reforçar as relações dos países da região entre si e com os demais países do mundo.

Nesse sentido, os teóricos cepalinos propõem uma nova teoria do desenvolvimento econômico latino-americano, que na verdade era um misto das teorias ricardiana, shumpeteriana, keynesiana e marxista do desenvolvimento econômico. A partir de então, esta nova teoria apresenta como objetivo, acabar com a heterogeneidade estrutural do país, e através da modernização do campo das cidades, eliminar a deterioração dos termos de intercâmbio, por meio da internalização e substituição de importações, bem como da modernização tecnológica das atividades industriais, aumentar a participação do Estado nos setores estratégicos da economia como na criação da infraestrutura, nas indústrias de bens de produção, assim como criar mecanismo de concessão de crédito, promover a reforma agrária e aumentar a oferta de alimentos no mercado interno, permitindo, com isso, o barateamento do custo de reprodução da força de trabalho (CARVALHO, 2011).

Todavia, a Cepal diverge da visão bastante difundida em que a história econômica norte-americana é o modelo ideal a ser seguido, independentemente das particularidades históricas, econômicas, sociais e culturais de cada país. A Cepal repreendeu também a chamada divisão do trabalho, estabelecida após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, em que as relações comerciais entre países ricos e pobres prejudicavam os menos desenvolvidos, incrementando disparidades internacionais (ULTRMARI; DUARTE, 2012).

Em outras palavras, isso representava uma dependência econômica na qual os países menos ricos se especializavam em matérias-primas, importando mercadorias e submetendo-se à decisões tomadas nos países centrais, responsáveis pela produção e exportação de produtos com alto valor agregado, foi nesse contexto que se rompe o paradigma que até então se tinha como homogêneo.

Logo, a importância da CEPAL dentro da história do pensamento econômico está no fato dela ser o único centro intelectual da América Latina a criar um corpo analítico próprio. Trata-se do estruturalismo histórico, fruto da interação do método histórico e indutivo com a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano. É nesta fusão que reside à força de atração e a riqueza do pensamento cepalino (COSTA, 2017).

Assim, o estruturalismo latino-americano analisa um dos mais férteis campos teóricos acerca do desenvolvimento das ciências sociais do século passado, que conseguiu grande propagação e aceitação entre os especialistas, interessou a muitos responsáveis por políticas públicas, influenciando um grande número deles e chamou a atenção de todos os interessados no desenvolvimento econômico, social e político da região.

De acordo com Brandão (2007) os estruturalistas latino-americanos compartilham certas posições metodológicas. O “método” do estruturalismo latino-americano leva especialmente em conta as características reais das situações analisadas, incluindo seus antecedentes históricos relevantes, em vez de praticar uma análise partindo de um conjunto de postulados gerais e abstratos cuja aplicabilidade se presume independente de lugar, época e história. Nessa lógica, o método estruturalista exige, em cada caso, árduas considerações acerca do contexto e dos antecedentes do problema específico analisado.

Todavia, a partir dos anos 1970, o interesse dos economistas pelos modelos históricos, diminuíram. Isto porque, não se adaptavam às exigências de formalização matemática lógica dedutiva da teoria neoclássica. Pois, o desenvolvimento econômico necessitava ser estudado empiricamente como fizeram os grandes economistas clássicos.

Nesse ínterim, a teoria neoclássica tradicional composta por pensadores econômicos como Marshall, Jevons, Walras, Menger, entre outros; nascida na última terça parte do século XIX, surge como um desvio de curso que foi se afastando progressivamente da corrente teórica econômica clássica, mas que continuou analisando o desenvolvimento das economias capitalistas no longo prazo, entretanto, esta corrente modificou algo essencial na tradição teórica de que se originou, mas com a qual veio a romper. A mudança fundamental desse novo curso de análise econômica se deu na teoria da repartição que não parou de ganhar fôlego durante todo o século XX (PRADO, 2001).

O traço peculiar dessa teoria pode ser notado através do tratamento simétrico ofertado às diversas frações da renda. Assim, os salários, os lucros e as rendas passam a ser vistos como partes determinadas pelas interseções das ofertas e das demandas, em níveis que se igualam, sob a suposição de que a economia se encontra em equilíbrio, aos valores dos produtos marginais dos chamados serviços. A força de trabalho, os recursos naturais e os meios de produção reprodutíveis, também chamados de capitais físicos vêm a ser denominados indistintamente fatores de produção. Como tais, eles passam a ser vistos como capazes de gerar serviços que contribuem para a efetivação do processo produtivo. Assim, as chamadas "condições marginais" tornaram-se, então, associadas às remunerações de todas as classes sociais, agora vistas indistintamente como fornecedoras de serviços (SOUZA, 2005).

Mediante esse contexto, surgem os modelos de crescimento, isto é, modelos radicalmente abstratos baseados em funções matemáticas de produção que buscam relacionar o crescimento com determinadas variáveis como, por exemplo, o modelo elaborado por Robert Solow, em 1956. Nesta corrente o crescimento é explicado por uma variável exógena, o Resíduo de Solow, que assume a existência de um limite máximo ao crescimento, denominado de "*steady-state*"⁴, onde o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) é igual ao crescimento da população o que implica que o PIB per capita se mantenha constante. Mesmo no modelo de Solow onde se inclui o progresso técnico quando o PIB está no ponto de "*steady-state*" está a crescer, à taxa de crescimento da população somada da taxa de progresso técnico. Já o PIB per capita cresce à taxa de progresso técnico. Deste modo, a única forma de gerar crescimento seria recorrer a uma variável externa ao modelo, isto é, o progresso técnico. De tal forma, que apenas um choque tecnológico exógeno seria capaz de promover o crescimento econômico dentro do modelo (SOLOW, 1956).

Desta forma, com o surgimento desses modelos, tornou-se compreensível distinguir a teoria econômica do desenvolvimento que teria bases históricas, da teoria econômica do crescimento (*growth economics*) que apresenta como fundamento funções de produção inicialmente exógenas, ou seja, nas quais o progresso técnico ou o capital humano eram exógenos. Só que, em um segundo momento, essa variável seria endogeneizada matematicamente. Portanto, a teoria econômica do desenvolvimento seria mais ampla, e incluiria toda a complexidade do processo do desenvolvimento; enquanto que, a teoria do crescimento econômico tem como foco mostrar como ocorre o crescimento da renda *per capita* a partir de um número mais limitado e formalizado de variáveis (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Posto isto, em meados dos anos 1980, Paul Romer e Robert Lucas em resposta ao modelo de crescimento de Solow, destacaram a importância de se utilizar variáveis endógenas, ou seja, explicar o crescimento com base no comportamento dos agentes, sem a necessidade de recorrer a elementos exógenos, como verificado no Modelo de Solow. Portanto, a teoria do crescimento endógeno assume que o crescimento ocorre em decorrência

⁴*Steady-state*, representa o estado estacionário da economia, essa teoria foi formulada por Robert Solow, ganhador do Prêmio de Ciências Econômicas de 1987, é uma situação na economia em que o investimento se iguala a depreciação. Nesse estágio, aumentos do capital reduzem o consumo. Isto decorre da Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes, que impossibilita aumentar indefinidamente a produção aumentando indefinidamente um ingrediente da produção em face de outro. Pois, à medida que aumenta o número de máquinas em relação aos trabalhadores, o rendimento de cada máquina adicional tornar-se-á cada vez mais baixo. Assim, esta tendência decrescente levará a economia a um estado de estagnação de suas atividades, o qual foi denominado por Solow de "*steadystate*". In: SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. The Quarter ly Journal of Economics, v. 70, n. 1, fev. 1956.

de melhorias tecnológicas automáticas e não-modeladas (exógenas). No entanto, essa teoria busca compreender as forças econômicas que estão por trás do progresso tecnológico (NETO, 2009).

Logo, a economia da acumulação do capital físico e de capital humano são as principais novidades trazidas por esses dois autores. Além dessas variáveis, outras variáveis endógenas foram destacadas como sendo importante para explicar o crescimento econômico de longo prazo, o que é o caso da infraestrutura social e das inovações (SOUZA, 2005).

Nesse contexto, observa-se que, em linhas gerais, a principal diferença entre os modelos econômicos históricos e os modelos de formalização matemática lógica dedutiva da teoria neoclássica é que, basicamente, o primeiro visava evidenciar a tese em que o desenvolvimento econômico não ocorre com equilíbrio assegurado pelo mercado, ou seja, a existência de desequilíbrios econômicos ao longo do processo de desenvolvimento das nações abrem precedentes para a atuação do estado, enquanto que o segundo, (modelo de formalização matemática) ao prever a substituição de fatores, pretendia demonstrar a tese neoclássica que o mercado assegura esse equilíbrio (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Sob essa perspectiva, o *mainstream* da Ciência Econômica se assentou na busca pelo crescimento do PIB, associando que para acontecer uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, seria fundamental ampliar seu montante e em seguida realizar a divisão deste produto/renda. Em suma, o método tipicamente utilizado por esta corrente é o neoclássico, e sua definição aqui adotada assume, necessariamente, a racionalidade substantiva, maximizadora, como norma de decisão dos agentes econômicos, e o equilíbrio como norma de atuação dos agentes ou, pelo menos, de operação dos mercados individualmente, e em conjunto (equilíbrio geral) ou ainda no agregado (na tradição macroeconômica neoclássica) (POSSAS, 1997).

Diante do exposto, verifica-se que vários modelos foram integrados ao debate do desenvolvimento econômico, cada um com suas especificidades. Porém, a maioria das teorias e modelagens abordadas estão voltadas para acumulação de capital. A partir disto, por muito tempo, crescimento e desenvolvimento econômico passaram a ser sinônimos. Contudo, como destaca Furtado (1967, p.74), “o desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a”. Em continuidade, o autor enfatiza:

[...] O crescimento econômico, tal qual conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva

melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p.484).

Assim, o desenvolvimento passa a ser qualitativo, buscando, paralelamente ao aumento da produção, uma melhor na distribuição de renda e maior qualidade de vida. Se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa e, esta complexidade traduz as diversidades das formas sociais e econômicas (ABRANTES, 2014).

Deste modo, considerando que desenvolvimento econômico não é homólogo ao crescimento econômico, é de suma importância ressaltar pontos inerentes à natureza do processo de desenvolvimento, isto porque, quanto à conceituação de desenvolvimento não se pode arguir as mazelas que em seu nome foram criadas. Portanto, estruturar adequadamente o processo do complexo fenômeno do desenvolvimento é tão fundamental, quanto depurar e hierarquizar determinações teóricas e históricas adequadas para a apreensão deste processo pluridimensional e dinâmico.

Assim, o desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão (BRANDÃO, 2008). Logo, é imprescindível que esse processo transformador seja promovido concomitantemente em diversos aspectos como, produtivo, social, tecnológico e entre outros.

Em outras palavras, conceitualmente o desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários e do padrão médio de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 2008). Em que a medida mais geral do desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque este indicador mede aproximadamente o aumento geral da produtividade.

Mecanicamente, o desenvolvimento econômico supõe uma sociedade capitalista na forma de estados-nação onde há empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado coordenando o sistema econômico e um estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Não obstante, os anos de 1760 até meados de 1840, em especial as últimas três décadas, se configuraram em um marco histórico, no que se refere à permanente competição

entre os estados-nação que, dentre seus objetivos, passaram a vislumbrar níveis mais elevados de vida para seus cidadãos. Logo, é nessa linha de tempo, que começamos a perceber o processo de desenvolvimento nestes países, através da Revolução Industrial (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Contudo, com o decorrer de todo esse percurso, que envolve o processo de industrialização e o próprio processo de desenvolvimento econômico das economias capitalistas, percebe-se que as contribuições para o cenário global, não foram somente positivas, muito pelo contrário, tendo em vista que, se por um lado, o crescimento econômico proporcionou melhores condições de vida para as pessoas, com a geração de maior quantidade de bens e serviços disponíveis; por outro lado, gerou expressivos problemas ambientais e, em muitos casos, concentração de renda.

Em virtude disso, Sachs (2004) considera, só é desenvolvimento se amplia o emprego, se reduz a pobreza e se atua nas desigualdades, pois o crescimento econômico mesmo que acelerado, não é capaz de promover tais mudanças. Em conformidade com o autor o desenvolvimento representa:

Um conceito multidimensional: os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade diacrônica com as gerações futuras); o crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento: o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes (SACHS, 2004, p.71).

No entanto, essa visão de que o modelo de desenvolvimento para todos os países falhou, tornou-se mais evidente, quando no final do século XX mais de 80% de tudo o que era produzido pela humanidade era consumido por apenas 20% da população que vivia nos países mais ricos. Enquanto, que 20% dos mais pobres consumiam apenas 1,3% do total produzido pela humanidade (BAVA, 2002).

Com isso, entende-se que a questão não é ter a oferta de bens e serviços, mas ter a possibilidade pecuniária de usufruí-los. Mediante este cenário, verifica-se então, um paradoxo entre crescimento econômico nos moldes vigentes e desenvolvimento (CALIXTO et al., 2008).

Por isso, atualmente surgiu à necessidade de se implantar um novo paradigma de desenvolvimento. Um modelo em que suas premissas buscassem formas de desenvolvimento que combinassem progresso econômico, social e ecológico, promovendo uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos (RODRÍGUEZ, 2009).

Isto porque, só é desenvolvimento, se for de caráter humano (para melhorar a vida das pessoas), social (de todas as pessoas) e sustentável (das gerações presentes e futuras). Em que melhorar a qualidade de vida das pessoas, é algo resultante de um conjunto de aspectos, que dentre eles, engloba a economia (trabalho, renda e etc.), a educação, a saúde e a segurança alimentar e nutricional, a mobilidade, o meio ambiente natural, o ambiente social, a segurança pública, o governo e a política em geral, a cultura, o lazer e o ócio (FRANCO, 2000).

Logo, foi devido à essa necessidade de ruptura, juntamente, com as mudanças macroeconômicas internacionais que ocorreram nas últimas décadas, e com a constituição de mercados em escala global, que as economias locais foram impactadas, à medida que se enfraqueceu o papel dos estados e estimulou a descentralização. Com isso, o poder local teve suas atribuições e responsabilidades alteradas, passando a atuar como agente do desenvolvimento.

Assim, observa-se que tanto por questões internacionais, como a (globalização) quanto por nacionais (com a promulgação da Constituição de 1988) as regiões ou localidades foram dotadas de maior autonomia, ou seja, o local passa a ser considerado capaz de transformar positivamente as suas sociedades. Em relação a essa nova proposta de desenvolvimento Bava (2002), enfatiza:

É muito evidente que o tema do desenvolvimento local vem sendo colocado na agenda da discussão político-econômico-social e cultural devido ao fracasso das abordagens macroestruturais em romper, no plano social com a desigualdade, no plano econômico com a concentração do poder, no plano político com a declarada insuficiência dos mecanismos e processos da democracia representativa e no plano cultural com a folclorização trabalhada pela “indústria-cultural” como exotismo [...]. (BAVA, 2002, p. 24).

Portanto, toda essa colisão no cenário observado, transcende a questão do desenvolvimento exclusivamente de caráter econômico. Com isso, novas propostas e alternativas se sobressaíram, apontando para outros indicadores de mensuração, dentre estas novas fórmulas, estão desenvolvimento regional e local. Assim, na próxima seção será enfatizado a temática do desenvolvimento regional, que focaliza nas realidades menos otimistas e aceita a ideia de haver regiões isoladas de sucesso em meio a continentes e países de extrema pobreza.

2.2 Desenvolvimento Regional

Mediante ao que foi exposto no início deste capítulo, pode-se observar que o processo de desenvolvimento econômico não ocorre de maneira igual e simultânea em toda a parte. Pelo contrário, é um processo bastante irregular e que, uma vez iniciado em determinados pontos, possui a característica de fortalecer áreas e regiões mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento. Assim, a dinâmica econômica regional torna-se um objeto de estudo bastante complexo, dadas as interrelações existentes dentro e entre diferentes localidades e sua importância para a coesão da economia nacional.

Mas antes de nos determos a essa temática, cabe ressaltar a definição de região, que em consonância com a maioria dos autores, é expressa como uma categoria analítica do espaço, diferenciando-se conforme a sua visão e a sua formação ideológica. Em que ao longo do tempo verificou-se mudanças na sua compreensão e atualmente esses conceitos se confundem e se sobrepõem, se tornando mais complexo, assimilando as diferentes preocupações de outras ciências além da geografia física.

Contudo, apesar da literatura trazer diversos conceitos sobre região, alguns aspectos parecem sempre estarem presentes ao longo do tempo e na diversidade dos autores. É o caso do entendimento de que uma região se desenvolve e organiza-se em torno de um centro de concentração das atividades econômicas, definindo, portanto, uma polarização. Outro aspecto é a relação centro-periferia: uma região só existe como algo que contenha esse par, em que relações de dependência, polarização, são fundamentais (ULTRAMARI; DUARTE, 2012). Em outras palavras, é recorrente o entendimento de que região consiste em uma determinada polarização progressiva, por meio das atividades em torno de seu próprio centro.

De acordo com Boisier (1996), região pode ainda ser definida como, “um território organizado que detém de forma intrínseca os fatores, reais ou potenciais de seu próprio desenvolvimento”. Assim, o desenvolvimento de uma região decorre da transformação do território em sujeito coletivo, um processo de fortalecimento da sociedade civil, entendida como comunidade, indivíduos e região.

Em que uma das pré-condições para que ocorra o desenvolvimento regional, é, a existência de um processo de crescimento econômico e; além disso, é preciso um crescente processo de autonomia regional de decisão; ou seja, é necessário delimitar o perfil de desenvolvimento próprio de cada região, utilizando políticas específicas. Também se faz necessário uma crescente capacidade regional para apropriar parte do excedente econômico gerado e revertê-lo para a região, com a finalidade de diversificar a base econômica e conferir sustentabilidade, a longo prazo, ao seu crescimento (BASSAM; SIEDENBERG, 2003).

Sendo assim, em conformidade com Boisier (1996), desenvolvimento regional é “um processo localizado de troca social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela”.

Nesse ínterim, de acordo com o contexto histórico, observa-se que até a Segunda Guerra Mundial, a questão regional era predominantemente tratada como uma matéria de localização das atividades agrícolas e industriais, conforme comprovam os clássicos trabalhos de VonThune (1816-1966), Weber (1907-1969) e Losch (1933-1954) ou da oferta de serviços e da conseqüente hierarquia das centralidades urbanas, na formulação de Christaller (1939-1966). Logo, a questão urbana ainda não havia emergido como um problema social e político, à exceção dos Estados Unidos, como bem retratam os trabalhos da Escola de Chicago⁵ (LIMA; SIMÕES, 2009).

Nesse sentido, diversos teóricos propuseram-se à estudar a dinâmica econômica regional, especialmente, no período iniciado após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de esclarecer sua problemática, indicando, inclusive, as possíveis soluções para a superação do subdesenvolvimento. Entre os vários estudiosos desta área pode-se destacar François Perroux, cuja análise estimulou uma série de estudos convergentes como os desenvolvidos por Jacques-R Boudeville; Gunnar Myrdal; Albert O. Hirschman e Douglass C. North. Em torno do pensamento destes estudiosos foi estabelecido um consenso que passou a influenciar significativamente a condução da política econômica nacional (LIMA; SIMÕES, 2009).

Assim de acordo com os autores citados, a primeira experiência mundial de planejamento regional pode ser considerada como de origem na União Soviética, através do seu Plano de Eletrificação Nacional, estabelecido em 1925. Um plano que definia a construção de várias usinas hidroelétricas, prevendo seu aproveitamento como base para o desenvolvimento regional e de sua interligação futura. A Comissão Nacional de Planejamento, criada na União Soviética, em 1928, introduziu a dimensão regional e a preocupação geopolítica de ocupação da Sibéria.

⁵ A escola de Chicago – Entre 1912 e 1922 se desenvolveu-se no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago uma série de propostas de pesquisa e certo número de estudos empíricos que passaram a ser tomados como pontos de partida e modelos para pesquisadores dos anos seguintes. Depois de 1922 e se prolongando pelo menos até 1934, concluiu-se um conjunto de trabalhos de pesquisa animados pela perspectiva delineada por aquelas propostas e os primeiros estudos que as seguiram, utilizando procedimentos, concepções e teorizações semelhantes. O resultado foi a primeira linha de pesquisa contínua e consistente levada adiante por um grupo de pesquisadores motivados por uma orientação comum. Sua produção, por mais de uma década, centrou-se na sociologia urbana e na sociologia do imigrante, das relações raciais e da condição do negro na sociedade americana, mas abrangeu ainda diversos outros temas. A esse grupo e à produção que empreendeu nessa linha de pesquisa se faz referência como a “escola de Chicago (EUFRÁSIO, 2009).

Durante a Segunda Guerra Mundial, essa preocupação se tornou central, com a invasão alemã e com a alta concentração populacional e produtiva na Rússia europeia. A estratégia de defesa territorial levou à transferência de várias atividades produtivas, com a constituição de complexos produtivos voltados para o aproveitamento de recursos naturais e o planejamento do desenvolvimento de várias cidades na Sibéria, com localização de atividades industriais, especialmente, industrial-militar. Mais tarde, foi também planejado o desenvolvimento de centros urbanos dotados de serviços científicos e culturais como base para o desenvolvimento tecnológico, cujo melhor exemplo é a cidade científica de Akademgorodok, em Novosibirsk (MYRDAL, 1957).

A crise de 1929, de acordo North (1997), ao provocar generalizada recessão econômica no mundo capitalista, colocou às claras o problema das desigualdades regionais na maioria dos países industrializados, que vinham se formando desde o século anterior, mas não eram explicitadas. A tomada de consciência dessas desigualdades e a mudança na concepção do papel do Estado, com a revolução *keynesiana*⁶ e o avanço das técnicas e práticas de planejamento, promoveram a criação de políticas de redução das desigualdades regionais e de reordenamento do território em vários países, com a criação de instituições específicas para a implementação dessas políticas.

Todavia, o caso mais claro foi o dos Estados Unidos, com a criação do Tennessee Vale Authority (TVA), em 1933, como parte do *New Deal*⁷. O TVA introduziu uma nova sistemática de planejamento com o intuito de promover o desenvolvimento da região, composta de seis Estados. Os objetivos eram amplos e generalizados, como por exemplo: obras para controle de cheias; construção de usinas hidroelétricas; desenvolvimento da navegação; transporte rodoviário; expansão e modernização da agricultura, inclusive,

⁶ De acordo com Costa (2010), a chamada Revolução Keynesiana é resultado das consequências socioeconômicas trazidas pela grave crise econômica vivenciada pelo sistema capitalista a partir do final da década de 1920, que colocou em xeque o *laissez-faire*, provocando significativas alterações na teoria econômica. Para Keynes, as crises no sistema capitalista eram geradas pela insuficiência da demanda efetiva, logo, ele conclui que o desemprego provém da insuficiência da demanda efetiva. Nesse sentido, o autor afirma que é imprescindível a participação do Estado na economia no período de recessão, para gerar emprego e renda. In: COSTA, E. J. M. da. *Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional*. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Downloads/Livro_APL.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

⁷ Conforme North (1977), o New Deal (cuja tradução literal em português seria "novo acordo" ou "novo trato") foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir os prejudicados pela Grande Depressão. O nome dessa série de programas foi inspirado no Square Deal, nome dado pelo anterior Presidente Theodore Roosevelt à sua política econômica. In: NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. Schwartzman, J. Economia regional: textos escolhidos. Cedeplar, Belo Horizonte, 1977.

programas de irrigação; crescimento e modernização da indústria de desenvolvimento urbano e dos serviços (NORTH, 1977).

Diante desse cenário, a generalização das políticas regionais nos países centrais foi assimilada pelos países periféricos. Na América Latina, a maioria dos países criaram programas específicos de desenvolvimento regional, a exemplo dos programas de fronteira e de bacias, no México; da região de Guayana, na Venezuela; do Cuyo e da Patagônia, na Argentina. Segundo levantamento realizado por Sthor (1972 apud LIMA; SIMÕES, 2009) na época foram listados 73 planos ou programas de desenvolvimento regional nos países latino-americanos.

Ao lado da continuação e da generalização das políticas de desenvolvimento regional, foi desenvolvido grande esforço de interpretação teórica sobre a questão das desigualdades regionais e da concentração, bem como de metodologias e técnicas de planejamento e de intervenção pública. Esse esforço pode ser sintetizado no que ficou conhecido como duas “escolas” de pensamento.

Uma delas resgatou a tradição germânica das teorias da localização e adaptou-a ao pensamento econômico neoclássico, constituindo a chamada “ciência regional”, inclusive, com a criação da Associação de Ciência Regional (Regional Science Association), sob a liderança de Walter Isard. Essa “escola” trabalhou com noção de modelos de equilíbrio, com ênfase no papel dos custos de transporte, em mercados concorrenciais, desenvolvendo, paralelamente, um conjunto de técnicas de análise regional, entre as quais, os modelos de insumo-produto. Essas contribuições estão sintetizadas em dois livros que se transformaram em verdadeiras feitura da denominada “ciência regional”, a saber: *Location and space economy* (1956) e *Methods of regional and inter-regional analysis* (1960). Posteriormente, Isard organizou a história da ciência regional e da associação de ciência regional (ISARD, 2003 apud LIMA; SIMÕES, 2009).

A outra “escola” foi desenvolvida na França, sob a liderança de François Perroux. No qual, a partir da noção de economia dominante e empresa dominante e dos efeitos interindustriais, foi desenvolvido o conceito de polo de crescimento e do papel central da empresa motriz para o crescimento desses polos. Na sua concepção de empresa motriz, como destaca os autores referenciados, Perroux havia recebido forte influência de Schumpeter, com o conceito de inovação, já que Perroux havia traduzido do alemão para o francês, em 1935, a Teoria do Desenvolvimento Econômico, de Schumpeter⁸.

⁸ Joseph Alois Schumpeter, em seu livro Teoria do Desenvolvimento Econômico (1991), defende um pensamento bem particular sobre o que ele chamou de fenômeno fundamental do desenvolvimento. Procurando

Logo, o conceito de dominação e de polo de crescimento levaram Perroux a propor o conceito de diferentes propriedades do espaço, propondo as teses de espaço homogêneo, espaço polarizado e espaço plano (PERROUX, 1967). Esses conceitos espaciais sem continuidade geográfica foram adaptados de Boudeville (1969) e possuem os conceitos de regiões homogêneas, regiões polarizadas e regiões planas, sendo a base e o padrão para a regionalização territorial e a formulação da política regional.

A categoria de desenvolvimento polarizado e desequilibrado recebeu grandes contribuições de vários autores que se tornaram clássicos, como Myrdal (1957), Hirschman (1958), Kaldor (1966; 1970), entre outros. Esses autores analisaram o impacto da polarização na geração e manutenção das desigualdades regionais e apontaram possíveis caminhos. Desde a década de 1960, a criação e o fortalecimento de polos de desenvolvimento têm sido usados pela maioria dos países como metodologia e ferramenta para o desenvolvimento regional. Nos últimos anos, esses polos ganharam novos contornos, como o desenho de distritos industriais, *clusters*, parques tecnológicos, arranjos produtivos locais, polos criativos e outras denominações.

Então, embora essas duas “escolas” sejam baseadas em diferentes teorias e proposições analíticas, elas compartilham a ideia de relações interindustriais ou insumo-produto, como o núcleo do processo de desenvolvimento regional e criação de externalidades. Em torno dessas duas “escolas”, várias ideias de explicação e de ação foram obtidas em todo o mundo.

Todavia, após o ápice da produção teórica e da implementação de políticas de desenvolvimento regional, a atividade entrou em crise nas décadas de 1950 e 1960. Entre os fatores explicativos desta crise, pode-se citar: a) o sucesso da expansão econômica do pós-guerra e a redução da preocupação com a questão regional; b) reações político-ideológicas contra a intervenção do Estado na economia; c) insatisfação e crítica dos resultados das políticas regionais pelos grupos de esquerda; d) incapacidade teórica de explicar os novos fenômenos (desindustrialização, emergência de novos centros baseados em alta tecnologia, mudanças na divisão internacional do trabalho, com os NICs⁹; e) enfraquecimento das

desviar-se da simples história econômica e da parte estática da teoria, a saber, o fluxo circular. Schumpeter relacionou o processo de desenvolvimento econômico à mudanças endógenas e descontínuas na produção de bens e serviços. Em sua análise, destaca-se a figura do empreendedor – ou empresário schumpeteriano – como agente fundamental do processo de desenvolvimento econômico.

⁹NIC – sigla para New Industrialized Countries (Novos Países Industrializados) – é uma expressão utilizada para designar os países de economias subdesenvolvidas que se industrializaram após a segunda metade do século XX. Esses países não apresentam características necessariamente iguais em seus respectivos processos de

políticas regionais nos Estados Unidos, com a ascensão de Richard Nixon e dos governos republicanos; f) enfraquecimento das políticas regionais, por países, na Europa, com o avanço da União Europeia; g) crise do Estado interventor, com déficit público e processos inflacionários; h) alegação de corrupção em várias das instituições encarregadas das políticas regionais; i) desenho de uma nova visão do papel do Estado, o que ficou conhecido como “neoliberalismo¹⁰” (LIMA; SIMÕES, 2009).

No bojo deste último ponto, foi desenvolvida a corrente de pensamento do crescimento endógeno que procurava demonstrar que o mercado, deixado livre, levaria à convergência de rendas entre países e regiões. Caberia ao Estado resolver os problemas de educação, dotação de infraestrutura e estabilidade político-institucional.

Passada a tormenta crítica e o desânimo com as políticas regionais, nas décadas de 1970 e 1980, a questão voltou à tona, teórica e em sua versão, a partir da década de 1990. Do ponto de vista prático, os avanços da União Europeia mudaram a natureza das políticas regionais. Além da diversidade interna em cada país, as diferenças entre países passaram a ser vistas como problemas regionais de escala transnacional para o conjunto da região (União Europeia). Isso obrigou a União Europeia à avançar na formulação e prática da política regional (NORTH, 1977).

Simultaneamente, os problemas de integração regional em outras partes do mundo e o arrefecimento das esperadas convergências de renda recolocaram a política regional na agenda das regiões e dos governos. Por outro lado, as aceleradas mudanças tecnológicas e a emergência de novos centros produtores baseados em tecnologias avançadas abriram a corrida para a busca da inovação como mecanismo de desenvolvimento.

Para tanto, o período que se segue é de intensa diminuição da participação do Estado na economia, cujos objetivos das políticas deveriam se limitar a alcançar e manter a estabilidade macroeconômica, reflexo das mudanças no paradigma do *mainstream* econômico que passa a ter uma visão liberal, focada na esfera local. Apenas em meados da década de 1990 há uma nova discussão sobre este tema devido à ineficiência do mercado em superar o subdesenvolvimento, o que abre espaço para discussões sobre qual papel o Estado deve

industrialização, salvo a grande participação do Estado nesse processo, através de investimentos públicos e incentivos fiscais. Os países dos NICs, apresentam maior concentração em setores intensivos em energia, recursos naturais e/ou mão de obra menos qualificada. In: Economista do Convenio BNDES/PNUD, 1994.

¹⁰ Neoliberalismo é um conceito que agrega questões como redução do papel do Estado perante a valorização do setor privado; valorização da competitividade individual, por meio do empreendedorismo; abertura de mercados em nível internacional, flexibilização da movimentação de capital, também em nível internacional; entre outras. In: ULTRAMARI, C; DUARTE. *Desenvolvimento local e regional*. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

desempenhar na economia, visto que sua iniciativa é essencial para alterar o comportamento dos agentes, desde que suas políticas sejam factíveis e racionais.

Estes fatos levaram a minimização da atuação do Estado como possível agente do desenvolvimento e expandiram o discurso neoliberal a partir dos anos 80 de que a excessiva intervenção estatal distorcia o processo de alocação de recursos, elevava a concentração de renda e contribuía para a pobreza e a exclusão. Difundia-se então a ideia de que as estratégias de crescimento deveriam reduzir a ênfase na forte participação estatal no setor produtivo (materializadas nos programas de privatizações, abertura comercial e financeira da década de 1990), incorporando diretrizes de disciplina macroeconômica. O que corroborou para que as ações de desenvolvimento regional perdessem força, assim como as instituições destinadas à formulação e execução de políticas públicas dirigidas às regiões (LIMA; SIMÕES, 2009).

Sendo assim, a teoria econômica regional experimentou, nos últimos anos, profunda transformação, em virtude da reestruturação produtiva e espacial, assim como da emergência de novos paradigmas teóricos que encontram nas fontes internas da região como, por exemplo, a história, antecipações e ações dos agentes locais as principais causas do desenvolvimento, ou seja, boa parte dos caminhos para se alcançar o desenvolvimento conforme essa teoria, fundamenta-se em ampliar e melhorar as potencialidades socioeconômicas locais.

Nessa lógica, a definição a ser dada ao desenvolvimento da região, deve vir, antes de tudo, de um certo consenso endógeno relativo à região. Pois o desenvolvimento regional endógeno não deve ser visto como um modelo apriorístico nem como um sistema fechado em sua própria carapaça.

Diante dessa perspectiva, a partir dos anos 2000, observa-se que tem surgido certo consenso que ao invés de uma grande teoria, é preciso uma abordagem multidisciplinar na busca do desenvolvimento, que despertou o interesse mais detido de cientistas políticos, professores das escolas especializadas em negócios, sociólogos econômicos e economistas sobre a economia em espaços geográficos (geografia econômica, economia regional e teoria do desenvolvimento).

Em que nesse movimento o espaço territorial deixou de ser visto apenas como um suporte para localização de fatores produtivos, numa ótica de desenvolvimento econômico exógeno, que buscava equilibrar economias de aglomeração (forças centrípetas) com as das economias de aglomeração (forças centrífugas), assumindo papel ativo na formação dos mecanismos de retorno crescente que explicam o desenvolvimento.

O que muda nessa nova abordagem das economias é que as análises saltam de um movimento mecanicista e estático para uma perspectiva mais qualitativa e dinâmica das mudanças tecnológicas, enfatizando-se o papel da competitividade sistêmica, cooperação, inovação, empreendedorismo, difusão de informação, cultura em pequenos negócios, flexibilidade, adaptabilidade e muitos outros fatores que se voltam para o ambiente local (KRUGMAN, 1991; DESROCHERS, 1998).

No qual um local pode ser considerado mais dinâmico do que outro para integrar processos coletivos formais e informais essenciais à produção de fluxo permanente de inovações, cuja evolução salta dos comportamentos maximizadores de equilíbrio para um processo natural de seleção em que são premiadas algumas decisões e outras são punidas, dentro de um mecanismo evolucionário de condutas adaptativas (NELSON, 1997).

Em virtude destes fatos, há destaque para o desenvolvimento local, que leva em conta toda essa abordagem e considera as capacidades e potencialidades locais como possíveis vantagens competitivas para a promoção do desenvolvimento. Logo, é sob essa ótica que a próxima seção irá tratar, apresentando o contexto e as características desta teoria.

2.3 Desenvolvimento Local

É fato que ao longo das últimas décadas, conforme descrito anteriormente, a temática do desenvolvimento, sobretudo local, despertou grande interesse, tornando-se objeto de amplo debate e impulsionando iniciativas em diversas localidades. Por isso nesse tópico, será dado destaque para essa questão. Uma vez que para entender o cenário em que essa escala toma força, não se pode prescindir da abordagem do contexto histórico em que se emerge e seus efeitos para a realidade atual.

Assim, cabe destacar que, com as mudanças dos padrões de desenvolvimento socioeconômico mundiais, desencadeadas pelo advento da globalização, estabeleceram-se um novo tipo de relação entre economia, sociedade e cultura, baseada na subjetividade, socialização e territorialização. A introdução dessas novas perspectivas traz o redescobrimto da dimensão territorial traduzido principalmente pela dicotomia das escalas global e local e de novos parâmetros de organização e articulação da sociedade civil (ABRANTES, 2014).

Sendo assim, a partir da interpretação do fenômeno da globalização, políticos, economistas e cientistas passaram a defender um outro modelo de desenvolvimento, do tipo

de “baixo para cima” nas regiões periféricas, ou seja, o desenvolvimento local, inspirado na Agenda 21¹¹, sintetizado na expressão: pensar globalmente e agir localmente (VEIGA, 2005).

Ocorrendo assim, uma ruptura com a ideia de uma globalização hegemônica, promovendo outras formas contra-hegemônicas de organização global, voltada principalmente para o potencial dos aspectos particulares de uma cultura local como motor do desenvolvimento (SANTOS, 1995).

Conforme Santos (1995), a globalização, portanto, não seria uma ameaça, mas uma oportunidade para o local, em criar espaços a partir de novas concepções de organização social e da produção, buscando a construção de redes de interesses entre grupos que ao longo da história recente foram deixados à margem do processo de desenvolvimento.

No Brasil, de acordo com Sachs (1986), as primeiras discussões envolvendo a temática do desenvolvimento local originaram-se nos anos de 1970. Para tanto, todo esse embate em promover nas regiões periféricas brasileiras, um novo formato de desenvolvimento (de baixo para cima ou de dentro para fora) se revelou como algo desafiador, mediante as fragilidades no âmbito econômico, social e institucional. (ABRANTES, 2014).

Com isso pode-se afirmar que o desafio do enfoque do desenvolvimento local no Brasil, esteve na capacidade dos atores em utilizar os recursos endógenos do território e, simultaneamente, captar os exógenos para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Em outras palavras, esta denotação de desenvolvimento, surge como uma nova forma de olhar e atuar a partir do território no contexto da globalização.

Entretanto, apesar de um cenário de limitações, diversos autores observaram e confirmam que a dimensão local estaria sendo apropriada como referência para os novos rumos das políticas públicas ativas de desenvolvimento econômico e social no Brasil. Assim, autores como Cocco e Galvão (2001) e Abrantes (2014), citam como exemplo, as recentes proposições e programas do BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Sebrae, Senai, entre outros.

Em continuidade, verifica-se que, em grande parte, o desenvolvimento local estaria relacionado à redescoberta do êxito de importantes clusters industriais e de sistemas locais de inovação do planeta (Terceira Itália, Silicon Valley, na Califórnia, Baden-Wurtemberg, na

¹¹ Agenda 21 ocorreu em 1992, no Rio de Janeiro, foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, que na verdade é um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer e refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. In: VEIGA, J. E. Do global ao local. Campinas: Autores Associados, 2005.

Alemanha). Como características exaltadas destes distritos industriais, tomam-se: o foco na flexibilização produtiva e na capacidade inovadora das (MPMEs), o protagonismo das ações locais e regionais o empreendedorismo como motor do dinamismo e as novas formas de articulação social da produção. Em suma, as dimensões produtivas das redes sociais desenham os territórios.

Assim, o desenvolvimento local, enquanto “processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais e com uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social de geração de emprego e renda,” (ALBUQUERQUE, 1998, p.15), surge como um fenômeno que coloca em evidência: os atores sociais, o sistema institucional que eles conseguem construir, as redes de cooperação e os projetos coletivos. Objetivando fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e os micros empresários para que gerem empregos mais sustentáveis.

Nesse contexto, o local passa a ser entendido como um meio de pertença que permite a uma população reconhecer em si traços característicos, e até laços de solidariedade, que exercem certa influência sobre as mudanças socioeconômicas em favor das formas de intervenção oferecidas pelas instituições governamentais e associativas (JOYAL, 1994). Nesse sentido, cabe ressaltar tais características no processo desenvolvimento local:

O espaço territorial é concebido como agente de transformação social e não como mero espaço funcional; a sociedade local que não se ajusta de forma passiva aos processos de transformação em curso, mas desenvolve iniciativas próprias a partir de suas particularidades territoriais nos planos culturais, sociais, econômicos e políticos; os poderes públicos locais e os agentes empresariais privados que devem negociar a institucionalidade mais adequada para facilitar a recopilação sistemática das informações e promoção de espaços de intervenção e a existência de capacidade empresarial inovadora em nível local (ALBUQUERQUE, 1998, p. 48).

Em outras palavras, este processo de desenvolvimento é, portanto, uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais de se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas vocações e especificidades, buscando competitividade em um contexto de rápidas e profundas transformações.

Assim no novo paradigma de desenvolvimento, isto significa, antes de tudo, “a capacidade de ampliação da massa crítica dos recursos humanos, domínio do conhecimento e da informação, que são elementos centrais da competitividade sistêmica” (BUARQUE, 1998, p.15).

Logo, os atores sociais do processo de desenvolvimento local são aqueles cuja qualificações e competências os predestinam a representar um papel particular na realização das políticas de desenvolvimento tais como: diretores de serviços ou de agências de desenvolvimento; representantes institucionais; encarregados de funções; gerentes de projetos; empresários; lideranças comunitárias; operadores (responsáveis por colocar em prática as políticas); e representantes eleitos quer sejam incentivadores ou não das políticas de desenvolvimento (TEISSERENC, 1994).

Cabe ainda ressaltar que, o ator desse tipo de desenvolvimento é também um novo ator que procura promover uma transformação no seio da coletividade, realizando um trabalho como "um agente que impõe a essa coletividade sua própria transformação interpretando pressões externas para vencer a resistência dos sistemas de reprodução" (SANTOS, ano apud TOURAINE, 2012).

Nesse âmbito, o sistema institucional tem como objetivo criar e/ou fortalecer as estruturas encarregadas de promover as políticas de desenvolvimento local tais como agências de desenvolvimento, serviços de economia de uma coletividade e estruturas intermunicipais; e promover a transformação dos serviços existentes como: serviços técnicos das coletividades, serviços do Estado, estruturas municipais e outros organismos de caráter privado ou não governamental (BRITO, 2006).

Nestes moldes, consiste em um sistema de transformação as seguintes características: a criação de novas estruturas, que introduz questões relativas ao desenvolvimento econômico e a gestão dos equipamentos coletivos, com o objetivo de fazer do Estado não somente um regulador das relações civis, mas consecutivamente um agente do desenvolvimento econômico e social. Em que a mudança das finalidades da ação pública e de suas orientações aplicadas ao desenvolvimento econômico e à organização do território vai acompanhar-se de uma transformação organizacional.

Um novo modelo, não mais fundado na hierarquia política, mas que incentiva núcleos de peritos que privilegiam as categorias e as linguagens científicas para legitimar as ações. Valoriza a mobilidade de grupos de apoio na busca de uma transparência social levando o ator administrativo envolvido nas organizações a desenvolver relações estratégicas e distanciada, desenvolvendo sua carreira pelo cumprimento de missões sucessivas em estruturas que tendem a organizar-se como redes.

As redes naturais/informais (familiares, profissionais e institucionais que formam o tecido básico da sociedade), funcionais (relativas à estrutura de funcionamento de uma gama

variada de organizações de um mesmo ambiente) e utilitárias (que visam melhorar as intervenções nas redes funcionais) de cooperação mútua consistem no conjunto de atores sociais interdependentes que superam antagonismos locais graças à cooperação mútua construída na prática cotidiana de resolução de problemas e elaboração e execução de programas integrados em parcerias com os poderes públicos territoriais e nacionais (BRITO, 2006). Assim, o significado da rede é construído na superação de conflitos e no sentimento de pertencimento ao grupo e se solidifica na construção do projeto coletivo.

Os projetos coletivos apresentam-se como forma de objetivos a serem alcançados, em função de acordos previamente estabelecidos e selecionados que dão significados pessoais e coletivos aos processos de mudança. Eles têm uma importância e significação sociológica fundamental ao fazer a mediação entre o passado (situação atual) e o futuro (situação desejada) e a intermediação entre os princípios/valores (orientação) e os atos/as escolhas (realização). A partir do projeto, a mobilidade social não é mais compreendida como trajeto socioespacial, mas como trajetória social inspirada por um projeto. O projeto então, é percebido como um trabalho da subjetividade dentro da qual a vontade, os valores e a identidade têm seu sentido (TEISSERENC, 1994).

Assim, é por meio das estratégias eficazes de diferentes atores sociais, juntamente do sistema institucional e das redes de cooperação e dos projetos coletivos, que as sociedades locais se inserirem de forma competitiva no global, capitalizando ao máximo suas capacidades regionais e locais.

Deste modo, cabe frisar que, estas novas estratégias de desenvolvimento local, evidenciam os diversos conceitos inter-relacionados, isto é, dos distritos industriais, dos arranjos produtivos locais, dos sistemas produtivos e inovativos locais e de meios inovadores (*milieux innovateurs*), os quais destacam a importância das (MPMEs) no processo de desenvolvimento de uma região. Diante disto, Albuquerque (1998, p.75), apresenta as estratégias fundamentais de ação para o desenvolvimento local:

A articulação produtiva do tecido empresarial e das diferentes atividades rural-urbanas, agroindustriais e de serviço do território; o compromisso com a geração de emprego produtivo e o funcionamento do mercado de trabalho local; o conhecimento das tecnologias que melhor se adequem à dotação de recursos e potencialidades territoriais e a atenção às inovações tecnológicas e organizativas apropriadas aos níveis produtivos e empresarial locais; a participação dos trabalhadores locais na redefinição da organização produtiva; a adaptação do sistema educativo e de capacitação profissional à problemática produtiva e social territorial; a existência de políticas específicas de apoio à pequena, média e micro empresa [...] - o acesso aos serviços avançados de apoio à produção (informação, capacitação empresarial e tecnológica, financiamento da pequena e média empresa e microempresa.

Tais estratégias tem por objetivo criar as redes territoriais de serviços avançados de informação, capacitação e financiamento que facilitem às empresas locais e regionais à aquisição de uma adequada flexibilidade produtiva, esta, por sua vez, não pode reduzir-se à adoção de medidas que conduzam à precarização do emprego, à contenção dos salários ou à exploração e ao esgotamento de recursos naturais não renováveis, mas deve contemplar o conjunto de atividades vinculadas à geração de valor agregado por parte das empresas, a partir da gestão tecnológica e financeira até a comercialização e o serviço pós-venda, todos susceptíveis de inovação para adaptar-se mais facilmente às frequentes condições da demanda (ALBUQUERQUE, 1998).

Nesse contexto, o autor Buarque (2002, p. 25-26) realiza a seguinte abordagem sobre desenvolvimento local:

[...] para ser consistente o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

Em outros termos, o desenvolvimento local deve-se apresentar como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais. Nessa ótica, Vázquez Barquero (2002) trata do desenvolvimento endógeno, como um processo que decorre da utilização das potencialidades e dos excedentes gerados localmente, e que estes podem contar também com aporte de recursos externos, sendo, portanto:

[...] o resultado da aplicação do conhecimento aos processos produtivos por meio de economias externas ou mesmo internas geradas nos sistemas produtivos resultando em processos de rendimentos crescentes que se configuram, em seu processo final, em crescimento econômico (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002, p.34).

Assim, promover o desenvolvimento local endógeno requer o conhecimento da realidade local, bem como o atendimento das demandas elaboradas pelos atores sociais locais. Logo, estes atores integrados e articulados em rede com atores regionais têm papel decisivo no desenvolvimento local baseado em fatores endógenos, principalmente em identidade cultural, que reforça a coletividade e apresentam as seguintes premissas:

i) a concorrência como a dinâmica capaz de incentivar as empresas na busca de um a melhor posição nos mercados oligopolista; ii) o caráter especial das economias externas para compreender as escolhas tecnológicas e organizacionais de cada cidade ou região; iii) a especificidade de cada território importante para as decisões

de investimento e de localização das empresas; iv) os modelos de organização flexíveis da produção, como redes de cooperação e sistemas locais de produção salutar à economia; v) a forma como se relacionam o sistema de instituições e sociedade de cada localidade a fim de proporcionar às empresas uma atuação mais eficiente; vi) a inovação dentro de um processo interativo entre os atores participantes do sistema local ou regional e vii) a acumulação de capital inserido nas formas de organizações das empresas e do território (ALBUQUERQUE 1998, p.38)

Ou seja, parte de um compromisso não apenas no campo econômico, mas, sobretudo social. Pois quando se objetiva alcançar o desenvolvimento local, os problemas socioeconômicos não podem mais ser resolvidos pela ação independente do Estado, trazendo uma rediscussão sobre o papel da gestão pública. A aproximação da governança com a democracia enfatiza a necessidade de gerenciar o setor público de modo transparente, participativo, criativo e responsável, combinando a ação interorganizacional com um grande conjunto de relações, que podem ser estabelecidas entre governos, empresas, ONGs, associações comunitárias e, etc.

Assim, o processo de desenvolvimento local demanda o envolvimento “multidimensional” dos aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais, físico-territoriais, político-institucionais e científico-tecnológicos. No processo essas dimensões são interdependentes e trarão como consequência a crescente participação dos diversos atores locais (BUARQUE, 2002).

Logo, o desenvolvimento local tanto requer mudanças como transforma a estrutura socioeconômica local. No entanto, tais transformações necessitam das ações orquestradas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Teoricamente, os representantes das diferentes esferas devem compreender conjuntamente suas possibilidades e seus limites de ação, buscando negociar os conflitos de interesses existentes.

A identificação desses limites e conflitos é também um meio de entender as “múltiplas dimensões” dos recursos e vocações locais que são fundamentais para a sustentabilidade socioambiental do local em questão. Esse percurso da sustentabilidade requer a prática dialógica, que embasa a negociação contínua entre os atores.

Assim quando se fala deste cenário de limites e conflitos, é pertinente levar em consideração que existem outras dinâmicas também inerentes à este processo: a competição e a cooperação; fatores estes presentes na teoria do desenvolvimento local, com a finalidade de aproveitar as externalidades positivas, diante dos desafios.

Conforme salienta Franco (2000, p.23) o desenvolvimento local é, portanto, “um modo de promover o desenvolvimento, dinamizando as potencialidades que podem ser

identificadas em unidades socioterritoriais delimitadas. Estas potencialidades representam simultaneamente a diversidade e a vantagem comparativa”. Para esse autor, se todos os locais fossem iguais, não faria sentido o conceito de desenvolvimento local, nem mesmo o de local. A análise quanto à vantagem comparativa remete à ideia de competição, a diversidade é a base para cooperação:

As duas dinâmicas – cooperativa e competitiva – vão estar sempre nos processos de desenvolvimento local e esta é uma de suas principais características. A dinâmica cooperativa, sem a qual não se efetiva um processo de desenvolvimento local, contribui para a formação da comunidade. A dinâmica competitiva, por sua vez, insere a localidade num processo de desenvolvimento cujo racionalidade é dada, em parte, pelo mercado (FRANCO, 2000, p.24).

No entanto, as unidades competitivas podem ser constituídas com base na cooperação, e essa parece ser a condição para que atores locais não sejam destruídos pela concorrência de atores que atuam em nível global. Atores econômicos locais associados em rede podem ter uma inserção competitiva no mercado internacional o que jamais conseguiriam sem exercitar a cooperação (ABRANTES, 2014).

Para tanto, segundo Tenório (2007), no desenvolvimento local, torna-se necessário uma profunda transformação das relações sociais, ou seja, a ampliação da racionalidade substantiva referente às práticas locais. Tal esforço demanda um alargamento do tradicional foco em processos sociais e técnicos de produção, incluindo a preservação ambiental, já que a sustentabilidade do território é crucial para a sobrevivência da rede estabelecida, pois é nele que são exercidas suas possibilidades e condições.

Nesse contexto, existe uma mudança nas relações políticas locais, pois os processos de desenvolvimento local interdependem dos esforços exercidos tanto pelas entidades estatais quanto pela sociedade, visto que ambos deverão levar adiante projetos surgidos a partir de interesses coletivos oriundos das discussões (GILLY; PECQUER, 1995).

O desenvolvimento local necessita, portanto, de ações de cidadania, do reconhecimento por parte dos agentes de como suas ações influenciarão na valorização dos recursos e potencialidades do território em questão, e como essas ações irão promover a qualidade de vida da população.

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma localidade demanda, fundamentalmente, a utilização dos fatores endógenos ao território, porém não descarta o uso complementar dos fatores externos. Assim, é nessa lógica que se identifica que o surgimento e a potencialização dos APLs dentro das localidades, têm se manifestado como um dos instrumentos para fomentar o desenvolvimento local.

No qual esta nova estratégia de desenvolvimento está baseada na abordagem territorial do desenvolvimento em que a história produtiva de cada localidade, as características tecnológicas, culturais e institucionais do meio e os seus próprios recursos condicionam o processo de desenvolvimento.

Em resumo, as ações do desenvolvimento local são interdependentes das forças locais, e essas representam o desejo e a capacidade dos interessados em formular e implementar ações que elaborem mudanças no *status quo*. Nesse contexto, observa-se que existem alguns mecanismos que são utilizados para impulsionar este processo e de acordo com a lógica da pesquisa, entende-se que, os Arranjos Produtivos Locais são considerados um deles. Portanto, o próximo capítulo apresentará o enredo teórico deste tipo categorização.

3 UMA ANÁLISE SOBRE A CATEGORIA ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: ELEMENTOS TEÓRICOS E CLASSIFICAÇÕES

De posse da compreensão da gênese e dos conceitos dos paradigmas de desenvolvimento e a partir da compreensão da literatura especializada de que os Arranjos Produtivos Locais podem se caracterizar-se como possíveis instrumentos para fomentar o desenvolvimento regional e local, foram abordados os Aspectos Teóricos sobre o Arranjo Produtivo Local (seção 3.1). Posteriormente, realizado uma discussão sobre as Estruturas de Governança em APL (seção 3.2), seguida pela análise a acerca dos Arranjos Produtivos Locais como Instrumento de Indução para o Desenvolvimento (seção 3.3), sequencialmente uma análise sobre as Políticas Públicas no Brasil para Desenvolvimento de APL (seção 3.4) e por último um breve resgate sobre Sustentabilidade em APL (seção 3.5).

3.1 Aspectos Teóricos do Arranjo Produtivo Local

A teoria organizacional se desenvolveu nas últimas décadas, propiciada pela discussão sobre o papel dos paradigmas, a contribuição dos sociólogos e o estudo de sua complexidade. Abordagens alternativas foram inseridas em um novo contexto social e econômico, em que novos tipos de arranjos organizacionais despontaram, contrapondo ao modelo tradicional de firma. Assim, o fenômeno de *clusters* ou aglomeração de empresas na forma de Arranjos Produtivos Locais surgiram como nova forma de gerar um conjunto de benefícios as empresas participantes desses agrupamentos.

De modo que, o início e a base da definição de APL está no conceito de *clusters*. Termo em inglês que se refere às concentrações geográficas de empresas e indústrias concorrentes, complementares ou interdependentes que realizam negócios entre si e/ou possuem necessidades comuns de tecnologia, pessoas e infraestrutura. O termo associa-se à tradição anglo-americana e, genericamente, refere-se aos aglomerados de empresas que desenvolvem atividades similares (PORTER, 1999). Deve então, ser entendido como um agrupamento competitivo, uma vez que enfatiza mais o aspecto da concorrência, do que o da cooperação, como fator de dinamismo.

No entanto, embora APL seja um tipo específico de *cluster*, o inverso não ocorre, uma vez que diferem em relação à alguns fatores como, por exemplo, no envolvimento dos atores econômicos; nos aspectos geográficos, em relação ao aspecto territorial; à estrutura da governança interna; ao tamanho e ao aporte das firmas envolvidas; à participação dos atores

sociais e políticos; divergem quanto à setorização, com base aos aspectos relacionados à cooperação e à competitividade; à especialização flexível e entre outros aspectos (QUEIROZ; SOUZA, 2017).

Quanto a dimensão territorial, tanto para os *clusters*, quanto para a atuação em APLs, considera-se que, são respectivamente aspetos fundamentais para essas teorias. Todavia, no contexto de APL, diferentemente da categoria dos *clusters*, observa-se que o território não se resume apenas à sua dimensão material ou concreta, vai além, território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço. Sendo o APL um território onde a dimensão constitutiva é econômica por definição, apesar de não se restringir a ela (AMARAL, 2002).

Na categoria APL o território também funciona como um espaço que favorece o desencadeamento de um conjunto de relações intencionais e não-intencionais, tangíveis e intangíveis, comercializáveis e não comercializáveis, que movem o processo de aprendizagem e de construção de competências que se incorporam e evoluem de forma acumulativa, de modo a resultar em eficiências coletivas.

Assim, quando essas forças interagem e passam a dar formato e coesão a um conjunto de diferentes empresas ou indústrias, compreende um grau de complementaridade no todo ou em alguns elos das cadeias produtivas¹², que gera um tecido dinâmico e sinérgico de ações internas, que formam as diversas redes de ligação, corroborando para desenhar o cenário do aglomerado econômico.

Por esse ângulo, verifica-se tamanha relação entre os arranjos e a existência de cadeias produtivas estruturadas desde uma escala local até regional ou nacional, o que dependerá do setor produtivo em questão, abrangendo não só um município, mas também uma rede de municípios podendo ser caracterizado como uma região. Nesse sentido, Lastres e Cassiolato (2003) desenvolveram uma definição mais ampla sobre cadeia produtiva, no qual ressaltam:

É o encadeamento de atividades econômicas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos, incluindo desde as matérias-primas, máquinas e equipamentos, produtos intermediários até os finais, sua distribuição e comercialização. Resulta e implica em crescente divisão de trabalho, na qual cada agente ou conjunto de agentes especializa-se em etapas distintas do

¹² Conforme Lacay (2007, p. 3), entende-se por cadeia produtiva: “o sistema constituído por atores e atividades inter-relacionadas em uma sucessão de operações de produção, transformação, comercialização e consumo em um entorno determinado”. In: LACAY, M. C., et al. *Cadeia Produtiva do Turismo: Resumo dos Resultados do Estudo da Região Turística do Litoral do Paraná – Brasil*. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul, 2010. ISSN 1806-0447.

processo produtivo. Uma cadeia produtiva pode ser de âmbito local, regional, nacional ou mundial. Cadeias produtivas podem ser identificadas a partir da análise de relações interindustriais expressas em matrizes insumo-produto (por exemplo, a partir da análise das transações de compra-venda entre fornecedores e compradores em um determinado ramo industrial). Um arranjo produtivo pode conter uma cadeia produtiva estruturada localmente ou fazer parte de uma cadeia produtiva de maior abrangência espacial (por exemplo, em âmbito nacional ou mundial) (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p.8).

Observa-se então que, as formações dos arranjos estão geralmente associadas às trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. Um outro aspecto relevante é a necessidade da existência de ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores que compõem os arranjos.

Nesse contexto, a premissa básica para se configurar um APL é a aglomeração, ou seja, quando há um número significativo de empresas em torno de uma atividade produtiva. Em que o foco deste conceito está voltado para uma concentração setorial e espacial de empresas, com predominância de micro, pequenas e médias empresas, fruto de um processo histórico, gerado no espaço socioeconômico, cultural e político local (SCHMITZ; NADVI, 1999; SCHMITZ, 1999; PORTER, 1999; HOWELLS, 2000; DESROCHERS, 1998; LLORENS, 2001; SANTANA, 2004).

No qual, as empresas inseridas neste cenário irão compartilhar em identidade cultural, local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação, e aprendizagem, entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento (ALBAGLI; BRITO, 2002).

Sendo assim, as empresas aglomeradas ainda podem ser de aspecto vertical ou horizontal, para Costa (2010, p. 206), “os APLs de conformação vertical apresentam uma estrutura mais complexa formada pela interação e cooperação de agentes em diferentes elos da cadeia produtiva local.” Enquanto, nos APLs de aspecto horizontal, as ligações horizontais ocorrem com empresas localizadas no mesmo elo da cadeia produtiva e podem ser ligações diretas ou mediadas por associações empresariais. Assim, observa-se que os APLs são mais propícios a se desenvolverem em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores.

Nessa perspectiva, Castro (2009) disserta sobre algumas características que devem ser consideradas no cenário de APL, a saber:

- 1) Território: o APL compreende um recorte do espaço geográfico (parte de um município, um conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, entre outros) e é passível de uma integração econômica e social no âmbito local.
- 2) Especialização produtiva: além da produção, esta característica leva em consideração o conhecimento que pessoas e empresas têm sobre a atividade econômica principal.
- 3) Aprendizagem e inovação: acontece quando há um intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas. Interação com outras empresas, por meio de cursos e feiras.
- 4) Cooperação: há cooperação produtiva, que visa a economia de escala e cooperação inovativa, que diminui riscos, custo e tempo, dinamizando o potencial inovativo dos APLs.
- 5) Atores locais: são instituições de promoção de financiamento e crédito; instituições de ensino e pesquisa; centros tecnológicos; associações empresariais; prestadores de serviços; organizações do terceiro setor; e governos em todos os âmbitos.

Em contiguidade aos aspectos das características de um APL, os autores Cassiolato e Lastres (2003), elabora uma classificação apresentando uma estrutura que possibilita compreender melhor a relação dos arranjos com o contexto social, econômico e histórico que foram inseridos, tais características podem ser observadas no QUADRO 1.

QUADRO 1 - Características dos APLs

Dimensões	Representação
Dimensão Territorial	Constitui um recorte específico de análise e de ação, definindo o espaço em que processos produtivos, inovativos e cooperativos acontecem, em áreas como, municípios, região, entre outros. A proximidade ou a concentração geográfica, levando ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais constitui fonte de dinamismo local.
Diversidade de atividades e atores econômicos políticos e sociais	Envolve a participação e a interação não apenas de empresas, mas de outras variadas formas de representação e associação, com diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para a formação e a capacitação de recursos humanos.
Conhecimento Tácito	Verificam-se processos de geração, compartilhamento e socialização de conhecimentos, por parte de empresas, organizações, particularmente de conhecimentos tácitos, ou seja, aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até regiões. O conhecimento tácito apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial e/ou de identidades culturais, sociais e empresariais. Isto facilita sua circulação em organizações ou contextos geográficos específicos, mas dificulta ou mesmo impede seu acesso por atores a tais contextos, tornando-se elemento de vantagem competitiva para quem o detém.
Inovação e aprendizado interativos	Constitui fonte fundamental para a transmissão de conhecimentos e a ampliação da capacitação produtiva e inovativa das empresas e outras organizações. A capacitação inovativa possibilita a introdução de novos produtos, processos, métodos e formatos organizacionais, sendo essencial para garantir a competitividade sustentada dos diferentes atores locais, tanto individual como coletivamente.
Governança	Refere-se aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e as atividades, que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e hierarquias nos sistemas e arranjos produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão (centralizada e descentralizada).
Grau de enraizamento	Envolve as articulações e os diferentes agentes dos APLs com as capacitações e os recursos humanos, naturais, técnico-científicos, financeiros, assim como outras organizações locais e seu mercado consumidor. Elementos determinantes do grau de enraizamento geralmente incluem o nível de agregação de valor; a origem e controle das organizações e o destino da produção (nacional ou estrangeiro).

Fonte: Esquematização própria a partir das categorizações de Lastres, Cassiolato (2003, p. 4-5).

Paralelamente, Pietrobelli (2003, p. 24-25) ressalta que as aglomerações podem ocorrer também conforme três modalidades:

A primeira com os arranjos geográficos (casuais) de empresas, com ocasionais elos interfirmas, com nenhuma ou escassa experiência de cooperação e instituições locais inexistentes ou fracamente desenvolvidas. A segunda com os distritos industriais marshallianos, com transações interfirmas mais fluidas, práticas de cooperação muito mais robustas, instituições locais mais desenvolvidas e efetivas, economias de escala em âmbito do distrito, possibilitadas pela substancial especialização dos empreendimentos, pela profunda integração entre atividades econômicas e pelo tecido sociocultural local e por fim através de redes de empreendimentos com alguma forma de liderança predominante, podem configura-se como centro-radial, líder-seguidor, ou plataforma-satélite, com o líder fornecendo os serviços estratégicos.

Deste modo observa-se que cada APL tem suas características específicas, podendo ainda se diferenciar por seu nível de desenvolvimento. Com base nisso, Castro (2009, p. 25) os distribuem em arranjos incipientes, arranjos em desenvolvimento e arranjos desenvolvidos.

1) Arranjos incipientes: quando não há um interesse por parte da iniciativa privada nem do setor público, corroborando em uma integração de interesses e a base produtiva é bem rudimentar, existindo uma carência no fator financeiro também. 2) Arranjos em desenvolvimento: a sua atuação promove uma força de atração de novos empreendimentos, motiva os empresários a realizarem investimentos, tornando-os competitivos. São organizados em classes, com foco sempre no regional e não no individual. Seu processo de desenvolvimento é reconhecido, possibilitando a atração de novas empresas e incentivando os empreendedores locais a também participarem da geração de renda do novo movimento empresarial. Novas atividades econômicas relacionadas com o arranjo produtivo começam a surgir e há uma demanda por maior competitividade ao longo da cadeia produtiva e também por serviços. 3) Arranjos desenvolvidos: há uma estrutura ampla e complexa, uma interação que promove cooperação e aprendizagem, gerando inovação e competitividade. Os arranjos que se enquadram no terceiro nível são os mais articulados, de maior importância para o desenvolvimento local, pela capacidade de atrair novas empresas, suas lideranças atuam principalmente em entidades de classes, com relacionamentos formais.

Posto isto, é possível identificar que há diversos enfoques inerentes ao conceito de APL, no qual os fatores enxergados neste tipo de categorização encontram-se voltados para um conjunto de dimensões e variáveis que se fundamentam nos elementos da interação, da cooperação, da confiança, entre outras; uma vez que influenciam diretamente na formação e indução de práticas coletivas, em oposição a princípios individualistas por parte dos agentes envolvidos.

Para tanto, com o objetivo que ocorra uma melhor articulação das ações desempenhadas em um APL, se torna necessário o estabelecimento de mecanismos, como por exemplo, o de governança. Esse mecanismo por sua vez possibilita a interação entre os atores envolvidos, no qual pode contribuir para a otimização das empresas participantes e maior crescimento e desenvolvimento das atividades, fazendo assim, da estrutura de governança um

fator importante no estabelecimento e mantimento de práticas competitivas, no entanto, é sob essa ótica que se debruçará a seção seguinte.

3.2 Estruturas de Governança em APL

A estratégia dos APLs caracteriza-se por um extenso processo colaborativo que exige intensa interação e manutenção das relações entre os participantes. Adicionalmente, devido à estrutura complexa e dinâmica baseada na cooperação, faz-se necessária a presença de uma estrutura de governança que proporcione maior sinergia nas ações do APL, buscando atingir objetivos convergentes entre os agentes.

Deste modo, a temática da governança em APL se faz necessário para os agentes locais potencializarem o aproveitamento das suas vantagens competitivas, pois quando articulados conjuntamente desenvolvem ações coletivas que promovem a maximização das competências.

Assim, o conceito de governança está atrelado ao ambiente em que se insere. Conforme Santos e Cândido (2013), a existência de uma estrutura de governança depende de um conjunto de fatores, a exemplo; o território, a cadeia de produção, entre outros.

Em APL a governança diz respeito também aos modos de coordenação, intervenção e participação nos processos de decisão locais dos diversos atores sociais e às diferentes atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção, bem como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos (SANTOS; CÂNDIDO, 2013).

Um APL sem uma estrutura de governança seria apenas uma corrente de relações de mercado. Assim a utilização de um mecanismo de governança em APLs situados em locais em desenvolvimento, contribui para que ocorra uma maior probabilidade desse local se desenvolver e das entidades se tornarem relevantes atores na cadeia global de valor (PATIAS et al., 2017). Ou seja, constituindo-se importante não somente para o seu funcionamento interno, mas também devido ao impacto que gera na localidade que se insere.

Em um APL, a governança e a competitividade relacionam-se à coordenação de atividade entre atores empresariais e a criação de condições para se gerenciar de forma ordenada a ação coletiva de diversos atores. São administrados processos compartilhados que envolvem decisões comuns acerca de políticas públicas e privadas relativas à dinâmica entre instituições, aos atores do APL e ao governo (PATIAS et al., 2017).

Desta maneira, atuação dos atores em estruturas de governança visa minimizar as falhas de mercado e os conflitos decorrentes das transações. Em que abrangem alguns aspectos específicos como: a especificidade dos ativos envolvidos (físicos, humanos, locacionais, de infraestrutura e dedicados); a incerteza e a frequência de interações (WILLIAMSON, 2012). Logo, a especificidade dos ativos, corrobora no mais importante indutor de estruturas de governança eficientes.

Todavia, a forma como é coordenada a estrutura de governança varia de acordo com cada APL. Pesquisadores têm proposto diversas nomenclaturas para descrever os tipos e características necessárias de governança. Hilb (2009) identifica quatro fatores que influenciam a governança. O primeiro é a interação entre ambiente interno e externo, o segundo representa a interação entre o conselho estratégico, o terceiro se refere à interação entre todas as empresas e instituições correlatas e de apoio e o quarto consiste no controle das ações. Estes fatos ressaltam o esforço dos atores em um APL que objetivam alcançar uma eficiência coletiva.

No entanto, segundo Neto e Serrano (2011) os requisitos básicos para a continuidade em um processo de governança são: transparência, patrimônio, inclusão, eficiência e consenso. Com base nisto verifica-se na literatura, no mínimo, seis formas divergentes e clássicas de governança:

QUADRO 2 – Tipos de Estrutura de Governança

Formas de Governança	Classificação
Sistema centro-radial	Ocorre quando uma grande empresa coordena as micros, pequenas e médias empresas atuantes.
Bilateral vertical	Busca dinamizar as assimetrias de poder por meio do estabelecimento de interesses conjuntos para as organizações de diferentes elos da cadeia produtiva.
Bilateral horizontal	Constitui-se a partir da união de empresas concorrentes que buscam a confecção de um produto ou serviço específico.
Multilateral horizontal	Incide quando a coordenação passa por agentes públicos ou privados que buscam estreitar as relações entre os atores.
Multilateral vertical	Desenvolve-se entre instituições e empresas pertencentes as cadeias produtivas diferentes, mas com relação próxima de trocas.
Suportada pelo Estado	Categoria mais eclética que designa as instituições estatais que, instaladas em detrimento local, fomentam o desenvolvimento econômico (por exemplo, exército, universidade, polo petrolífero, entre outros).

Paralelamente, autores como Humphrey e Schmitz (2000) utilizam o termo governança para descrever o processo de coordenação dos agentes de um determinado sistema produtivo em suas várias esferas de relacionamento, isto é, entre os setores públicos e privados, em nível local, regional ou global, conforme ilustra o QUADRO 3.

QUADRO 3 – Categorias de Ações Público-Privadas Níveis de Governança Local e Lobal

Esferas	Nível Local	Nível global
Governança privada	Associações comerciais locais; e <i>clusters</i> com empresa líder.	Cadeia global conduzida pelo comprador e cadeia global conduzida pelo produtor.
Governança pública	Agências governamentais locais e regionais.	Regras internacionais de comércio; e regras nacionais e supranacionais com padrões globais de fornecimento.
Governança público-privada	Redes de políticas regionais e locais.	Padrões internacionais; e campanhas de organizações não governamentais (ONGs) internacionais.

Fonte: Esquematização própria a partir das categorizações de Humphrey e Schmitz (2000, p 5-6).

Assim, essas formas de governança podem exercer papel importante para melhorar a competitividade dos produtores aglomerados. No caso da governança local executada pelo setor público, as ações podem ser a elaboração e a manutenção de organismos voltados para o desenvolvimento dos produtores locais, como agências governamentais de desenvolvimento. Em contrapartida, a governança local privada destaca o papel das associações de classe, dos sindicatos, das agências de desenvolvimento privadas, entre outras, que atuam como catalisadores do processo de desenvolvimento local (SUZIGAN; GARCIA; FURTADO, 2007).

Além destas configurações de governança, citada pelos autores anteriores, Gereff, Humphrey e Sturgeon (2005) complementam o estudo, tratando das cadeias globais de valor. No qual, estabelecem uma tipologia com cinco tipos básicos de governança da cadeia de valor, como pode ser identificado no QUADRO 4.

QUADRO 4 - Tipologia de Governança da Cadeia de valor

Governança de Cadeia de Valor	Representação
Mercados	Direcionados basicamente pelo preço e pela baixa complexidade dos produtos e dos serviços, sendo que os custos de mudança para novos parceiros são baixos para ambas as partes.
Cadeias de valor modulares	Normalmente os fornecedores em cadeias desse tipo fazem produtos de acordo com as especificações do cliente.
Cadeias de valor relacional	Nessas redes, vê-se complexas interações entre compradores e vendedores que muitas vezes criam dependência mútua e altos níveis de especificidade de ativos.
Cadeias de valor cativo	Nessas redes, os pequenos fornecedores são tradicionalmente dependentes dos compradores maiores, enfrentando custos de mudança significativos, sendo, portanto, cativos.
Hierárquica	Forma de governança caracterizada pela integração vertical.

Fonte: Esquematização própria a partir das categorizações de Gereffly, Humphrey e Sturgeon (2005, p. 84).

Desta forma, estas estruturas de governança possibilitam, maiores articulações entre os atores envolvidos, possibilitando a partir dessas interações, o fortalecimento das relações, transparência e maior participação no processo de tomada de decisão, melhoramento no nível de conhecimento, contribuindo com o aumento nos níveis de cooperação dos agentes, de modo a impulsioná-los para o desenvolvimento local, em que contribui direta e indiretamente com a melhoria dos fatores que podem interferir na dinâmica competitiva.

Em resumo, verifica-se que a existência de estruturas de governança fortalece as relações da rede e as interações dos mecanismos de desenvolvimento existentes em determinadas regiões. No qual, o entendimento de governança está relacionado ao ambiente que se insere, podendo como já ressaltado, ir desde o território ao tipo de cadeia de produção, para que assim se escolha a melhor ou a mais adequada estrutura de governança. Haja vista que a existência por si só dessa estrutura não traz melhores resultados, e sim a existência de estruturas de governança adequadas, específicas para determinadas regiões.

Em virtude de tudo que foi exposto, é possível afirmar que essas estruturas e fatores intrínsecos acerca dos APLs, evidenciam as vantagens competitivas dos arranjos os quais tem se constituído em importante instrumento para o desenvolvimento de uma localidade. É nessa perspectiva que se delinear a próxima seção.

3.3 Os Arranjos Produtivos Locais como Instrumento de Indução para o Desenvolvimento Local

A estratégia de desenvolvimento econômico local e regional com foco em APLs como já demonstrado, está associada à uma discussão ampla, que envolve os modelos de aglomerações produtivas de micro, pequenas e médias empresas e sistemas produtivos industrializados.

Trata-se também de uma política pública recentemente adotada no Brasil de fomento ao desenvolvimento econômico territorial das localidades, combinando a reativação da economia de aglomeração externa com o suporte das vocações e potencialidades regionais, o que tem ocorrido também no âmbito estadual, a exemplo da Paraíba.

São diversas, as prioridades que justificam a inclusão dos arranjos produtivos locais na agenda dos protagonistas do desenvolvimento territorial integrado e sustentável e das instituições que participam da elaboração das estratégias locais (SACHS, 2002).

Além do mais, como aponta Amaral Filho (2001) os APLs como fator de desenvolvimento endógeno da economia regional e local, abrange um processo que amplia o emprego, o produto e a renda do local ou da região. Por isso as políticas dos diferentes países vêm incorporando estas tendências. No qual, as novas formas e instrumentos de promoção do desenvolvimento industrial e inovativo tendem, cada vez mais, à focalizar de maneira prioritária em arranjos e sistemas produtivos locais (TATSCH et al, 2015; LEMOS; SANTOS; CROCCO, 2005).

Assim, essa nova abordagem política, conceitual e metodológica, em torno de APL, é realizada em um momento em que o sistema produtivo e a ordem geopolítica mundiais passam por profundas e importantes transformações, associadas à emergência da Economia do Conhecimento e do Aprendizado, bem como a aceleração do processo de globalização (CASSIOLATO; LASTRES; MACIEL, 2003).

Desta forma, a opção estratégica, pela atuação em APL, decorre, fundamentalmente, do reconhecimento de que políticas de fomento as (MPMEs) são mais efetivas quando direcionadas a grupos de empresas e não a empresas individualizadas. O tamanho da empresa passa a ser secundário, tendo em vista que o potencial competitivo dessas firmas advém não de ganhos de escala individuais, mas sim de ganhos decorrentes de uma maior cooperação entre essas firmas (SEBRAE, 2003).

Além do mais, essa nova orientação privilegia a interação entre os atores, isto é, com esforços cada vez mais direcionados para novas formas de se promover o fluxo e transferência de conhecimentos entre eles.

Especificamente, com relação ao Brasil, têm proliferado desde a década de 1990 pesquisas sobre APLs com amplo espectro de atividades abrangidas, que varia desde os APLs industriais e agropecuários até os APLs de serviços e culturais (APOLINÁRIO; SILVA, 2010; CAMPOS et al., 2010; MATOS; BORIN; CASSIOLATO, 2015). Estudos desenvolvidos, tanto pela RedeSist como por pesquisadores vinculados a órgãos públicos, evidenciam avanços. Lastres e Cassiolato (2003, p. 7) são enfáticos ao reconhecerem as seguintes vantagens do foco em APLs:

- 1) Representar uma unidade prática de investigação que vai além da tradicional visão baseada na organização individual (empresa), setor ou cadeia produtiva, permitindo estabelecer uma ponte entre o território e as atividades econômicas, as quais também não se restringem aos cortes clássicos especiais como os níveis municipais e de microrregião; (2) Focalizar um grupo de diferentes agentes (empresas e organizações de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D -, educação, treinamento, promoção, financiamento) e atividades conexas, que usualmente caracterizam qualquer sistema produtivo e inovativo local; (3) Cobrir o espaço que simboliza o lócus real, onde ocorre o aprendizado, são criadas as capacitações produtivas e inovadoras e fluem os conhecimento tácitos e (4) Representar um importante desdobramento da implementação das políticas de desenvolvimento industrial, particularmente daqueles que visam estimular os processos de aprendizagem, inovação e criação de capacitações.

Em síntese, para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento com ênfase nos Arranjos Produtivos Locais, embora não haja consenso entre os estudiosos do assunto (TATSCH, 2006), algumas ações presentes nessas políticas, podem ser destacadas. A primeira delas consiste em estimular o diálogo e a cooperação entre os atores, o que pressupõe a participação dos interessados na proposição e realização das iniciativas (LINS, 2000).

Um segundo grupo de ações de apoio a essas políticas refere-se ao desenvolvimento de marketing coletivo da especialização produtiva do arranjo. Este tipo de ação envolve iniciativas, para conscientizar e desenvolver as empresas do aglomerado, especialmente em relação à qualidade e diferenciação dos produtos, objetivando a criação e divulgação de uma marca regional do APL. Tal marca é construída ao longo do tempo – considerando, como já ressaltado, a história, as tradições, a cultura local, o enraizamento da atividade produtiva no território, etc. – e constitui-se em uma vantagem competitiva às firmas locais (TATSCH, 2006).

O terceiro grupo de iniciativas relaciona-se à disseminação do conhecimento entre as empresas do arranjo, sobretudo, as de micro e pequeno porte. Estas iniciativas referem-se

tanto à educação formal quanto ao estímulo e desenvolvimento de entidades e demais organizações que possam atuar para este fim (DINIZ; SANTOS; CROCCO, 2006).

O quarto e último grupo de ações diz respeito aos incentivos para atração de investidores ou para a formação de parcerias, os quais supririam as lacunas identificadas no APL. Tais investidores ou parceiros complementam os arranjos produtivos verticalmente, ao longo da cadeia e, horizontalmente, por meio de esquemas de cooperação (TATSCH, 2006).

Depreende-se, então, face ao exposto nesta seção, que os APLs estão presentes na atualidade tanto em termos de conceito analítico para quem estuda o desenvolvimento regional/local, quanto como política pública de fomento às redes de cadeias produtivas em suas bases territoriais, sobretudo de pequenos negócios.

Entretanto, mediante a multiplicidade do tema, os APLs também apresentam certas fragilidades do ponto de vista de seus postulados e perspectivas se pensados apenas em recursos e políticas aplicáveis ao nível local (DINIZ; SANTOS; CROCCO, 2006). Na verdade, para que um arranjo seja bem sucedido é essencial que os atores cooperem entre si, e não estejam envoltos apenas nas suas próprias necessidades de modo individualizado, pois o sentimento de coletividade é o que de fato, faz o arranjo se desenvolver.

Contudo, este fato é uma das dificuldades recorrentes neste tipo de categoria, e por isto se espera que os atores governantes, coordenadores e gestores em um APL desenvolvam práticas e ações que influencie e/ou impulsione o viés da coletividade entre as ações articuladas. É relevante ressaltar, que quanto maior o nível de articulação entre os atores com todas as esferas de poder, aumenta-se o grau de oportunidades e possibilidades para o arranjo.

Deste modo, para que estas ações possam ser fluídas, necessita-se, portanto, de engajamento por parte de todos que o integram. Porém, o que se percebe em muitos casos, é o sentido oposto, e quando os atores passam a agir desta maneira, logo verifica-se no decorrer do tempo, uma redução no grau de enraizamento do APL. Destarte, como a maioria dos APLs partem de fatores endógenos ao local, denomina-se que, cada arranjo tem suas particularidades e, portanto, dificuldades e fragilidades e por isso não se pode generalizá-las. Nesse sentido, interpreta-se, que, sendo um APL não se deve dispersar desta compreensão. Sob esta lógica, mais a frente o trabalho irá se debruçar especificamente sob o APL objeto de estudo, discutindo assim o cenário de potencialidades e fragilidades.

Ademais, um outro fator relevante no contexto de APL e que não se pode esquecer, é que esse conceito ascendeu à agenda pública brasileira ao final da década de 1990 e tem se mantido até hoje. Por isso, o estudo e o delineamento de ações de políticas públicas com apoio e fomento a esses aglomerados no Brasil merece especial atenção em função do

impacto que a referida política pode exercer, funcionando como uma estratégia de desenvolvimento regional ou local, bem como de superação ao subdesenvolvimento. Assim, é a respeito desse enfoque que seguirá a próxima seção.

3.4 As Políticas Públicas no Brasil para Desenvolvimento de APL

A política brasileira de desenvolvimento local especificamente com foco em APLs se caracteriza por dois momentos. O primeiro compreende ações específicas desenvolvidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia no período de 1995 a 2001 e, o segundo se inicia em 2002 quando a temática dos APLs se insere, de fato, na agenda do governo federal e se estende aos nossos dias. Trata-se, como ressalta Brito (2009, p. 155), “de uma política interministerial e transversal entre os diversos Ministérios, contando, também com a participação de outras instituições públicas e privadas, tais como bancos, organizações intergovernamentais (OIGs), dentre outras”.

Na perspectiva da escala nacional, de acordo com Fuini (2013), o conceito de APL foi inicialmente sistematizado no Brasil por um grupo de pesquisadores reunidos na Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), a partir de pesquisas iniciadas na década de 1990 sobre meios inovadores e sistemas nacionais, locais de inovação.

Os principais resultados apurados por esta rede confirmam que a aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias coletivas geradas por suas interações vêm fortalecendo as chances de sobrevivência e crescimento destes empreendimentos, constituindo-se em importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras. A participação dinâmica em APLs tem auxiliado empresas, especialmente as micro e pequenas empresas, a ultrapassarem, as conhecidas barreiras ao crescimento, a produzirem eficientemente e a comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até internacionais (REDESIST, 2004).

Logo, juntamente com o fator globalização, a incorporação da abordagem de APL na esfera das políticas públicas e privadas ocorreu rápida nos países desenvolvidos. No Brasil, segundo Lastres (2007), a incorporação de modo concreto, ocorreu a partir de 1999 no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Em parceria com os estados da federação, foram identificados APLs, nos quais foram apoiados projetos de cooperação entre institutos de pesquisa e empresas, visando aprimorar produtos e processos. Foi também incluída pela

primeira vez uma ação em APL no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal entre (2000-2003), de responsabilidade do (MCT).

O Ministério da Indústria do desenvolvimento e do Comércio Exterior (MDIC) também inseriu no PPA, no período de 2004-2007, o desenvolvimento de APLs como uma das estratégias da política industrial brasileira para o desenvolvimento econômico. Uma vez que os APLs podem se formar em escalas e setores econômicos diversos se tornando uma importante política de interiorização da indústria no país (ULTRAMARI; DUARTE, 2012).

A partir de 2008, foram feitos novos levantamentos para identificar potenciais APLs e seu respectivo estágio de evolução. No âmbito do PPA, coexistiram as seguintes ações dirigidas aos APLs: Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte e a Pesquisa de Mercado (SEBRAE, 2014).

Com efeito, diversas ações transversais foram realizadas pelos principais atores comprometidos com o desenvolvimento dos APLs. Além dos ministérios citados (MCT) e (MDIC); outros atores contribuíram para esse desenvolvimento, tais como; o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de estudos e Projetos (FINEP), a (RedeSist) como já ressaltado, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP – APL) e o Sebrae.

Destarte, cabe destacar que de acordo com a instituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL) coordenado pelo MDIC¹³ (2018), até o último recenseamento, realizado em 2015, havia 677 APLs reconhecidos por este grupo, distribuídos regionalmente da seguinte forma: Nordeste: 210 APLs; Sudeste: 170 APLs; Norte: 123 APLs; Centro-Oeste: 91 APLs; e Sul: 83 APLs. Em 59 setores produtivos, em que a grande variedade é reflexo da diversidade brasileira. Todavia, o número de municípios abrangidos são 2.175 (aproximadamente 40% dos municípios brasileiros).

Nessa ótica, o Sebrae que desde o início dos anos 2000 definiu políticas e elaborou a metodologia de identificação e apoio aos APL também tem funcionado como um órgão governamental que já atua em mais de 230 APLs no Brasil, uma das características de sua ação de apoio é a diversidade de escalas e setores da economia atendidos. A diversidade de setores permite que pequenos negócios tradicionais das regiões, outrora alheios às cadeias produtivas típicas das grandes indústrias, recebam apoio técnico e científico para seu incremento e isto, reitera ainda mais o papel de inclusão social que um APL desenvolve.

¹³ De acordo com o Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais>>

(ULTRAMARI; DUARTE, 2012). Nessa perspectiva, o Sebrae (2003, p.108) procura atuar no desenvolvimento dos APLs com o objetivo de:

Apoiar a promoção de territórios, inclusive os chamados “rurais”, que já apresentem elementos de aglomeração de micro e pequenos negócios, associados ou não entre si ou a médias e grandes empresas, que operam em forma de rede (empresas-rede), ou mesmo concentrações de grandes indústrias que apresentem elevado potencial de integração com micro e pequenos negócios.

Ademais, além dos APLs apresentarem diversos benefícios para o local e a região, As ações conjuntas no âmbito local entre as empresas e destas com o poder público mostram crescente importância, proporcionando um maior entendimento sobre a realidade local.

Assim, a constatação de APLs consolidados localmente pode indicar que alguma vantagem tanto para as empresas quanto para a região pode ocorrer, como emprego e renda. Nesse contexto, Brito (2002, p.1) enfatiza:

A estruturação em aglomerados estimula processos interativos de aprendizado ao nível local que viabilizam o aumento da eficiência produtiva criando um ambiente propício a elevação da competitividade dos agentes. Além, disso, é comum o argumento de que a intensificação das articulações e interações entre empresas nessas aglomerações costumam ter impactos importantes em termos de geração e da qualidade do emprego ao nível local, contribuindo para a dinamização desses espaços econômicos.

Nesse sentido, cabe ressaltar que os APLs não constituem, por si só, objetivos das políticas, mas meios ou instrumentos para se construir o desenvolvimento em sentido amplo, propiciando formas de dar maior dinamismo econômico e sustentabilidade a pequenos empreendimentos, bem como criando ambiente favorável à inovação e aos sistemas de governança social politicamente sustentáveis (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Deste modo, os APLs proporcionam às empresas participantes, subsídios para enfrentar o mercado acirrado, superar os desafios, as dificuldades de acesso ao crédito e até mesmo as barreiras impostas pelo excesso de burocracia, bem como discutir as características e as vantagens relacionadas a esse modelo de estrutura organizacional. Visto que, um grupo de empresas fortalecidas gera uma externalidade positiva na geração de emprego e renda, tornando-se um atrativo às outras empresas para que se instalem na região. Consequentemente, contribuindo para que ocorra um desenvolvimento da região ou do local.

Para isso, uma das formas do governo alavancar os APLs é através da criação de políticas que apoiem e ajudem no desenvolvimento dessas aglomerações de empresas. Visto que o fortalecimento do local tem como resultado o aumento da renda e do nível de emprego e com a difusão de conhecimentos regionais, a comunidade local é inserida no âmbito social,

facilitando o desenvolvimento de políticas públicas com o intuito de fortalecimento coletivo das localidades.

Assim, de acordo com o que foi exposto neste tópico, observa-se que o desenvolvimento dos APLs está atrelado ao desenvolvimento de um protagonismo nacional capaz de acreditar, formular, induzir e negociar as mudanças que o país precisa para promover um desenvolvimento socialmente mais justo e equilibrado, endógeno e/ou local.

No entanto, apesar da expressiva relevância dos APLs para o desenvolvimento das localidades, entende-se que ainda possui um enorme potencial inexplorado, podendo desenvolver fortemente a competitividade das empresas, principalmente naqueles setores em que o conhecimento tácito, a imagem regional ou a presença de pequenas e médias empresas é fator importante. Sua força se baseia principalmente na cooperação institucionalizada, no diálogo de lideranças com poder público e no planejamento sobre o futuro.

Em virtude dos fatos mencionados, é possível afirmar que os estudos acerca dos APLs, evidenciam as vantagens competitivas dos arranjos cooperativos multilaterais, os quais tem se constituído em importante instrumento para o desenvolvimento de uma região. Entretanto, as novas exigências da sociedade apontam para a necessidade de que este desenvolvimento ocorra de forma sustentável, conforme será tratado na seção que segue.

3.5 Sustentabilidade em Arranjo Produtivo Local

A categoria de arranjo produtivo local como já referenciada, pode ser entendida e/ou implementada como um instrumento para promover o aumento da competitividade, incremento da atividade empreendedora, inclusão dos micro, pequenos e médios negócios nas políticas de desenvolvimento do Brasil e especialmente para promover geração de sustentabilidade.

Nesse contexto, os arranjos têm um papel importante no desenvolvimento e na sustentabilidade local, isto quando, não produzam externalidades negativas. Assim, a questão a ser examinada é, a criação de estruturas de governança nesse sentido, ou seja, para que haja o desenvolvimento e fortalecimento dos aglomerados e simultaneamente o transbordamento de benefícios gerados à comunidade local.

Assim, com a evolução do próprio conceito de desenvolvimento, mediante o fortalecimento do paradigma da sustentabilidade, torna-se essencial uma evolução das discussões em torno dos APLs para que incorporem ponderações acerca das três principais

dimensões: econômica, social e ambiental, para que deste modo, possam apresentar um desenvolvimento equilibrado.

Em outros termos, não basta que um arranjo promova apenas crescimento econômico, mas que esse crescimento venha acompanhado de desenvolvimento econômico e se tratando de menores espaços territoriais, que, portanto, fomentem o desenvolvimento local. Todavia, para que isto ocorra, é necessário que esse tipo de desenvolvimento ocorra de forma homogênea e alinhado entre estas três dimensões.

Sendo assim, para que um aglomerado de empresas possa ser considerado um (APL Sustentável) o mesmo deverá apresentar bom desempenho nos indicadores de competitividade e de sustentabilidade. Sendo imprescindível que o espaço geográfico onde estes estejam inseridos também demonstre um bom desempenho nos indicadores de sustentabilidade desenvolvidos para medir a sustentabilidade de espaços geográficos principalmente nos municípios (FURLANETTO et al., 2011).

Estabelecidas essas condições, autores como Furlanetto, Cândido e Martin (2011), definem os instrumentos para avaliação dos APLs, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, ou seja: os indicadores de sustentabilidade, os quais tem por meta mensurar os ritmos do desenvolvimento, conforme a ilustra o QUADRO 5.

QUADRO 5 – Indicadores de Sustentabilidade em APL

Dimensão	Indicadores	Representação
Dimensão Econômica da Sustentabilidade	Competitividade Sistêmica	Nesta dimensão há dois modelos, o primeiro modelo de competitividade sistêmica Esser et al (1994), que se divide em dois fundamentos: no primeiro há diferenciação entre quatro níveis: meta, macro, meso e micro. Já, o segundo refere-se à vinculação de elementos provenientes da nova economia industrial. O segundo modelo desta dimensão é proposto por Coutinho e Ferraz (1994), e por Ferraz, Kupfer, Haguenuer (1997). No qual, foi desenvolvido a partir do estudo sobre a Competitividade Brasileira – ECIB
Dimensão Social e Ambiental	Responsabilidade Social Empresarial (RSE)	O conceito de (RSE) está relacionado com a ética e a transparência na gestão dos negócios que reflete nas decisões cotidianas que podem causar impactos na sociedade, no meio ambiente e no futuro dos próprios negócios.
Dimensão da sustentabilidade dos territórios (Municípios)	Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM)	O IDSM reconhece a necessidade da abordagem sistêmica para tratar das questões da sustentabilidade, sendo assim, as informações são organizadas numa perspectiva ampla e integrada envolvendo os aspectos sociais, demográficos, econômicos, político-institucional, ambiental e cultural, refletindo a realidade dos municípios para a construção de um índice de sustentabilidade.

Fonte: Esquematização própria a partir de FURLANETTO et. al. (2011).

Deste modo sobre a Dimensão Econômica da Sustentabilidade, deve-se salientar que o primeiro modelo de competitividade sistêmica Esser et al (1994 apud FURLANETTO et al., 2011, p. 210), é estruturado sobre dois fundamentos que o distingue dos outros, a saber:

- i) a diferenciação entre quatro níveis de análises: no nível meta, o objetivo é o consenso social, um padrão básico de organização institucional (político, econômico, jurídico, macro social, entre outros) e a disposição e capacidade de implantar uma estratégia de médio e longo prazo, direcionadas para a competitividade, visando o desenvolvimento tecnológico; no nível macro busca-se criar condições gerais para uma competitividade eficaz com macropolíticas de sustentação; em nível meso, a ideia é configurar o entorno do setor produtivo como uma rede bem estruturada, de instituições de apoio; e no nível micro, o objetivo é promover uma gestão eficiente às mudanças técnicas e organizacionais a partir da explicitação de necessidades e desejos das empresas; ii) diz respeito à vinculação de elementos provenientes da nova economia industrial, como a teoria da inovação, tendo como base as ciências políticas, econômicas e sociais e os estudos que envolvem a formação de redes sociais.

O segundo modelo de competitividade é o proposto por Coutinho e Ferraz (1994) e Ferraz, Kupfer, Haguenaer (1997), o qual foi desenvolvido a partir do estudo sobre a Competitividade Brasileira – ECIB sua aplicação é voltada para o desempenho competitivo de empresas, setores industriais e países. O modelo tem como conceito de competitividade “a capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado” (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1997, p. 4 apud FULANETTO et al., 2011).

Quanto a segunda Dimensão Social e Ambiental, essa questão tem assumido importância junto ao ambiente empresarial, a ponto de regulamentar normas e padrões certificáveis internacionais relacionados especificamente ao tema da responsabilidade social, como as normas SA8000 (relações de trabalho) e AA1000 (diálogo com partes interessadas), que passaram a ter ampla aceitação e credibilidade no atual ambiente empresarial.

Por sua vez, no que se refere à terceira dimensão, o (IDSM) fornece subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas que propiciem as condições adequadas para a qualidade da vida da população no momento atual e para as futuras gerações.

Diante do contexto apresentado, torna-se notório que: “para que o APL seja sustentável, deve ser competitivo e ao mesmo tempo, apresentar práticas socioambientais adequadas, evidenciadas através da sustentabilidade local” (FURLANETTO et al., 2011, p. 221). Nesse sentido, a categoria APL, que preconiza o desenvolvimento na plenitude da palavra, deve-se evitar programas que fazem promessas a curto prazo, pois em sua maioria ou comprometem o meio ambiente ou submetem a mão-de-obra a condições precarizadas de trabalho.

Em outras palavras, as dimensões e atores inseridos ao cenário devem desenvolver ações motivadas a gerarem mudanças, ou seja, mudanças na estrutura socioeconômica do local. No qual, a comunidade local esteja envolvida e beneficiada e não apenas para grupos isolados.

Portanto, compreendido este cenário, bem como compreendido os fatores que envolvem a categoria APL. A partir deste momento será apresentado os procedimentos metodológicos a serem usados no último capítulo desta pesquisa, que trata da análise específica do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo será apresentado a metodologia da pesquisa. No qual, está dividido nas seguintes seções: (4.1) onde será realizado de modo geral a Caracterização da Pesquisa. Por sua vez, a (seção 4.2) demonstra uma breve discussão sobre a Caracterização da Área de Estudo. E por fim, é delimitado uma Amostragem do APL (seção 4.3).

4.1 Caracterização da Pesquisa

Visando atingir os objetivos da pesquisa, ou seja, analisar as Tessituras do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB no enredo da Teoria do Desenvolvimento Local; o presente estudo, a partir do critério de classificação baseado nos objetivos, o tipo de pesquisa adotada durante a construção deste trabalho, é exploratória-descritiva.

De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema a ser estudado, de modo a torná-lo mais explícito, levando ao aprimoramento das ideias ou a descoberta de intuições. Por sua vez, a pesquisa descritiva é utilizada, quando se deseja descrever e demonstrar as características de um fenômeno e sua relação com outros fenômenos.

Logo, este método foi utilizado para promover ao pesquisador uma maior profundidade de análise e compreensão acerca das teorias do arranjo produtivo local, relacionando-as com os dados e informações coletadas ao longo do estudo, visando, fundamentalmente, estabelecer uma ligação com o problema de pesquisa e suas possíveis respostas.

Seguindo o critério baseado nos procedimentos técnicos, a pesquisa, pode ser classificada como bibliográfica, ou seja, desenvolvida com base em material já elaborado, como, por exemplo, livros, teses, dissertações de mestrado, e artigos científicos disponíveis tanto em meios impressos como eletrônicos e que constam nas Referências deste trabalho. Assim, a base conceitual, explorada ao longo da fundamentação teórica, se constituiu na coleta de obras capazes de fornecer ao pesquisador os elementos teóricos necessários para construção da pesquisa.

Ademais, a pesquisa também se caracteriza como documental, tendo em vista que, a mesma, se vale de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto da pesquisa, como, por exemplo, os relatórios

fornecidos pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados); Relação Anual de Informação Sociais (RAIS); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e bases derivadas como: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS BRASIL); como já citado a (REDESIST) e o Grupo (Seis SIGMA). Cabe ressaltar que a plataforma da Abicalçados foi a principal base de dados para se delinear o cenário interescalar da indústria calçadista, análise que consta no próximo capítulo.

Ainda relacionado aos procedimentos técnicos, a pesquisa também se caracteriza como estudo de campo, uma vez que, a mesma se debruça sobre uma realidade de estudo, proporcionando amplitude na cobertura de todos os aspectos que a envolvem. Assim, sobre a pesquisa de campo:

é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. [...] Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los (LAKATOS, 2003, p. 186).

Assim, para a coleta dos dados e informações foi utilizado o método da observação direta não participante, que “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p.186).

Como instrumentos de coleta de dados, se fez uso da aplicação de entrevista semiestruturada, que conforme Gil (2008) é o tipo de entrevista que é guiada por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso, de modo que, mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias.

Assim, esse tipo de entrevista foi direcionado aos atores da esfera pública que compõem o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB. Deste modo, as entrevistas ocorreram com os atores de duas instituições e uma entidade de classe. A primeira delas foi o Centro de Tecnologia de Couro e Calçados Albano Franco (IST-CTCC), no qual houve dois momentos: ainda no ano de 2019 foi aplicado uma entrevista presencialmente e no ano de 2020 a segunda entrevista se deu por telefone através de uma chamada de ligação com o mesmo ator. A segunda entidade classe foi, o Sindicato de Calçados da Paraíba (Sindicalçados/PB), as entrevistas também se dividiram em duas etapas, a primeira no ano de

2019 e a segunda em 2020 com o mesmo ator. Todas se deram de modo presencial. E a terceira, ocorreu no ano de 2020 presencialmente com o ator do Sebrae.

Em continuação aos instrumentos de coleta, a pesquisa também se valeu da aplicação de questionários, constituídos por uma série de perguntas, e divididos em blocos, direcionados às empresas privadas, para tratar de variáveis e aspectos inerentes ao APL Coureiro Calçadista de Campina Grande- PB, sendo assim, as questões voltaram-se para:

- A caracterização das empresas;
- Viés social, pertinente às características dos funcionários das empresas;
- Viés econômico, relacionadas aos índices de produção e vendas;
- Viés da sustentabilidade;
- Sobre as próprias características do APL Coureiro Calçadista;
- Questões voltadas ao contexto do desenvolvimento local;
- Questões voltadas a pandemia (COVID-19).

No entanto, no primeiro momento desta etapa, houve uma tentativa de realizá-la de modo remoto, utilizando o aplicativo de gerenciamento de pesquisas (Google Forms), isto porque durante esta fase da pesquisa (março de 2020), o cenário conjuntural no Brasil foi marcado pelo início da pandemia do (COVID-19/2020), e por isso, as empresas tiveram suas atividades interrompidas. Posteriormente, em um determinado momento, as atividades nas empresas voltaram de forma flexibilizada e, assim, os questionários foram enviados por e-mail. Mas, devido ao sentimento de preocupação e incerteza que se assolava no momento, era compreensível que as empresas não respondessem de imediato.

Então, em um segundo momento, quando as empresas começaram a retornar com suas atividades, isso entre os meses de julho e setembro de 2020, a aplicação dos questionários foi retomada de modo presencial e após um período de dois meses esta etapa foi concluída. Para tanto, toda a parte da pesquisa que envolveu os instrumentos de coletas se valeu de um estudo empírico.

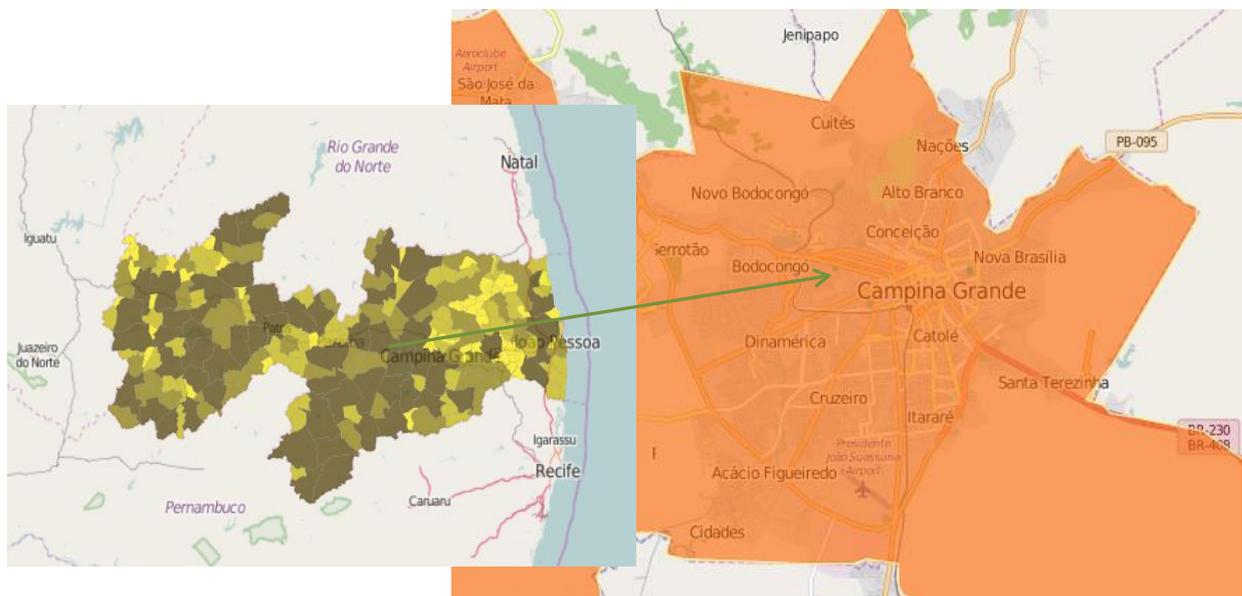
Contudo, em relação a parte do estudo que se debruçou sobre indústria calçadista por escalas, para o processo de análise dos dados, o procedimento utilizado foi a tabulação dos dados, no Excel. Assim se utilizou desta ferramenta para estratificar, analisar e discernir sobre os dados mais relevantes de bases de estudo como o (IBGE). Sobre estes dados ressaltou que houve uma dificuldade de encontrá-los disponíveis nas plataformas no âmbito municipal. Onde para isso, foi necessário ter um contato direto com o órgão do (IBGE) tanto o central, como o municipal, que disponibilizaram mais dados concernentes a esta dimensão.

Posto isto, cabe frisar que, a pesquisa proposta para análise dos dados, quanto ao seu caráter foi do tipo qualitativa.

4.2 Caracterização da área de estudo

O município de Campina Grande está situado na mesorregião do agreste paraibano, zona oriental e trecho mais escarpado do Planalto da Serra da Borborema, conforme a FIG 1. Concentrando uma área total de (594.182 km²), deste total apenas 100km² são caracterizadas como área urbana, enquanto que o restante da área do município (494.182 km²) é caracterizada como área rural. Além de sua sede, o município é composto por três distritos: Galante, São José da Mata e Catolé de Boa Vista. Faz limite com os municípios de Lagoa Seca, Pocinhos e Puxinanã ao Norte, Boqueirão, Caturité, Fagundes e Queimadas ao Sul, Riachão do Bacamarte a Leste e Boa Vista a Oeste (IBGE, 2010).

FIGURA 1 – Localização do município de Campina Grande-PB



Fonte: IBGE (2010).

Caracteriza-se como um centro submetropolitano e destaca-se como o segundo maior município em população do estado da Paraíba, com 385.213 habitantes, conforme o último censo de IBGE (2010). Todavia, a população estimada para o ano de 2020 de acordo com o IBGE (2017) é de 411.807 habitantes. Tal população está dividida oficialmente em quatro

zonas compostas por 49 bairros, conforme dados obtidos via Censo Demográfico. O bairro das Malvinas concentra o maior conglomerado habitacional, com 38.713 habitantes, seguindo pelos bairros do Cruzeiro, Liberdade, Catolé, José Pinheiro e Bodocongó com concentração da população entre 13.000 e 20.000 habitantes (IBGE, 2010).

Os estudos do IBGE (2010) ainda revelam que Campina Grande é classificada na rede urbana como uma cidade média com nomenclatura específica: Capital Regional B¹⁴. Essa classificação pressupõe que o município exerce uma expressiva influência na dinâmica da região, não apenas sobre os municípios vizinhos, mas também sobre grande parte do estado. Assim, para este tipo de classificação são considerados critérios como: função de gestão do território, níveis de centralidade do poder executivo e judiciário em escala federal, centralidade empresarial e a presença de diferentes equipamentos e serviços ofertados nos municípios.

Quanto, aos principais indicadores socioeconômicos, em 2017, o município produziu, em termos de Produto Interno Bruto (PIB): R\$ 8,648 bilhões, o que corresponde a 13,9% do PIB do estado da Paraíba. Por sua vez, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador utilizado para avaliar, não apenas o nível de crescimento econômico do município, mas também seu desenvolvimento em termos de avanços qualitativos apresentou, no mesmo ano, índice considerável de (0,778), quando comparada aos indicadores de IDH do estado da Paraíba (0,772) e do Brasil (0,778) (ATLAS BRASIL, 2017).

Com relação à participação de cada setor na formação do PIB do município para o ano de 2017, verificou-se que, o setor agropecuário foi responsável por (0,28%), a indústria contribuiu com (23,08%) da produção municipal, o setor de serviços (53,11%), a administração e serviços públicos com (23,53%) (ATLAS BRASIL, 2016).

Voltando-se para o contexto histórico, o município de Campina Grande já foi destaque no cenário mundial como o segundo maior exportador de algodão durante a década de 1930 até meados de 1950, período que contribuiu em demasia para a expansão populacional e urbana do município (QUEIROZ, 2008). A produção era tão significativa que o algodão foi chamado de “ouro branco”. Esta atividade contribuiu expressivamente para a expansão populacional e urbana do município.

Recentemente, o município tem apresentado uma dinâmica de crescimento econômico baseado na oferta de serviços e comércio, com a instalação de indústrias ao longo do

¹⁴Estudo da Região de influência das Cidades (Regic)/IBGE(2007). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf> Acesso em: abril. 2017.

perímetro urbano. Assim, as principais atividades econômicas do município de Campina Grande - PB são: extração mineral, culturas agrícolas, pecuária, indústrias de transformação, de beneficiamento e desenvolvimento de softwares, comércio varejista, atacadista e serviços.

No qual, destaca-se pela forte presença de centros educacionais e universidades públicas e faculdades privadas, caracterizando-se ainda como um polo-tecnológico (LIMA; SILVA, 2013). Nas últimas décadas a produção do setor de serviços também tem se intensificado, e isto decorre da expressiva dimensão que os eventos realizados em Campina Grande – PB vêm tomando.

Sobre à vocação histórica, para trabalhar com o couro e, subsequentemente, com calçados e afins, verifica-se que: o município teve seu período de apogeu entre 1940-1954, sobretudo, na Segunda Grande Guerra, quando exportava tais produtos. Para se ter uma ideia da participação das atividades coureiro-calçadistas da cidade em relação a Paraíba, no início da década de 70, o estado contava com cinco empresas industriais que processavam couro, sendo que quatro se localizavam em Campina Grande - PB (ALBUQUERQUE, 1998).

Mas, a produção no estado apresentou crescimento mais expressivo somente a partir dos anos 80, registrando-se, nesta década, a entrada de cerca de 80% do total de empresas atuantes em 1994. A década de 90 confirma esta tendência. Segundo os dados do (SICTCT)¹⁵ (1994), Campina Grande - PB foi responsável por, aproximadamente, 60% deste total das empresas do setor coureiro-calçadista formal e informal no estado da Paraíba.

Portanto, estes fatos corroboraram para a origem do desenvolvimento do Arranjo Produtivo Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB. Em que o surgimento de novas empresas no APL, ocorreu a partir das décadas de 70 e 80, devido a capacitação formada localmente, e que foi difundida em uma teia de relações pessoais e familiares. Sendo assim, a concepção que este aglomerado de empresas e atores, configurava-se em um APL, despontou-se em meados da década de 90.

Assim, é nesta perspectiva que o presente estudo busca entender como se tece o APL Coureiro Calçadista e a sua contribuição no processo de desenvolvimento local do município.

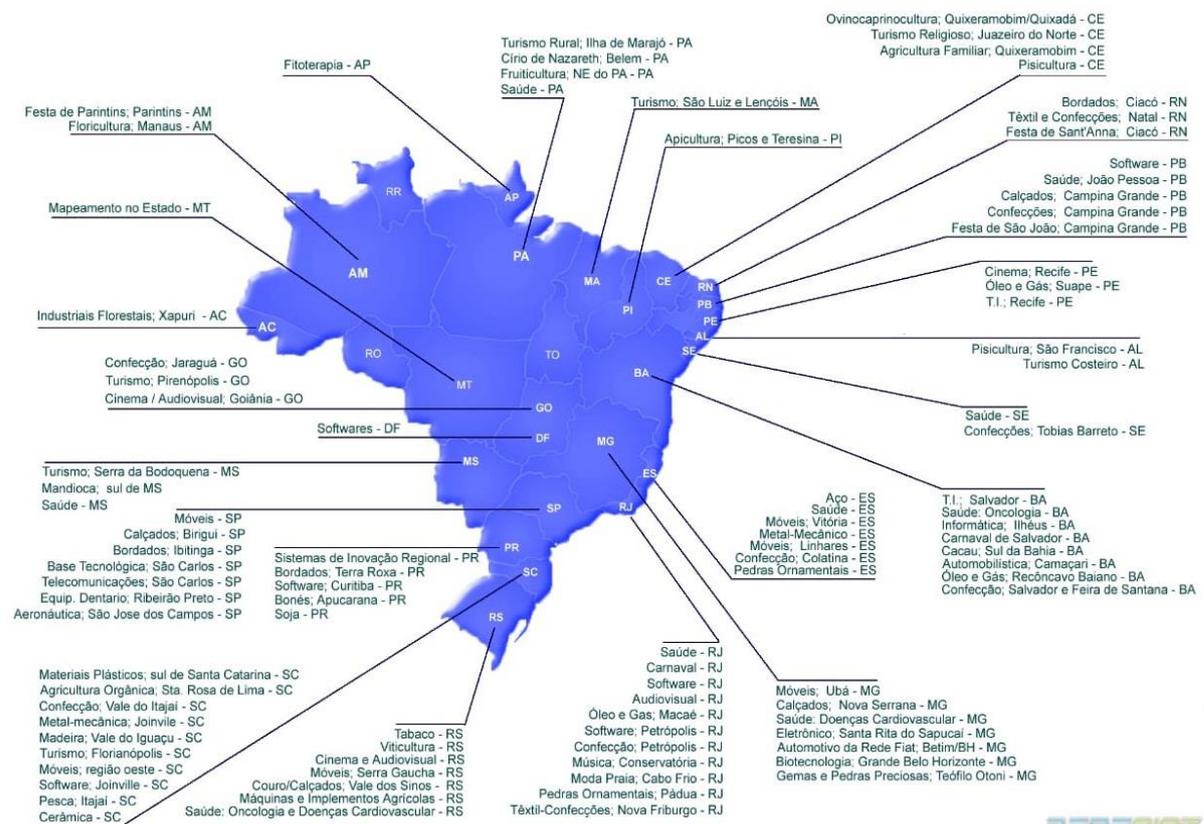
4.3 Amostragem para o APL

¹⁵ Secretaria da Indústria, Comércio, Transportes, Ciência e Tecnologia do Estado). Disponível em: <<https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/372/7/cap2%20AMBIENTE%20DO%20PROBLEMA.pdf>>. Acesso em: ago. de 2020.

Para definir a caracterização do objeto de estudo, ou seja, se delimitar o APL em questão, utilizou-se a plataforma de dados da RedeSist. A escolha por esta plataforma, se deu, pelo o contínuo esforço que a mesma vem desempenhando ao longo de quase 20 anos, para identificar as aglomerações espaciais produtivas no país, e caracterizá-las em APLs.

Desde 1997, ano em que foi criada, a RedeSist já realizou mais de cem estudos empíricos sobre APLs. No Brasil, atualmente, tem identificado e atuado em 98 APLs. Assim, foi mediante este contexto, que se optou por fazer uso da análise metodológica de mapeamento de APLs da RedeSist (1997), demonstrando quais são os APLs existentes no município de Campina Grande-PB, conforme expressa a FIG 2.

FIGURA 2 – Mapa de APLs do Brasil



Fonte: REDESIST (1997).

Assim, em conformidade com a RedeSist, são identificados cinco APLs na Paraíba¹⁶ e no município de Campina Grande –PB. Estes APLs, também abrangem outros municípios como expressa o QUADRO 6. Logo, cabe ressaltar que o presente estudo se deteve ao APL

¹⁶ Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/atividades/mapa-de-apls>> Acesso em: Abril. 2019.

Coreiro Calçadista, tentando verificar qual a implicação deste, para o município, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento local. Em que, para obtenção dos resultados de pesquisa, se fez necessário utilizar o método de amostragem visto ser de extrema importância para à representação dos componentes que determinam uma população e para parâmetro de análise.

QUADRO 6 - APLs da Paraíba

APLS	Municípios
APL Coreiro Calçadista	• Campina Grande
APL de Confecções	• Campina Grande
APL da Festa de São João	• Campina Grande
APL de Software da Paraíba	• João Pessoa e Campina Grande
APL de Saúde da Paraíba	• João Pessoa; Campina Grande; Patos; Cajazeiras; Cuité; Araruna e Areia

Fonte: Esquematização própria a partir da plataforma RedeSist (1997).

Então, para o delineamento da amostra, utilizou-se uma amostragem não-probabilística, a qual se vale do conhecimento e do julgamento do pesquisador, para selecionar os elementos apreendidos. Para tanto, o estudo priorizou aqueles atores que exercem papéis centrais no cenário específico. Deste modo, com base nos dados observados e coletados durante a construção do trabalho, com o intento de entender e explicar como se tece o APL Coureiro Calçadista. A primeira amostra delimitada voltou-se para o setor público, ou seja, se inclinou para as principais instituições e entidade de classe que atualmente gerem o APL, sendo elas:

1. O Centro de Formação Profissional do Couro e do Calçado Albano Franco (IST-CTCC)/(SENAI);
2. O Sindicato das Indústrias de Calçados do Estado da Paraíba (SINDICALÇADOS/PB);
3. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Nessa perspectiva, uma segunda amostra também foi definida, mas voltada para a esfera privada. Isto porque, segundo o IBGE (2018), o município de Campina Grande-PB abrange um total de 53 empresas no setor calçadista (fabricação de calçados). Em virtude

deste cenário, compreendeu-se ser relevante delimitar uma amostra com dez empresas, que integram o referido APL. Porém, para a pesquisa desenvolvida, foi desconsiderada a análise das grandes empresas, mantendo o foco nas (MPMEs). Por isso como ressaltado anteriormente, um dos instrumentos de coleta utilizados, foi o questionário que destinou-se às empresas da amostra. Assim o QUADRO 7 apresenta tais empresas.

QUADRO 7 – Amostra das Empresas do APL Coureiro Calçadista

Arranjo Produtivo Local	Empresas
APL Coureiro Calçadista	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Donna F & C. Indústria e Comércio de Calçados LTDA; ▪ Indústria e Comércio de Calçados Recboll LTDA; ▪ Indústria e Comércio Esportivo Montinegro LTDA; ▪ BE & BI Indústria de Calçados LTDA – EPP ▪ Indústria e Comércio de Calçados Bebezinho LTDA; ▪ Karmélia Indústria e Comércio de Calçados LTDA; ▪ Indústria e Comércio de Calçados Hawaii LTDA; ▪ Eva Calçados e Acessórios Eireli; ▪ Indústria e Comércio de Calçados Via Bella LTDA – ME; ▪ Rody Indústria de Calçados LTDA.

Fonte: Esquematização própria a partir da entrevista com o Sindicalçados/PB.

No entanto, para fomentar, descrever e interpretar o conteúdo estudado e apresentado fez-se ainda, em alguns momentos, uso do método dedutivo que em consonância com Michel (2015), é empregado quando sua utilização parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. Neste método chega-se a conclusões verdadeira, já que parte da análise de premissas verdadeiras. Empregando-o no trabalho para demonstrar o tipo de esturra de governança que se enquadra ao APL.

Portanto, é a partir de todo o quadro metodológico exposto, que o levantamento de dados será apresentado no capítulo 5.

5 ANÁLISE INTERESCALAR DA INDÚSTRIA CALÇADISTA E SUA INTERFACE COM O APL COUREIRO CALÇADISTA DE CAMPINA GRANDE-PB NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo tem como finalidade realizar uma análise interescalar da indústria calçadista, com o propósito de obter uma melhor compreensão do contexto em que emerge o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB. Após isso, será elaborado uma a categorização do APL, com a finalidade de representar as suas principais características, bem como os atores envolvidos e suas ações, com o intuito de demonstrar como se tece o arranjo.

Ademais, pretende-se depreender a contribuição deste APL para o município e, conseqüentemente, verificar, se há, uma contribuição para o desenvolvimento da localidade. Para isso, a princípio, tomou-se como base as pesquisas desenvolvidas por entidades como: (ABICALÇADOS), (IBGE), o (GOVERNO DO ESTADO) e o Grupo (Seis Sigma). Em um segundo momento, o capítulo, apresentará os resultados alcançados a partir do estudo empírico desenvolvido no município de Campina Grande-PB no tocante ao APL.

Assim, capítulo destrincha-se em oito seções. Inicia demonstrando o Cenário Mundial da Produção de Calçados (seção 5.1), seguida de uma análise sobre a Produção de Calçados Nacional (seção 5.2). Mais adiante o estudo retratará sobre a Representatividade Econômica do Município de Campina Grande -PB (seção 5.3), nesta perspectiva detém-se a demonstrar Representatividade da Indústria Calçadista do Município de Campina Grande -PB (seção 5.4).

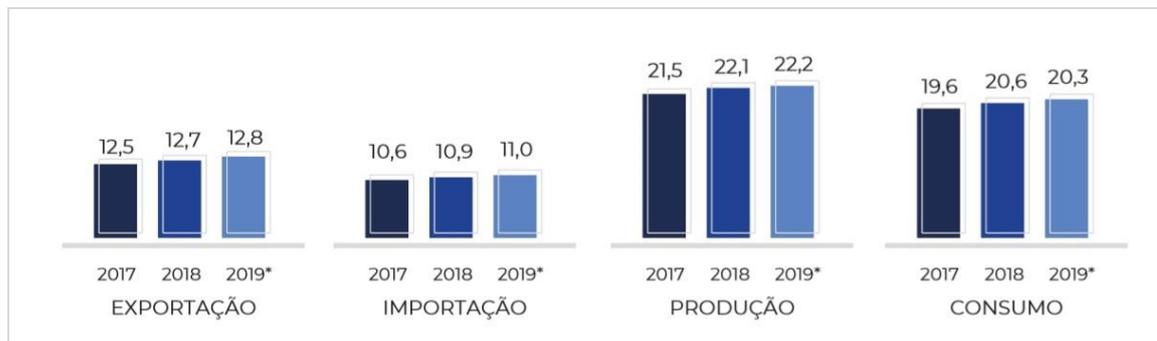
Em relação ao estudo de campo realizado, a segunda parte do capítulo irá exibir: uma Caracterização do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB (5.5); irá referenciar as Instituições Públicas e Entidade de Classe do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB (5.6); apresentará as Empresas do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB (5.7) e por fim, analisará o APL Coureiro Calçadista como um Instrumento de Indução para o Desenvolvimento Local (5.8).

5.1 Cenário Mundial da Produção de Calçados

Ao se examinar as informações referente a produção, exportação, importação e consumo mundial de calçados (pares), entre os anos de 2017 e 2018, denota-se um aumento em todas essas categorias. Em 2018, foram produzidos 22,1 bilhões de pares de calçados no mundo, dos quais, 57,5% foram destinados ao mercado externo. Respectivamente, o consumo

interno de calçados no mesmo período, totalizou 20,2 bilhões de pares, culminando em uma média mundial de 2,7 pares per capita. Todavia, a estimativa para o ano de 2019, conforme a pesquisa elaborada pela Abicalçados (2020) é que essas quatro categorias tenham apresentado um simples aumento. (VIDE FIG.3).

FIGURA 3 – Demonstração Anual do Comércio, Consumo e Produção Mundial de Calçados



Fonte: World Footwear (2020)

(*) Estimativa/ Abicalçados (2020).

Assim, de acordo com os dados explanados, o estimado para a produção de calçados em 2019 foi um tímido crescimento de aproximadamente 100 milhões de pares, tanto para o comércio internacional, quanto na produção e consumo interno. E isto decorre-se de uma série de conflitos sociais apercebidos nas economias: como os ocorridos no Chile, os problemas financeiros enfrentados na Argentina, o ritmo lento da economia brasileira com o consumo doméstico sem apresentar significativa melhora, entre outros.

Porém, para o ano de 2020, conforme o relatório da World Footwear (2020), projeta-se que o consumo mundial de calçados passe por uma acentuada queda de 22,5%, totalizando 15,7 bilhões de pares. O fato que motivou a concepção deste cenário, foi a disseminação em escala global da pandemia do novo Coronavírus, no qual suscitou em severas consequências na escala mundial, inclusive para o setor.

Posto estes dados mais gerais, nos próximos subtópicos serão destacados, respectivamente, os principais países produtores, consumidores, exportadores e importadores neste setor.

5.1.2 Principais Países Produtores e Consumidores de Calçados

Entre os maiores produtores mundiais de calçados em 2018, os três países que mais se destacaram estão localizados na região asiática, os quais representaram 72,1%, da produção calçadista. A China lidera o ranking abrangendo um significativo percentual de 52,3%, seguida pela Índia que alcançou 13,3% e o Vietnã com 6,5%. O Brasil representando entre as primeiras colocações a América Latina ocupou a quarta posição no ranking, com 4,1% da sua contingência de mercado.

Ainda entre os principais países destacados, cabe evidenciar o Vietnã, que, teve um bom desempenho produtivo quando comparado aos demais países, como pode ser visto na FIG.4, compreendendo uma elevada taxa de crescimento na produção de calçados de 13,7% entre o período de 2017 a 2018. Esse resultado, em parte, adveio da realocação da produção de calçados chineses e de empresas multinacionais na região.

FIGURA 4 - Produção Anual em (Milhões de Pares) e suas Respectivas Taxas de Variação

PAÍS	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2017-2018
CHINA	11.116	11.410	11.545	1,2% ↑
ÍNDIA	2.797	2.868	2.943	2,6% ↑
VIETNÃ	1.171	1.255	1.427	13,7% ↑
BRASIL	938	903	904	0,1% ↑
INDONÉSIA	771	810	824	1,7% ↑
NIGÉRIA	415	429	434	1,3% ↑
MÉXICO	253	264	266	0,8% ↑
TAILÂNDIA	231	238	242	1,5% ↑
ITÁLIA	188	190	184	-3,0% ↓
PAQUISTÃO	258	265	170	-36,0% ↓
OUTROS	2.454	2.848	3.149	10,6% ↑
TOTAL	20.592	21.480	22.088	2,8% ↑

Fonte: WSR/ Abicalçados, 2020.

Assim, identifica-se que entre os dez maiores produtores de calçados, oito apresentaram variação positiva entre o período de 2017 a 2018. Isto é, demonstraram algum nível de crescimento, mesmo que tímido em alguns casos. Um exemplo disso, é o Brasil que afigurou uma baixa variação na produção calçadista de 0,1%. Os países como a Itália e o Paquistão mesmo entre esta classificação, obtiveram uma queda na sua produção.

Principalmente, o Paquistão em que a taxa de variação na produção exibiu um significativo declive de (-36%).

Entretanto, com relação aos principais países consumidores de calçados, observa-se que a China e a Índia que se destacaram como os dois maiores produtores de calçados no mundo, são também os maiores consumidores de calçados (medidos em pares). Na China, a produção nacional é aproximadamente, 3,5 vezes maior, o que reflete a uma produção voltada à exportação. Já na Índia, a produção doméstica e o consumo são, praticamente, equivalentes. Com relação aos Estados Unidos verifica-se que, este, representa o 3º maior consumidor mundial, apesar de não ter posição de relevância como país produtor destes bens.

O Brasil é o quarto maior mercado consumidor de calçados do mundo, como demonstra a FIG.5, apresentando um crescimento de 2,2% nesta categoria entre o período de 2017 a 2018. Alcançando uma taxa de variação semelhante a China, líder no segmento, que obteve um percentual de 2,3%. Todavia, vale ressaltar que os valores anuais de consumo de calçados entre a China em relação ao Brasil são bem distintos. Como pode ser visto na figura abaixo a China consumiu 3.367 (bilhões) de pares de calçados, enquanto que o Brasil 818 (milhões) pares.

FIGURA 5 - Consumo Anual em (Milhões de pares) e suas Respectivas Taxas de Variação

PAÍS	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2017-2018	
CHINA	3.201	3.291	3.367	2,3%	↑
ÍNDIA	2.688	2.758	2.840	3,0%	↑
ESTADOS UNIDOS	2.339	2.381	2.443	2,6%	↑
BRASIL	835	800	818	2,2%	↑
JAPÃO	744	755	748	-0,9%	↓
INDONÉSIA	482	504	516	2,3%	↑
ALEMANHA	438	454	440	-3,1%	↓
NIGÉRIA	409	422	428	1,4%	↑
VIETNÃ	361	375	419	12,0%	↑
FRANÇA	402	409	417	2,0%	↑
OUTROS	7.113	7.471	7.783	4,2%	↑
TOTAL	19.012	19.620	20.219	3,1%	↑

Fonte: Abicalçados (2020).

Com relação ao consumo de calçados por habitante, os países de maior renda per capita são aqueles que apresentam maior consumo. A exemplo disto, a Noruega apresentou o

maior consumo por habitante do mundo em 2018, ao crescer 6,4% em relação ao ano anterior, superando a representação dos Estados Unidos. Já, a segunda e a terceira representação nesta categoria é ocupada por Hong Kong e os Estados Unidos. Enquanto que o Brasil não apresentou crescimento no último ano nesta relação e permaneceu com o consumo de 3,9 pares de calçados por habitante em 2018. Tendo em vista que a média mundial de crescimento foi de 1,9%.

5.1.3 Principais Países Exportadores e Importadores

Semelhante ao ranking dos maiores produtores mundiais de calçados, em 2018, a China continuou sendo o maior exportador mundial desse produto. Ocupando uma posição privilegiada em termos de participação nas exportações mundiais de calçados, tanto em pares como em valor (US\$). No que concerne a sua participação em pares atingiu um percentual significativo de 65,3% e quanto a participação em valor alcançou 33,5%. Assim, ao se comparar a posição no ranking em termos de pares e valor, pode-se chegar a conclusões sobre o posicionamento dos países em preço médio dos calçados exportados.

Nessa perspectiva, destaca-se a situação da Itália, como o 6º maior exportador mundial na medida de pares e o 3º maior exportador mundial na medida de valor. Expressando assim, que os calçados exportados pela Itália continuam entre os que apresentam os maiores preços no mercado internacional. Já a Indonésia está na 3ª posição em termos de pares e na 6ª posição em termos de valor das suas exportações de calçados, indicando um preço médio abaixo do praticado em nível mundial. Quanto a posição do Vietnã, esta, não se altera, permanecendo na 2ª colocação, porém, a sua participação em valor é maior do que em pares, atingindo um percentual de 12,1%.

Em relação ao o posicionamento do Brasil, no que se refere ao preço médio, segue um padrão abaixo da média mundial, isto é, posiciona-se na 11ª colocação na medida de pares e quando analisado na unidade de valor (US\$) ocupa 18ª, devido à composição da pauta exportadora condizente aos tipos de calçados. Destarte, os dados concernentes a posição dos países no ranking mundial expressados em pares estão ilustrados na FIG. 6.

FIGURA 6 – Exportações Anuais de Calçados em (Milhões de pares) e suas Respectivas Taxas de Variação

PAÍS	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2017-2018
CHINA	8.049	8.258	8.324	0,8% ↑
VIETNÃ	854	926	1.056	14,0% ↑
INDONÉSIA	387	407	411	1,1% ↑
ALEMANHA	252	283	306	8,3% ↑
BÉLGICA	236	249	284	14,0% ↑
ITÁLIA	206	211	203	-3,7% ↓
HOLANDA	146	181	195	8,1% ↑
ÍNDIA	181	185	182	-1,7% ↓
ESPAÑA	160	164	158	-3,6% ↓
FRANÇA	106	111	117	5,4% ↑
BRASIL (11º)	126	127	114	-10,7% ↓
OUTROS	1.182	1.401	1.397	-0,3% ↓
TOTAL	11.886	12.502	12.747	2,0% ↑

Fonte: Abicalçados (2020).

Em complemento ao quadro apresentado, destaca-se que a China além de liderar o seguimento de exportação em relação tanto ao número de pares como em valores, o país também toma uma distância significativa em relação ao nível das exportações dos outros países, inclusive aos do ranking, que são aqueles que também destacam-se nesta categoria. Deste modo, salienta-se ainda que, a Alemanha, a Bélgica e a Holanda são países com produção quase inexistentes de calçados, destacando-se como exportadores do produto pelo comportamento de distribuição no comércio internacional de calçados.

No entanto, ao identificar os maiores importadores de calçados mundiais (em pares), salienta-se a posição do mercado estadunidense com 22,5% das compras de calçados importados realizadas pelo mundo em 2018, os Estados Unidos apresentam 16 pontos percentuais de diferença em relação à Alemanha (segunda colocada no ranking), com 6,5%, seguida respectivamente por países como o Japão com 6,2% e por países localizados na Europa, como França 4,7% e Reino Unido 3,6%.

Paralelamente, sobre os destinos das importações mundiais medidas em valor (US\$), a Abicalçados (2020), apresenta praticamente, a mesma participação dos Estados Unidos, estabelecendo que o preço médio das importações mundiais de calçados é definido pelo mercado estadunidense.

Mas, voltando a analisar a participação em pares, destaca-se ainda, o crescimento das importações de calçados em países localizados na Europa, como a Polônia com 17,6% e a

Bélgica com 12%. Com relação ao Brasil, o país ocupa a 59ª posição no ranking dos importadores de calçados em número de pares, como ilustra a FIG. 7, com crescimento de 11,8% no ano de 2018. Um outro fator a ser destacado é que a China, não está entre os 10 principais mercados importadores de calçados quando a unidade de medida é pares.

FIGURA 7 – Importações Anuais de Calçados em (Milhões de pares) e suas Respectivas Taxas de Variação

PAÍS	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2017-2018
ESTADOS UNIDOS	2.338	2.379	2.446	2,8% ↑
ALEMANHA	654	689	705	2,4% ↑
JAPÃO	665	677	670	-1,0% ↓
FRANÇA	486	498	512	2,8% ↑
REINO UNIDO	652	600	391	-34,8% ↓
BÉLGICA	290	326	366	12,0% ↑
ITÁLIA	336	341	336	-1,4% ↓
ESPAÑA	294	300	313	4,3% ↑
HOLANDA	259	286	310	8,5% ↑
POLÔNIA	152	181	213	17,6% ↑
BRASIL (59º)	23	24	27	11,8% ↑
OUTROS	4.158	4.341	4.590	5,7% ↑
TOTAL	10.306	10.642	10.878	2,2% ↑

Fonte: Abicalçados (2020).

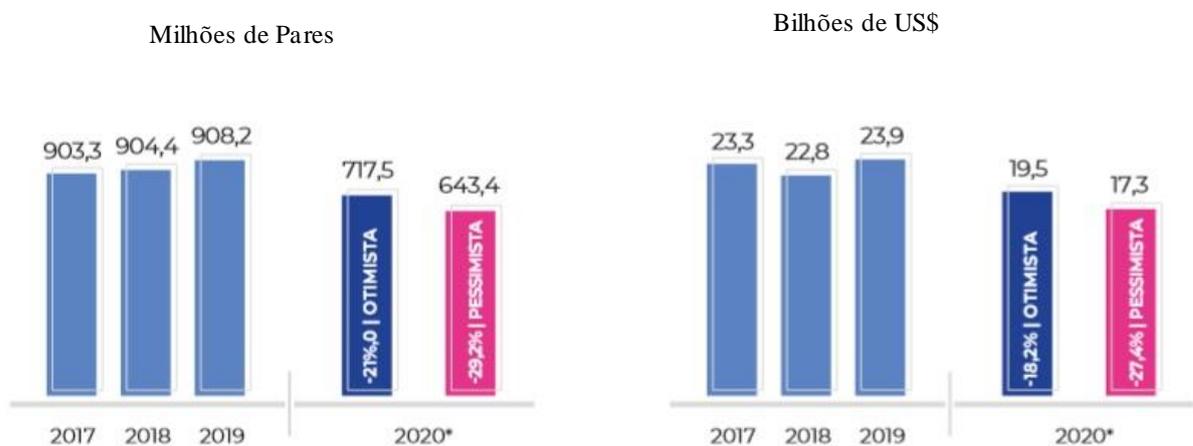
Porém, a China permanece entre os 10 principais mercados importadores de calçados, em valor (US\$), especificando um preço médio significativamente elevado para o calçado importado dessa região, este mercado também apresentou o maior crescimento no valor importado em 2018, de 28%. Quanto ao Brasil, sobre a importação de calçados em valor, o país ocupou a 47ª colocação entre os importadores de calçados, com um crescimento 2,2% no ano de 2018, o que demonstra que houve uma redução no preço médio dos calçados importados pelo país (ABICALÇADOS, 2020).

Portanto, feito este apanhado em escala internacional, as próximas seções darão enfoque sobre a produção nacional, regional e estadual de calçados, bem como o nível de empregabilidade no setor.

5.2 Produção Nacional de Calçados

Em 2019, a indústria de calçados no Brasil registrou um crescimento modesto, com 908,2 milhões de pares produzidos, frente a 904,4 milhões de pares produzidos em 2018, ou seja, uma taxa de crescimento de 0,4% demonstrando estabilidade desde 2018, quando a variação foi de 0,1%. Todavia, quanto ao ano de 2020, devido a pandemia, o cenário que se esperava para o referido ano no mês de janeiro, era de crescimento, porém foi significativamente alterado como pode ser observado na FIG. 8.

FIGURA 8 – Produção Nacional de Calçados



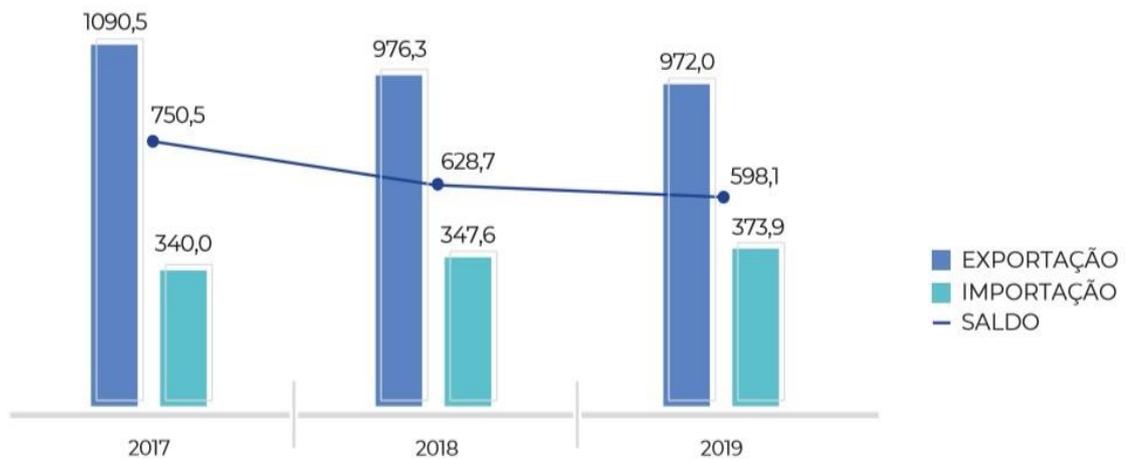
Fonte: IBGE/Abicalçados (2020).

Assim, conforme o cenário estimado para 2020 a previsão otimista indica uma queda de 21,0% na produção em pares, enquanto a previsão pessimista sinaliza uma redução de 29,2%. Já em termos de valor, espera-se que a contração se situe entre 18,2% e 27,4%. Contudo, no tocante ao custo da produção de calçados, afere-se um aumento em virtude do câmbio muito desvalorizado e uma perda na escala de produção. Por isso, a expectativa é de que o valor da produção não sofra uma queda tão grande quanto o volume em pares. Porém, isso não significa menor queda no faturamento, na realidade, a perspectiva é de uma abreviação do mesmo, bem como da margem de lucro, em virtude da pressão nos custos gerada pelo câmbio, que deve ser repassada apenas em parte ao consumidor final.

Sobre a balança comercial brasileira de calçados, constata-se entre 2017 a 2019 um registro de redução em seu superávit, que passou de US\$ 750,5 milhões para US\$ 598,1 milhões. Esse movimento é explicado tanto por uma sucessiva redução nas exportações,

quanto por elevação nas importações, quando mensuradas em valor (US\$). No ano de 2019, as exportações brasileiras de calçados, medidas em valor (US\$), caíram 0,44%, enquanto as importações tiveram um aumento de 7,6% em relação ao ano anterior, como pode-se depreender da FIG. 9.

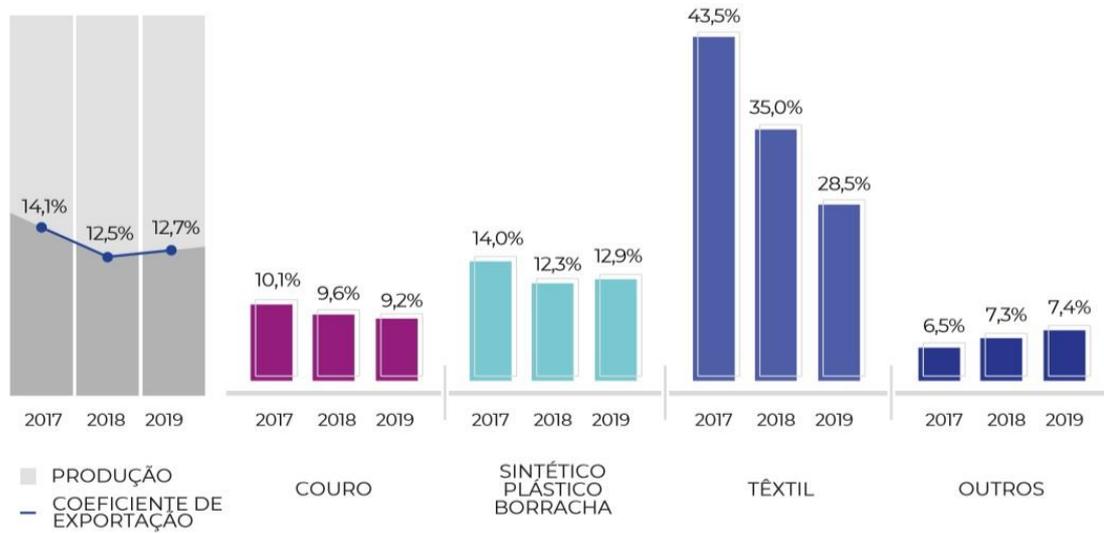
FIGURA 9 - Balança Comercial no Brasil em (Milhões de US\$)



Fonte: SECEX / Abicalçados (2020).

Assim, com base este cenário cabe esclarecer que, o coeficiente de exportação estabelece o percentual da produção calçadista nacional comercializada no mercado internacional. Em comparação ao coeficiente de importações que estabelece o percentual da oferta local de calçados (produção nacional, descontados os pares enviados ao exterior, mais as importações) oriunda de outros países. Assim, partindo-se deste entendimento, a FIG. 10, exhibe entre o período de 2017 e 2019, uma redução no coeficiente de exportações dos calçados brasileiros, que passou de 14,1% para 12,7%.

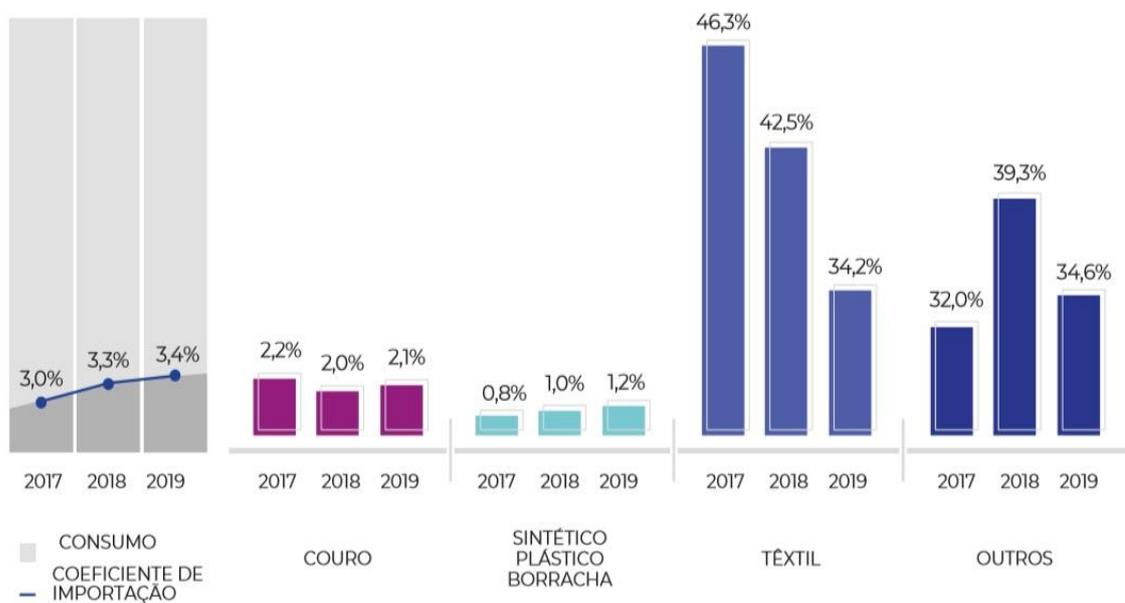
FIGURA 10 - Coeficiente de Exportação de Calçados no Brasil Participação em Pares



Fonte: Abicalçados (2020).

No que tange ao coeficiente de importações, no período já delimitado, registrou-se uma ligeira elevação de 0,4 pontos percentuais, chegando em 3,4% no último ano, conforme observa-se na FIG. 11.

FIGURA 11 – Coeficiente de Importação no Brasil Participação em Pares



Fonte: Abicalçados (2020).

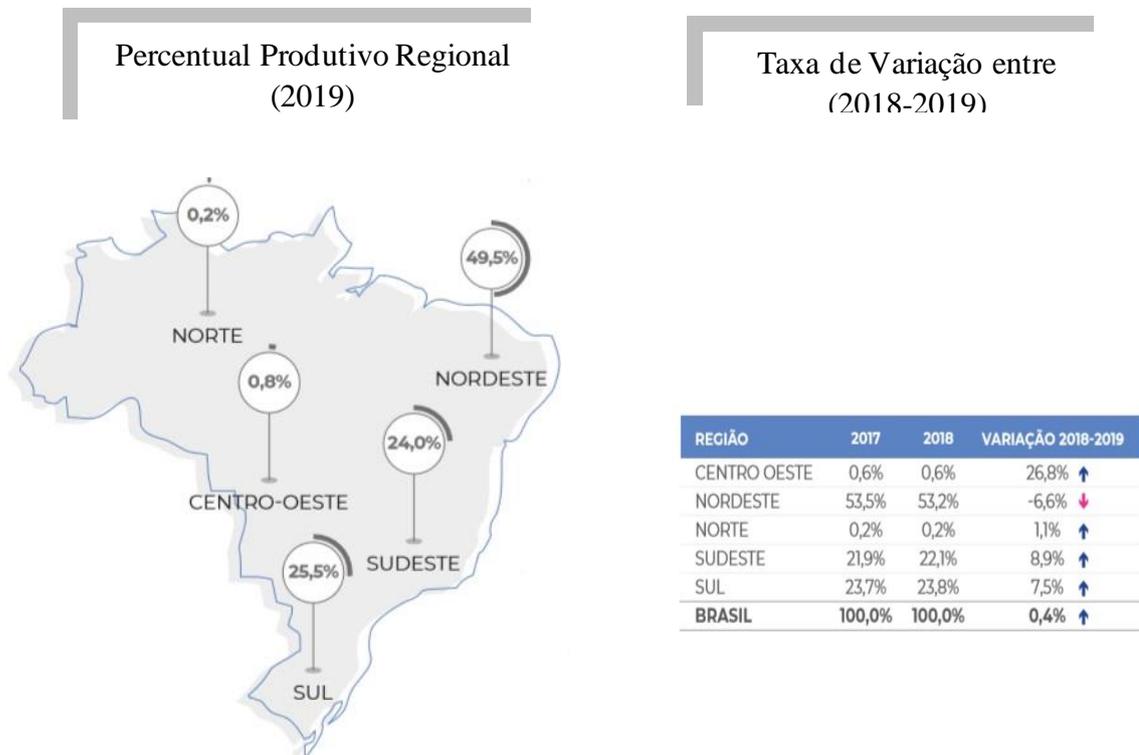
No entanto, os dados acima ainda demonstram que ao se desagregar esses dois coeficientes por material predominante, destacam-se os calçados têxteis. Logo, esse tipo de calçado apresenta os maiores coeficientes de exportações nos três anos caracterizados, apesar de se verificar uma redução de aproximadamente 15 pontos percentuais nesta participação entre 2017 e 2019.

Posto isto, após realizar uma análise voltada para a escala nacional, os próximos subtópicos retratarão a perspectiva regional e estadual.

5.2.1 Segmentação Regional e Estadual da Produção

Ao se inclinar para uma análise da segmentação regional da produção de calçados brasileira, constata-se uma participação significativa do Nordeste. Em que ao longo dos anos, somente esta Região, compreendia mais de 50% da produção nacional de calçados. No qual apresentou em 2017 um percentual produtivo em calçados de 53,5%, em 2018 53,2% e em 2019 (49,5%). Contudo, a partir de 2017, começou-se a detectar uma queda nesta participação, em que, neste último ano a produção da Região em volume reduziu 6,6% como expressa a FIG.12.

FIGURA 12 - Segmentação da Produção Brasileira de Calçados por Grandes Regiões Participação em Pares entre (2017, 2018 e 2019)

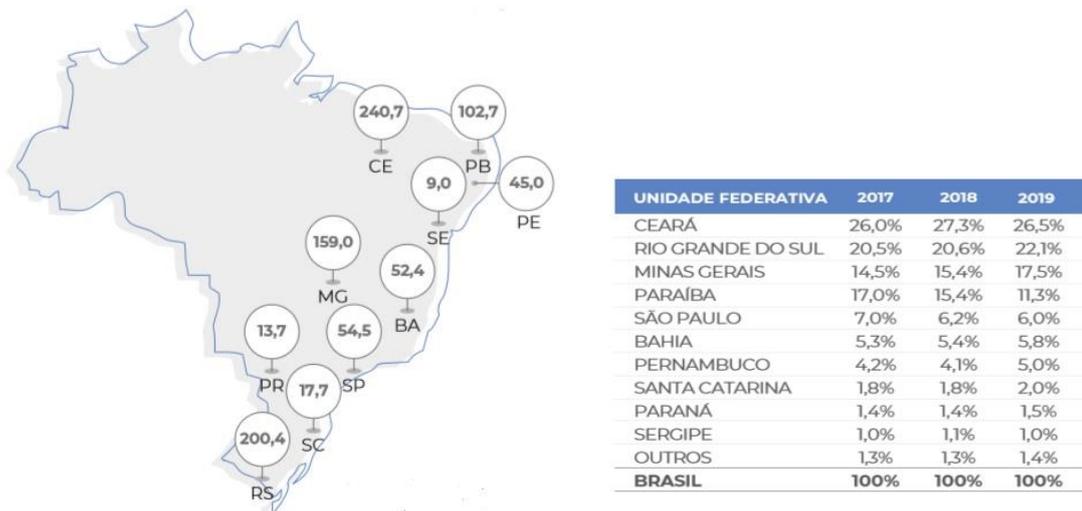


Fonte: IBGE/Abicalçados (2020).

Em contrapartida, as regiões Sul e Sudeste aumentaram a importância na produção de calçados no Brasil, com destaque para o Sudeste, que vem crescendo a um ritmo mais acelerado do que o Sul. Já, a região Centro-Oeste apresentou a maior variação na produção, com um incremento de 26,8%, porém sua representatividade ainda é pequena, com 0,8% do total da produção brasileira de calçados.

Quanto às Unidades da Federação, verifica-se que o Ceará, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais representam os três maiores produtores de calçados em quantidade de pares, com participação de mercado de 26,5%, 22,1% e 17,5%, respectivamente, no ano de 2019. A Paraíba vem em seguida, constituindo-se na escala nacional como o quarto maior estado produtor de calçados, como mostra a FIG.13.

FIGURA 13 - Segmentação da Produção Brasileira de Calçados por Unidades da Federação Milhões de Pares entre (2017, 2018 e 2019)



Fonte: IBGE/Abicalçados (2020).

Mas, assim como na Região Nordeste, em que, esta atividade tem decaído nestes últimos três anos, o mesmo vem ocorrendo com o estado da Paraíba, conforme os dados apontados em 2017 o seu índice de produção de calçados foi (17%), em 2018 (15,4%) e no ano de 2019 (11,3%). Em virtude desta redução na produção, Minas Gerais passou a ser o terceiro maior estado produtor de calçados, em detrimento da Paraíba, que obteve uma redução de 26,4% na sua produção só em relação ao ano de 2018.

Assim, em de 2019, os Estados que apresentaram os melhores desempenhos em relação à indústria nacional foram Pernambuco, com aumento de 21,8% e Minas Gerais com 14,0%. Os estados como Bahia e Pernambuco possuem produção significativa de calçados, contudo, há uma dispersão geográfica elevada dessa produção. Por isso, não são identificados polos, mas sim, a produção do estado como um todo.

Paralelamente a este cenário, cabe ressaltar que os maiores estados exportadores de calçados, em termos de valor (US\$), são: (1) Rio Grande do Sul, (2) Ceará, (3) São Paulo, (4) Paraíba e (5) Minas Gerais. Simultaneamente em pares, tem-se a seguinte distribuição: (1) Ceará, (2) Rio Grande do Sul, (3) Paraíba, (4) Minas Gerais e (5) São Paulo, como pode ser identificado respectivamente nas FIG. 14 e 15. Ainda conforme essa classificação depende-

se que o preço médio dos calçados exportados pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo é maior que a média nacional.

FIGURA 14 - Exportações de Calçados por Unidade da Federação em 2019
Participação em US\$

UF	2017	2018	2019	VARIACÃO 2018-2019
RIO GRANDE DO SUL	451,7	428,3	448,4	4,7% ↑
CEARÁ	288,9	249,2	232,3	-6,8% ↓
SÃO PAULO	113,5	103,8	103,1	-0,6% ↓
PARAÍBA	74,6	59,9	68,6	14,5% ↑
MINAS GERAIS	41,4	39,0	37,7	-3,1% ↓
BAHIA	45,6	39,6	36,4	-8,1% ↓
SANTA CATARINA	18,6	19,9	19,7	-1,2% ↓
PARANÁ	6,7	9,8	7,9	-19,4% ↓
SERGIPE	27,0	10,8	7,4	-31,7% ↓
PERNAMBUCO	8,8	7,9	5,9	-25,1% ↓
OUTROS	13,6	8,2	4,6	-43,7% ↓
TOTAL	1.090,5	976,3	972,0	-0,4% ↓

Fonte: Abicalçados (2020).

FIGURA 15 - Exportações de Calçados por Unidade da Federação em 2019
Participação em Milhões de Pares

UF	2017	2018	2019	VARIACÃO 2018-2019
CEARÁ	50,0	41,0	38,5	-5,9% ↓
RIO GRANDE DO SUL	28,1	27,2	30,9	13,8% ↑
PARAÍBA	21,9	18,2	20,3	11,9% ↑
MINAS GERAIS	7,9	8,7	8,0	-7,8% ↓
SÃO PAULO	7,4	7,1	7,6	7,5% ↑
BAHIA	3,6	3,2	3,3	2,3% ↑
PERNAMBUCO	4,0	3,5	2,5	-28,2% ↓
SANTA CATARINA	1,7	1,7	1,8	5,1% ↑
PARANÁ	0,6	1,3	0,9	-29,8% ↓
SERGIPE	1,0	0,9	0,7	-23,9% ↓
OUTROS	1,0	0,7	0,6	-23,1% ↓
TOTAL GERAL	127,1	113,5	115,2	1,5% ↑

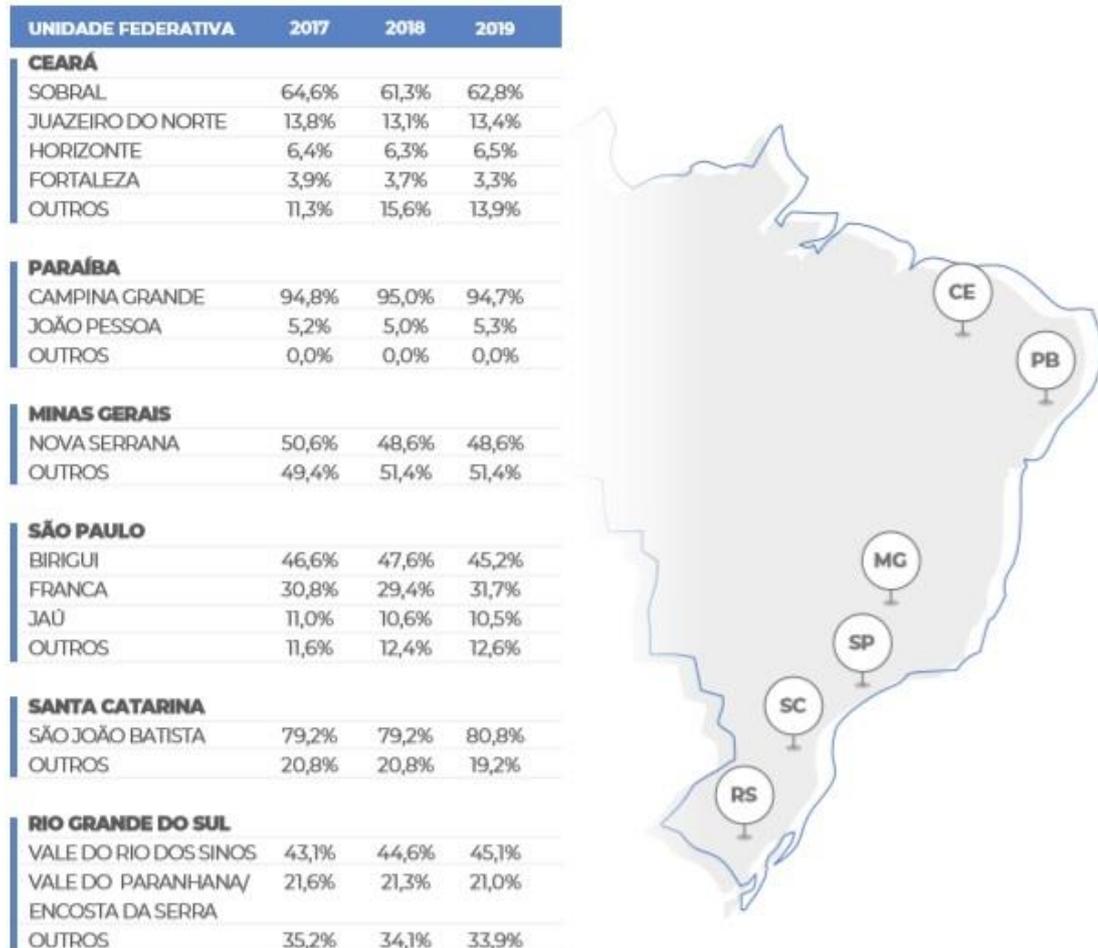
Fonte: Abicalçados (2020).

Assim, observa-se que entre o período 2018-2019, registrou-se um crescimento nas vendas externas de calçados do Rio Grande do Sul e da Paraíba, tanto em valor quanto em número de pares. No Rio Grande do Sul, houve um aumento mais expressivo em número de pares 13,8% do que em termos de valor 4,7%, movimento contrário do que ocorreu com as exportações de calçados da Paraíba, que cresceram 14,5% em valores monetários e 11,9% em volume. Enquanto que as exportações cearenses registraram nova queda, tanto em termos de valor quanto em volume, de (-6,8%) e (-5,9%), respectivamente. Já as exportações de calçados paulistas tiveram ligeira redução no último ano em termos de valor (-0,6%), porém apresentaram aumento quanto ao volume de pares (6,6%), o que indica uma redução no preço médio dos calçados exportados pelas empresas do Estado.

Por conseguinte, toda essa descrição dos dados relacionado ao setor calçadista expressa de forma prática na maioria das representações, o cenário de polo calçadista em suas distintas unidades federativas. E com relação ao conceito dessa terminologia, o que pode-se compreender é que, a categoria (Polo) corresponde as regiões que demonstram uma grande concentração de empresas produtoras dada uma localização com municípios próximos (ABICALÇADOS, 2020). No qual, para a seleção destes polos são considerados três critérios: o primeiro, a contribuição da região à produção nacional; o segundo, a contribuição da produção do estado para a produção da região; e o terceiro, a dispersão da produção no interior do estado (IBGE, 2017).

Assim, a estimativa da produção de calçados de cada polo é desenvolvida a partir dos microdados de produção por cidade, fornecidos pelo IBGE, agregados em polos. No qual, buscou-se determinar uma relação entre produção e geração de emprego, de modo a extrapolar os dados de produção de 2017, do IBGE, através do emprego na indústria calçadista em 2018 e 2019. Sendo necessário observar a variação da produção com relação ao emprego entre os estados e entre os polos calçadistas no interior de cada estado, como demonstra a FIG. 16.

FIGURA 16 - Concentração dos Principais Polos Calçadistas na Produção de Calçados das Unidades da Federação do Brasil em 2019 - Participação em Pares



Fonte: IBGE/Abicalçados (*) Bahia e Pernambuco são Estados com a produção descentralizada geograficamente, não consistindo na formação de polos calçadistas.

Nesse sentido, ao ilustrar a concentração da produção dos Estados em termos de polos produtivos, constata-se que, o Ceará possui quatro polos que, juntos, foram responsáveis por 86,1% da produção estadual em 2019. Dentre esses polos, Sobral foi responsável por mais de 60% da produção estadual (aproximadamente 151 milhões de pares). Além disso, esse polo se configura como o maior produtor nacional de pares de calçados.

Na região Sul do país, Santa Catarina e, em especial, o Rio Grande do Sul são importantes produtores de calçados. Neste último, distingue-se o polo do Vale do Rio dos Sinos com (45,1% da produção do Estado, aproximadamente 90,4 milhões de pares).

Por isso o polo de Campina Grande-PB continua sendo o segundo maior produtor do Brasil, com produção estimada em mais de 97 milhões de pares. Depreendendo-se em termos agregados, que apesar do estado da Paraíba caracterizar-se enquanto o quarto estado da federação em relação ao volume de produção anual de calçados, é possível observar que dentro do estado, o município de Campina Grande tem maior predominância na produção de calçados, reforçando sua base vocacional para este segmento.

5.2.2 Emprego e Estabelecimentos

Em 2019, a indústria calçadista totalizou 269,4 mil empregos formais e, em 2018, conforme último dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 6,1 mil empresas fabricantes de calçados no Brasil. A indústria calçadista manteve a tendência de redução no número de empregos formais em 2019, registrando o fechamento de 3,7 mil postos de trabalho nesse ano.

Tal cenário gera preocupações quanto à fragilidade do mercado de trabalho brasileiro como um todo e, também, no setor de calçados. As apreensões tornam-se mais profundas no contexto de uma possível frágil recuperação da economia, oriunda dos obstáculos a serem encarados frente à crise gerada pela pandemia.

Ao se comparar os indicadores de emprego e número de estabelecimentos, mesmo que não definidos em anos iguais (são indicadores estruturais, de alteração mais lenta), nota-se que o Rio Grande do Sul apresenta maior participação no volume de emprego 32,3% e no número de empresas 33,5%. A segunda colocação em termos de emprego é o Ceará 20,8%, todavia, o percentual de empresas é 4,1%. Enquanto, São Paulo em relação ao número de empresas obtém a segunda colocação, com 31,8% e quanto ao seu percentual de empregos atinge 12%, como demonstra a FIG. 17.

FIGURA 17 – Percentual de Empregos e Empresas por Estado



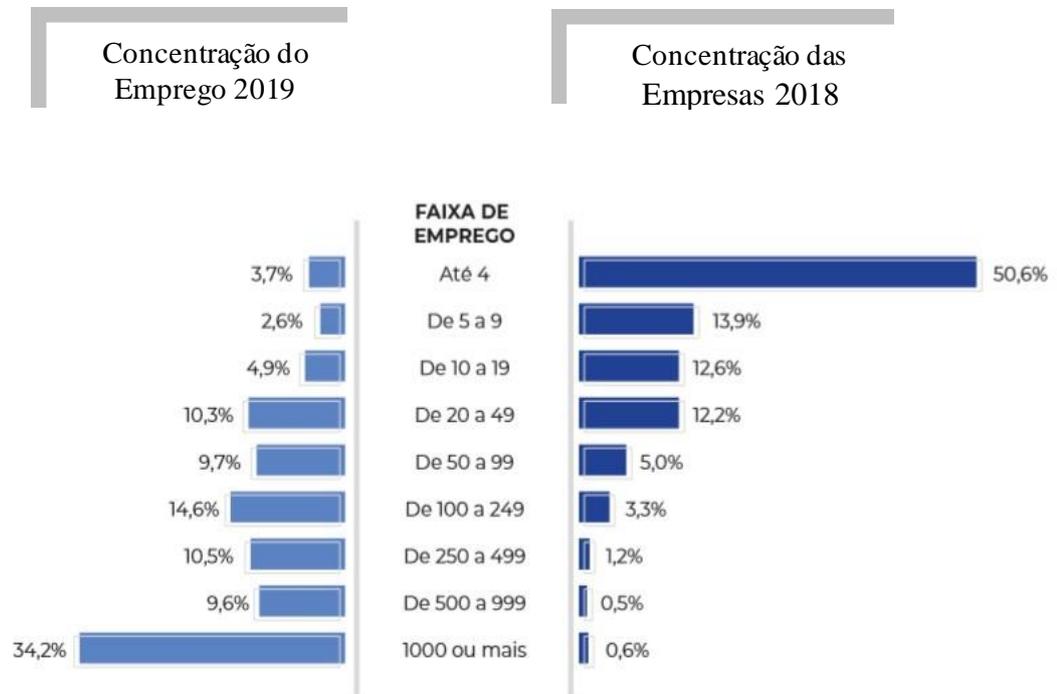
Fonte: RAIS/CAGED/MTE (2020).

Em seguida o quarto estado que destaca-se tanto em relação a quantidade de empregos, quanto ao percentual de empresas, é Minas Gerais com 11,3% e 16% concomitantemente. A Bahia acentua-se quanto a empregabilidade com 10,8% em contrapartida a um percentual pouco expressivo quando relacionado ao número de empresas de 1,8%.

Enquanto que, a Paraíba atingiu 5,5% no tocante a quantidade de empregos e 1,4% quanto ao número de empresas, ou seja, um baixo percentual, principalmente sobre a quantidade de empresas. Por sua vez, na escala municipal, especificamente em Campina Grande-PB também tem-se identificado uma diminuição com o passar dos anos nos índices de empregabilidade. Todavia, mais adiante o trabalho irá se debruçar sob essa questão.

Ademais, quanto aos dados de concentração de empresas e do emprego no setor calçadista sinalizados quanto à faixa de emprego, verifica-se que a maior parte das empresas 50,6% tem até quatro empregados. Ao passo que, em termos de emprego, 34,2% dos postos de trabalho são encontrados em empresas com mais de mil funcionários, conforme expressa a FIG. 18.

FIGURA 18 – Faixa de Emprego



Fonte: RAIS/CAGED/TEM (2020).

Ainda em relação ao movimento do emprego no tocante ao percentual de funcionários (admitidos e desligados) por Unidade da Federação em 2019, a Bahia evidencia-se como o estado que teve maior aumento no número de postos de trabalho, com 1,1 mil vagas a mais, o que representou um crescimento de 4,2%. Já com relação às variações negativas, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul apresentaram as maiores quedas: 7,3%, 1,9% e 1,8%, respectivamente, como pode ser visto na FIG. 19.

FIGURA 19 - Emprego na Indústria Calçadista por Unidade da Federação



Fonte: RAIS/MTE (2017-2019).

(*) Projeção da Abicalçados em abril/2020

Nesse sentido, a Abicalçados (2020) ressalta, que apenas no Estado de São Paulo foi registrado uma redução de 2,5 mil vagas de empregos formais. No Rio Grande do Sul, esse número foi de 1,6 mil e, no Ceará, de 0,9 mil. Logo, a expectativa apontada para o ano de 2020 quanto ao emprego formal na indústria de calçados brasileira, conforme ilustrado na imagem acima, o intervalo que estima-se é de queda entre 14%, no cenário otimista, e 21%, no cenário pessimista. Ou seja, as previsões são de que se percam entre 37,7 mil a 56,5 mil postos de trabalho formal na indústria calçadista em 2020, devido o impacto da crise estabelecida no setor econômico, mas que teve sua origem numa crise sanitária como já mencionado.

Destarte, em consonância com o cenário observado, e destinando-se especialmente ao número de estabelecimentos, a FIG. 20 evidencia que todos os estados tiveram redução nesta categoria em 2018, quando comparado com 2017. No qual o estado que se destacou com o melhor desempenho em relação ao número de estabelecimentos foi o Rio Grande do Sul, obtendo 2.043 estabelecimentos que fabricam calçados no Estado, todavia sua taxa de variação reduziu para (-8,5%).

FIGURA 20 - Estabelecimentos de Fabricação de Calçados por Unidade da Federação

ESTADO	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2017-2018
RIO GRANDE DO SUL	2.461	2.234	2.043	-8,5% ↓
SÃO PAULO	2.225	2.064	1.940	-6,0% ↓
MINAS GERAIS	1.131	1.062	978	-7,9% ↓
CEARÁ	295	262	249	-5,0% ↓
SANTA CATARINA	240	243	221	-9,1% ↓
GOIÁS	178	157	157	0,0% ■
PARANÁ	126	124	113	-8,9% ↓
BAHIA	121	114	107	-6,1% ↓
PARAÍBA	96	89	85	-4,5% ↓
PERNAMBUCO	56	49	41	-16,3% ↓
OUTROS	186	173	161	-6,9% ↓
BRASIL	7.115	6.571	6.095	-7,2% ↓



6.013

2019*

Fonte: SECEX (2020).

(*) Projeção da Abicalçados em abril/2020.

O pior desempenho em termos de taxa de variação ficou com Pernambuco, com redução de (-16,3%), alcançando 161 estabelecimentos que fabricam calçados no Estado. A Paraíba no ano de 2018 concentrou 85 estabelecimentos nesse setor, mas ao analisar a série temporal entre 2017, 2018 e 2019 constata-se um encolhimento na taxa de variação de (-4,5%).

Para tanto, ao todo no Brasil, foram fechadas 476 empresas calçadistas em 2018, como aponta a Abicalçados (2020). No Rio Grande do Sul e em São Paulo, foram mais de 300 empresas calçadistas desativadas, ou seja, estes dois estados foram responsáveis por mais de 60% da redução no número de estabelecimentos do Brasil.

Em suma, o que pode-se apontar neste momento da pesquisa, é que, os fatores conjunturais existentes no mercado internacional e doméstico, motivaram a este cenário, corroborando para que a atividade calçadista entrasse em declínio no Brasil. E no contexto mais recente verifica-se que os impactos recessivos em escala mundial são consequências da crise global desencadeada pelo o novo Coronavírus.

Finalmente, após realizar todo esse apanhado sobre a indústria calçadista em escala global e nacional e no intento de trazer os dados mais atuais possíveis, a partir de agora, a abordagem que se seguirá nas próximas seções se desenhará sob a escala municipal, com foco para a cidade de Campina Grande - PB.

5.3 Representatividade Econômica do Município de Campina Grande -PB

O Produto Interno Bruto dos Municípios é um indicador econômico elaborado desde 2000, numa parceria entre o IBGE e os Órgãos Estaduais de Estatística e Secretarias Estaduais de Governo. Esse método tem possibilitado a comparação dos resultados entre si, bem como entre o PIB nacional e regional.

Utilizando esse parâmetro, o tópico irá analisar o PIB do município de Campina Grande-PB, fazendo um comparativo com outros principais municípios do estado da Paraíba. Assim, de início, identifica-se que Campina Grande está entre os cinco maiores PIBs do estado, ficando atrás apenas da capital João Pessoa. Os outros municípios que estão entre os principais postos ocupados, são respectivamente: Cabedelo, Santa Rita e Patos, conforme ilustra a FIG. 21.

FIGURA 21 – Maiores Valores do PIB dos Municípios Paraibanos

Municípios	2016		2017		Variação nominal (%) 2017/2016
	PIB (1.000 R\$)	Participação (%)	PIB (1.000 R\$)	Participação (%)	
Paraíba	59.104.781	100,0	62.386.787	100,0	-
João Pessoa	18.740.050	31,7	19.737.917	31,6	5,3
Campina Grande	8.373.970	14,2	8.648.690	13,9	3,3
Cabedelo	2.482.532	4,2	2.895.223	4,6	16,6
Santa Rita	2.181.519	3,7	2.222.359	3,6	1,9
Patos	1.546.309	2,6	1.711.982	2,7	10,7
Subtotal	33.324.380	56,4	35.216.171	56,4	3,2
Outros	25.780.401	43,6	27.170.616	43,6	8,1

Fonte: Governo do Estado (2017).

Assim, com base nos dados acima percebe-se, que, não houveram alterações quanto as posições no ranking entre o biênio (2016-2017). Os resultados também indicam que estes municípios concentraram uma participação de 56,4% do total do valor do PIB estadual em 2017. Já os outros 218 municípios do estado agregaram juntos 43,6%, mantendo-se no período a mesma participação do conjunto desses municípios na geração do PIB paraibano.

Deste modo, entre os principais PIBs dos municípios, estão, João Pessoa com a participação de 31,6% no PIB paraibano e Campina Grande, o segundo maior centro urbano do estado, com 13,9%. Os demais municípios que integram o referido ranking apresentaram participações iguais ou abaixo de 4,6%.

Logo, Campina Grande e João Pessoa se caracterizam por representarem as duas maiores participações no estado, totalizando quase 50% do PIB paraibano no ano de 2017. Por sua vez, estes municípios também correspondem a (58,8%) do Valor Adicionado Bruto (VAB), enquanto que os demais municípios (Santa Rita, Cabedelo e Patos) totalizam juntos 13,9% do VAB no mesmo período (GOVERNO DO ESTADO, 2017).

Ainda conforme relacionado aos dados da FIG. 20, constata-se que o PIB de Campina Grande exibiu um crescimento nominal de 3,3%, passando de R\$ 8,373 bilhões, em 2016, para R\$ 8,648 bilhões, em 2017. Todavia, quando ponderado na escala nacional, o município passou a ocupar a 119ª posição na lista do PIB nominal municipal do Brasil.

No entanto, quanto ao quadro da economia do município de Campina Grande, observa-se que o setor de maior relevância é o de Serviços que representa 54%, seguido da Indústria com 23%, e a Agropecuária que contribuiu com apenas 0,3% do valor adicionado municipal. Logo, Campina Grande registrou-se também em 2017 como o município de segunda maior participação no (VAB) do setor Serviços do estado, com 12,9%, e também na Indústria estadual, com 20,5% (GOVERNO DO ESTADO, 2017).

No tocante a relação do município com o cenário externo, a cidade de Campina Grande é a que mais exporta na Paraíba. Em que de maneira acumulativa, de janeiro a setembro de 2018, a cidade exportou 38,47 milhões de dólares, enquanto João Pessoa exportou apenas 7,06 milhões de dólares, como mostra a TAB. 1.

TABELA 1 – Exportações
(Campina Grande/ João Pessoa)

Cidade	Campina Grande	João Pessoa
Período	Jan – Set/2018	
Variação Absoluta*	US\$ 13,72 Milhões	US\$ - 7,1 Mil
Variação**	- 26,3%	-0,1%
Participação***	41,45%	7,61%
Valor FOB****	US\$ 38,47 milhões	US\$ 7,06 milhões

*Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

** Variação percentual relacionado ao mesmo período do ano anterior.

*** Participação nas exportações do Estado.

**** Valor FOB é o valor das exportações em termos monetários.

Fonte: Esquematização própria a partir da análise da 6Sigma (2018, p.3).

Mas, apesar de Campina Grande exportar mais que João Pessoa, entre janeiro a setembro de 2018, verificou-se que o município importou 24,04 milhões de dólares, enquanto João Pessoa importou 169,8 milhões de dólares. Conforme expressam os dados da TAB.2.

TABELA 2 – Importações
(Campina Grande/ João Pessoa)

Cidade	Campina Grande	João Pessoa
Período	Jan – Set/2018	
Variação Absoluta	US\$ 9,99 Milhões	US\$ 75,97 Milhões
Variação	71,1%	81,0%
Participação	6,18%	43,64%
Valor FOB	US\$ 24,04 Milhões	US\$ 169,8 Milhões

*Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

** Variação percentual relacionado ao mesmo período do ano anterior.

*** Participação nas exportações do Estado.

**** Valor FOB é o valor das exportações em termos monetários.

Fonte: Esquematização própria a partir da análise da 6Sigma (2018, p.3).

Assim, em relação ao saldo da balança comercial entre os dois municípios, constata-se que em Campina Grande há um saldo positivo, ou seja, (exporta mais do que importa), todavia, em João Pessoa um saldo negativo (importa mais do que exporta), conforme apresentado na TAB. 3:

TABELA 3 - Balança Comercial – Comparativo entre Campina Grande e João Pessoa em 2018

Cidade	Campina Grande	João Pessoa
Período	Jan- Set de 2018	
Valor FOB	US\$ 14,44 Milhões	US\$ -162,74 Milhões

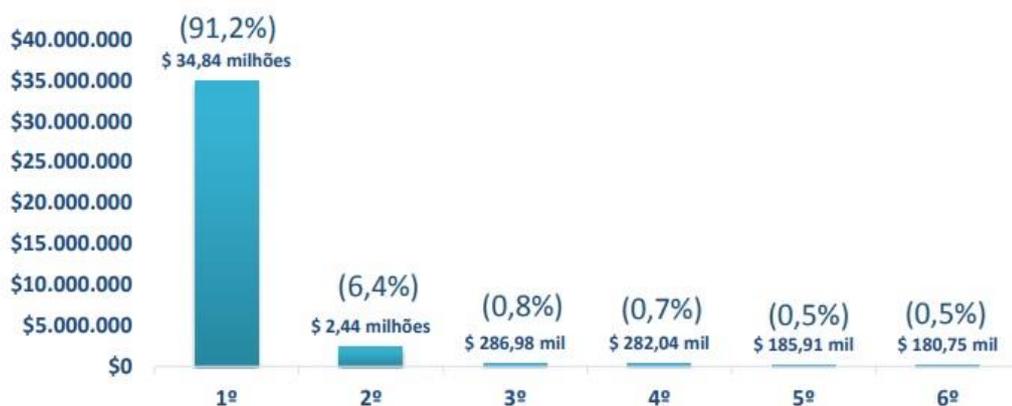
Fonte: Esquematização própria a partir da análise da 6Sigma (2018, p.5).

Ainda relacionado ao período de janeiro a setembro de 2018, com base no estudo da Seis Sigma (2018), verifica-se que Campina Grande exportou para 68 países, entre eles cita-se: França, Austrália, Bélgica, Filipinas, Paraguai, Estados Unidos, Indonésia, entre outros. E no mesmo período importou de 29 países, sendo os principais: Estados Unidos, China, México, Polônia, Coréia do Sul, Índia e Bélgica, entre outros.

No qual, os principais produtos exportados pela o município são: 1º) calçado com sola exterior e parte superior de borracha ou plástico; 2º) calçado com sola exterior de borracha, plástico, couro natural ou reconstituído e parte superior de matérias têxteis; 3º) pedras de cantaria ou de construção (exceto de Ardósia) trabalhadas e obras destas pedras, cubos, pastilhas e artigos; 4º) granito, pórfiro, basalto, arenito e outras pedras de Cantaria ou de construção, mesmo desbastadas ou simplesmente cortadas à serra ou por outro meio, em blocos ou placas de forma quadrada ou retangular; 5º) fios de fibras sintéticas descontínuas (exceto linhas para costurar), não acondicionados para venda a retalho e cadeados, fechaduras e ferrolhos (de chave, de segredo ou elétricos), de metais comuns (fechos e armações com fecho, com fechadura, de metais comuns e por último 6º) chaves para estes artigos, de metais comuns).

Esses produtos estão sequenciados na FIG. 22 na mesma ordem e em relação a sua representação em termos de valor.

FIGURA 22 - Principais Produtos Exportados



Fonte: 6 Sigma (2018).

Assim, a FIG. 22 demonstra que os dois principais produtos exportados são calçados, que em termos de valor expressam respectivamente 38,84 milhões dólares e 2,44 milhões dólares das exportações. Ou seja, isso significa dizer que, o setor calçadista tem corroborado para o segmento de exportação da cidade, visto que compreende um total 97,8% do que é exportado.

O setor de calçados também se sobressai quanto ao nível de emprego. De modo que, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2019), apontou que Campina Grande apresentou o melhor saldo positivo de empregos entre o período de (2017-2019) expressando uma variação absoluta de 1.041 empregos formalizados. Ou seja, esse resultado representa a diferença entre o número de admissões e demissões do setor no período referido.

Para tanto, é nesta perspectiva que seguirá o próximo tópico, analisando a representatividade da indústria calçadista no município de Campina Grande-PB, detalhando a quantidade de empresas do segmento, a taxa de empregabilidade e o nível médio de salário neste setor do município

5.4 Representatividade da Indústria Calçadista de Campina Grande – PB

Como já destacado outrora, a pesquisa realizada pela Abicalçados (2020) assinalou que no ano de 2018 foram fabricados 904 milhões de pares de calçados no Brasil. No qual o Nordeste representou 53,2% da produção nacional de calçados. Enquanto, que o estado da Paraíba corroborou com 15,4%, porém já no ano de 2019, a produção do estado decaiu para

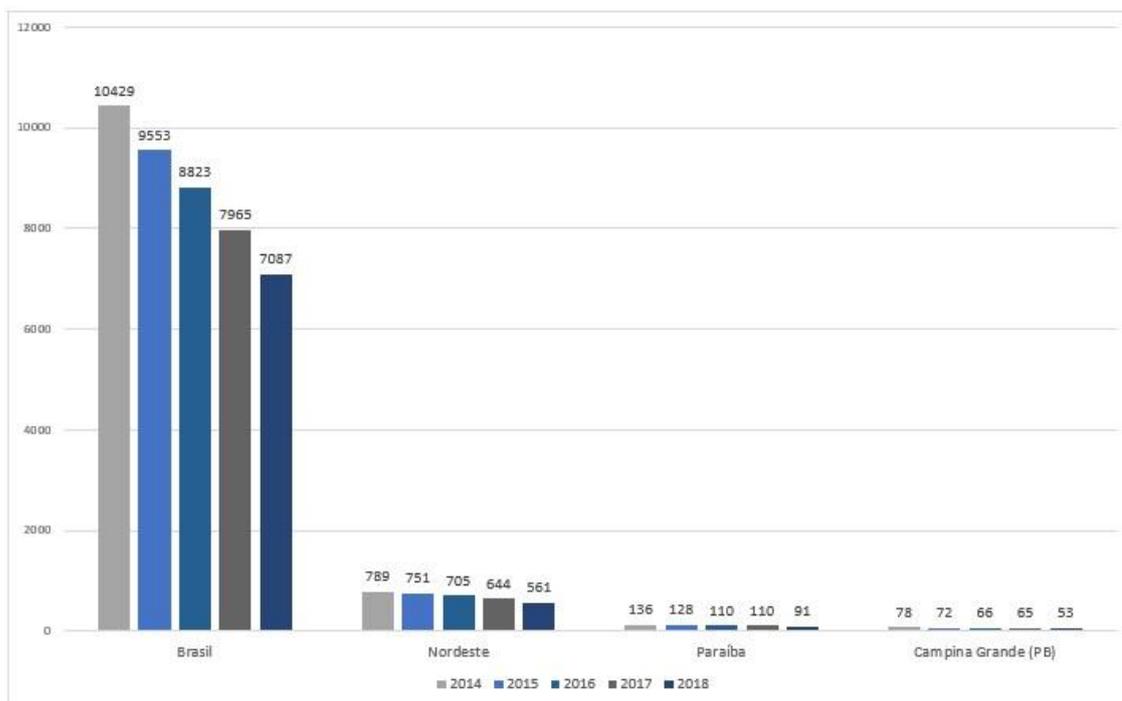
11,3%. Mesmo diante de uma redução produtiva a Paraíba destaca-se no segmento como o quarto maior estado produtor de calçados.

Diante disso, quando partimos para a escala municipal, observa-se que Campina Grande tem somado para incrementar a produção calçadista da Paraíba, à medida que o município é referência no setor de calçados, obtendo o título de maior polo calçadista do Nordeste e o segundo maior do Brasil. No qual o seu índice de produção tem superado até mesmo o percentual produtivo de polos relevantes como São João Batista (SC), Birigui (SP) e Vale do Rio dos Sinos (RS).

Assim, a cidade de Campina Grande também apresenta a maior concentração de indústrias no estado da Paraíba, o que a transforma no mais importante distrito calçadista do Estado. Em que só a empresa (Alpargatas S.A) tem produzido em média 184 milhões de calçados e ela juntamente com a empresa (TESS Indústria e Comércio LTDA.) tem gerado para a economia do município uma média de 11 mil postos de trabalho diretos, além dos empregos indiretos que são gerados (COELI, 2011).

Conforme o apresentado pelo IBGE (2018), o município de Campina Grande compreende um total de 8.132 fábricas no setor da indústria, sendo que desse número, 72 fábricas competem a (preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados) e dentro desta segmentação 53 fábricas produzem especificamente calçados. Desta forma, o estudo se debruçará a uma análise interescalar, mas com o foco na indústria calçadista. Assim o gráfico 1 ilustra um comparativo a nível (Brasil, Nordeste, Paraíba e Campina Grande) dentre o período de 2014 a 2018.

GRÁFICO 1 – Quantidade de Indústrias Calçadistas (Brasil, Nordeste, Paraíba e Campina Grande)



Fonte: Esquematização própria a partir do estudo da SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática (2018).

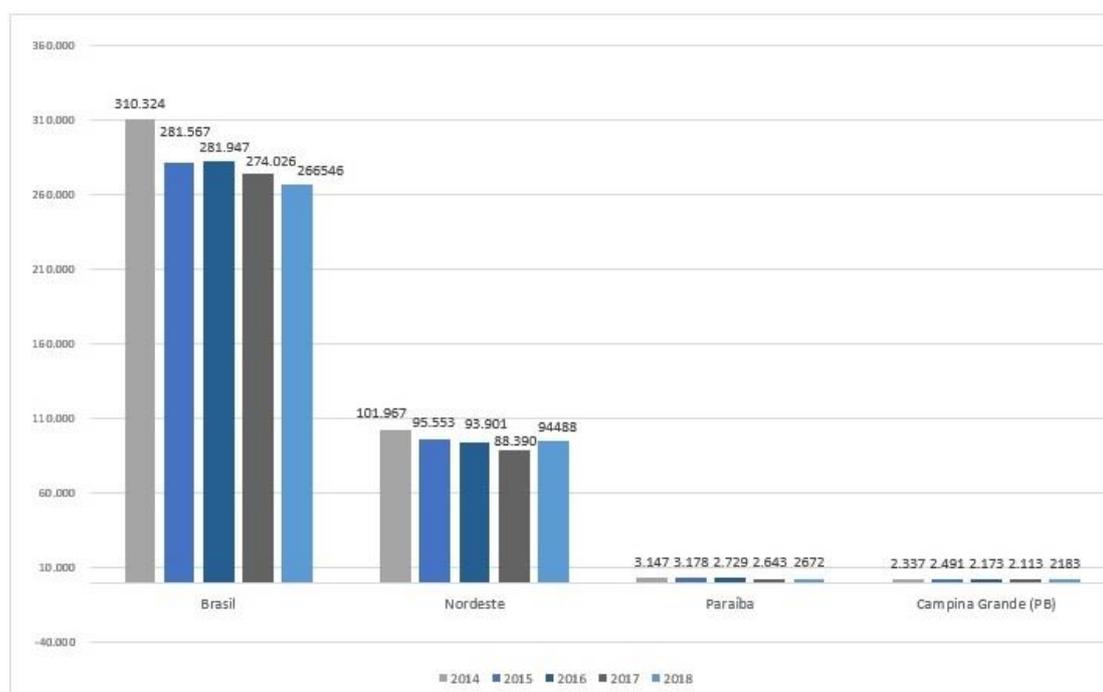
Como pode-se observar no gráfico 1, atualmente, o Brasil conta com 7.087 fábricas calçadistas, a Região Nordeste com 561 e o Estado da Paraíba com 91. Logo, conforme aludida demonstração, os dados também expressam que em relação a concentração de indústrias na cidade de Campina Grande-PB, esta, representa 0,75% das fábricas calçadista do Brasil, 9,45% das fábricas a nível regional e, 58,24% das fábricas do Estado da Paraíba.

Contudo, ao comparar este cenário com os dados apresentados pelo o IBGE (2009) constata-se que, a quantidade de indústrias calçadistas no país decresceu, visto que em 2009, o Brasil contava com 12.227 fábricas calçadistas, a Região Nordeste com 915, o Estado da Paraíba com 196 e Campina Grande apresentava um total de 94 fábricas calçadistas.

Quanto aos dados de empregabilidade, o município de Campina Grande abrange a quantidade total de pessoal assalariado de 96.277 formalizados, porém quanto ao número de pessoal ocupado gerado especialmente pelas fábricas que produzem calçados a quantidade é de 2.183 pessoas. Cabe ressaltar, que aparentemente é um número baixo. Mas a representação

se deve ao CANAE¹⁷ utilizado da indústria geral, que ao realizar esse tipo de segmentação se baseando nos dados do CAGED demonstra este quantitativo.

GRÁFICO 2 – Pessoal ocupado nas Indústrias Calçadista (Brasil, Nordeste, Paraíba e Campina Grande)



Fonte: Esquematização própria a partir do estudo da SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática (2018).

Assim, os dados expressam que, o Brasil registrou 266.546 pessoas ocupadas nesta indústria, a Região Nordeste, 94.448 e o Estado da Paraíba 2.672. Desta forma, o município em relação a variável empregabilidade na indústria calçadista teve uma representação de 0,82% a nível nacional, 2,31% a nível regional, e com relação ao Estado da Paraíba teve uma alta representatividade de 81,7%.

Todavia, ao observar analiticamente o gráfico acima percebe-se que em relação a Paraíba e Campina-Grande o número de pessoas empregadas está significativamente baixo e isto decorre da metodologia utilizada para o levantamento do dado específico. Mediante isto, para corroborar ainda com a análise do gráfico 2 seguem as Tabelas (4 e 5) quem expressam a quantidade de unidades locais (empresas) e o pessoal ocupado (emprego) no cenário estadual

¹⁷ Classificação Nacional de Atividades Econômica. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6449>>. Acesso em: set. de 2019.

e municipal, só que agora utilizando a metodologia da PIA-Empresa que utiliza uma amostra com empresas que empregam no mínimo 30 pessoas.

TABELA 4 - Unidades Industriais/ Pessoa Ocupado na Indústria Calçadista (Paraíba)

Anos	Descrição	Número de unidades locais	Pessoal Ocupado Total
2016	Fabricação de Calçados	15	14.890
2017		19	13.777
2018		17	14.283

Fonte: Esquematização própria a partir do IBGE - Pesquisa Industrial Anual-Empresa, 2019.

Através deste estudo verifica-se um maior quantitativo de pessoas empregadas quando comparado com a análise do Sistema (SIDRA) (expressada nos gráficos 1 e 2) que em relação a Paraíba era de 2.672 pessoas no ano de 2018. Já nesse estudo, mostra no mesmo período, a significância de 14.283 pessoas empregadas. Assim, comparando os primeiros dados com o estudo da (PIA-Empresa) a quantidade de empresas consideradas é bem menor, destacando que em 2018 detectou a importância de 17 empresas. Em contrapartida a pesquisa do Sistema (SIDRA) contou com a participação de 91 empresas no mesmo ano.

TABELA 5 - Unidades Industriais/ Pessoa Ocupado na Indústria Calçadista (Campina Grande)

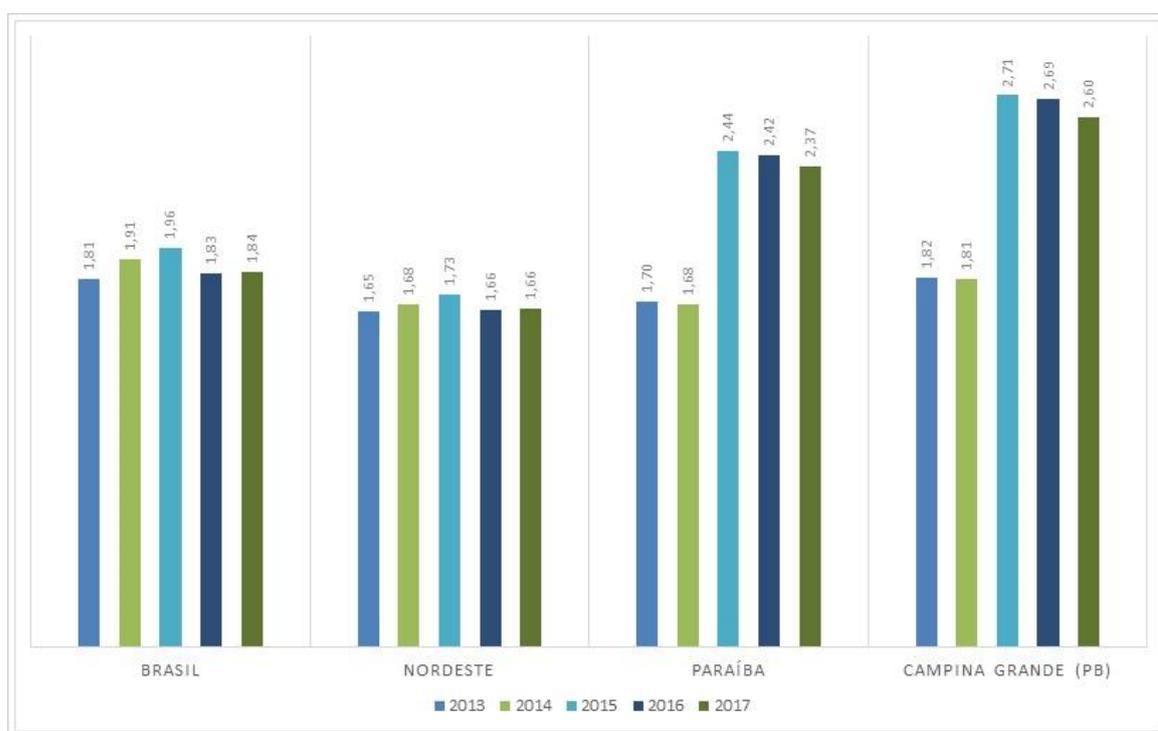
Anos	Descrição	Número de unidades locais	Pessoal Ocupado Total
2016	Fabricação de Calçados	7	8.325
2017		8	9.019
2018		7	9.899

Fonte: Esquematização própria a partir do IBGE - Pesquisa Industrial Anual-Empresa, 2019.

No tocante ao município o mesmo também ocorre ao confrontar os dados entre Sistema (SIDRA) e PIA-EMPRESA, denota-se que o número de pessoas que a indústria calçadista empregou em 2018 foi, 9.899, contando com a participação de 7 empresas.

Entretanto, com relação ao salário das pessoas inseridas na indústria de calçados entre o período de 2013 a 2017, o gráfico 3 apresenta uma média no Brasil de 1,84 salários mínimos, no Nordeste, 1,66, na Paraíba 2,37 e no município de Campina Grande 2,60.

GRÁFICO 3 - Salário Médio Mensal
(Salários-Mínimos)



Fonte: Esquematização própria a partir do estudo da SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática, 2017.

Notoriamente, verifica-se que o Nordeste tem uma média salarial menor que a nacional. Enquanto, que o estado da Paraíba tem superado esta média salarial nacional. Com isso vemos que, os dados mais recentes se destoam do cenário passado, visto que a média salarial do estado da Paraíba em 2009 era de 1,1 salários mínimos (IBGE, 2009). Ou seja houve uma evolução nesta categoria.

Assim, conforme os dados explanados nos gráficos e tabelas acima, constata-se que referente as duas primeiras categorias (quantidade de empresas e pessoal ocupado) no cenário mais recente, ou seja, analisando entre 2014 a 2018, os resultados apresentados são de decréscimo na escala nacional, principalmente quanto a quantidade de empresas. Já, na escala regional o cenário é semelhante, com exceção da quantidade de postos de trabalho gerados, pois entre o período de 2017-2018 ocorreu um aumento.

Quando observado a escala estadual verifica-se que o cenário é de declínio com relação a quantidade de postos de trabalhos, mas sobre o número de empresas, devido ao confronto entre as duas metodologias apresentadas, é difícil definir com precisão. Na escala municipal, Campina Grande-PB tem decrescido em número de fábricas calçadistas, mas

aumentado no índice de empregabilidade de acordo com a pesquisa da (PIA-Empresa) entre o período de 2016 a 2018. Porém, voltando-se a análise da média salarial entre os anos de 2013 a 2017, entre todas as escalas constatou-se que o cenário foi de crescimento da média salarial.

Neste sentido, o estudo desenvolvido pela (PIA-Empresa), também corrobora para agregar em mais dados pertinentes ao setor, na escala estadual e municipal, apresentando o seu desempenho no tocante: ao Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), no qual esta variável representa tudo o que foi produzido pela indústria calçadista em termos de valor, que correspondeu a (R\$ 1.620.390,00); ao Valor da Transformação Industrial (VTI) que significa os custos de produção ligados a essa indústria que foi de (R\$ 1.021.951,00). E por último a Receita Líquida de Vendas que exprime o valor das vendas da indústria calçadista no município, que equivaleu a (R\$ 1.611.251,00), todos estes dados estão expressados na TAB.6.

TABELA 6 - Valor Bruto, de Transformação e Receitas da Indústria de Calçadista em (Mil R\$)

Nome da UF/MUN	Descrição	Número de unidades locais	Pessoal Ocupado Total	Valor Bruto da Produção Industrial	Valor da Transformação Industrial	Receita Líquida de Vendas
				R\$		
Paraíba	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS	17	14.283	1.950.059	1.204.441	2.123.202
Campina Grande		7	9.899	R\$		
				1.620.390	1.021.951	1.611.251

Fonte: Esquematização própria a partir do IBGE - Pesquisa Industrial Anual-Empresa (2019).

Para tanto, após demonstrar o contexto da indústria calçadista de Campina Grande-PB, bem como a sua representatividade. Entende-se que esse processo partiu de um processo vocacional, ou seja, em que vários fatores corroboraram para isto, dentre eles estão, o cultural e histórico, no qual com o passar do tempo culminou no adensamento das atividades, contribuindo para que posteriormente a atividade calçadista afigure-se como Polo Calçadista. E como Polo ganhasse destaque no cenário nacional.

Para tanto é em torno destes fatos, que constata-se que foi necessário uma série de esforços por parte dos atores envolvidos para que essa indústria se consolidasse. Porém, também foi necessário esforços para que as pequenas empresas não fossem eliminadas do mercado, devido a implantação de grandes empresas calçadistas no município. Portanto, foi o somatório dessas ações que calharam para dar vida a um APL. Surgindo assim, em meados

das décadas de 1990 e 2000 a sistematização do termo APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB, ponto este que será tratado nas próximas seções.

5.5 Caracterização do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB

Sobre o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB, observa-se que este, vem se destacando no Estado ao longo dos últimos anos, devido ao seu contexto histórico, econômico e social que viabilizou a produção do couro e do algodão, acompanhado de um posicionamento estratégico de mercado, que contribuiu para atuação competitiva neste setor e não apenas em escala local, mas compreendendo até a internacional.

É importante ressaltar que a raiz histórica e cultural deste APL está na atividade algodoeira, pois a medida que o algodão do Sertão vinha para Campina Grande e as pilhas de algodão iam se concentrando na Estação Velha, isso como consequência, culminou na entrada e circulação significativa de pessoas na cidade, no qual aumentou a demanda por bens essenciais para a subsistência, e dentre estes bens, estava o consumo da carne bovina, no qual resultava a pele do boi (ATOR 03 SEBRAE, 2020).

Assim, a partir do momento que se demandava mais carne bovina, sobrava deste processo mais pelo/couro do animal e aí novos negócios começaram a derivar deste, visto que artigos oriundos do couro também passaram a ser mais demandados em virtude do processo de traslado do algodão, no qual surgia uma maior necessidade de artefatos como celas, caçuás, entre outros.

Com isso, algumas famílias do município montaram curtumes, que ficavam próximo ao açude de Bodocongó, devido esta atividade demandar muita água, pois para curtir uma pelo de boi, era necessário mais de mil litros de água. Assim, o ano de 1923 é tido como o início da industrialização do couro em Campina Grande, devido a implantação dos curtumes. E após isto, não se levou muito tempo para que começassem a produzir calçados também oriundos do couro. Deste modo, o apogeu da indústria de calçadista se deu no período que vai da 2ª Guerra Mundial até meados dos anos cinquenta. Nesse ínterim a cidade exportou até para os Estados Unidos (ATOR 03 SEBRAE, 2020).

Nesse contexto, verificou-se que, o arranjo aludido é formado em sua maioria por empresas familiares, que, grande parte delas se localizavam na Zona Leste do município, em que a maior concentração das empresas se dava no bairro de José Pinheiro. Haja vista que entre as décadas de 1950 a 1980 ainda não existia o Polo Calçadista em Bodocongó, que é a junção das empresas com o Centro de Tecnologia de Couro e Calçados Albano Franco (IST-

CTCC) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), passando somente a ser inaugurado por volta do ano de 1998. Contudo, é importante destacar que a ideia inicial para o modelo desse grande projeto era de *cluster*.

Todavia, a partir dos anos 2000 quando os pesquisadores da RedeSist começaram a trabalhar o conceito de APL, houve um engajamento com o Sebrae de Campina Grande, no qual a pesquisadora Cristina Lemos da RedeSist esteve no município para juntamente com os atores da referida instituição trabalhar um novo olhar para o projeto, o entendendo como APL (ATOR 03-SEBRAE, 2020).

No entanto, as atividades que constituíram esse APL no momento da sua concepção, eram principalmente; o curtimento e preparação do couro, a fabricação de artefatos derivados do couro e artigos para viagem, e por fim e não menos importante, a fabricação de calçados, onde atualmente há maior predominância de empresas e a concentração das atividades se dão nas MPMEs, sendo elas as principais fontes geradoras de emprego e renda no arranjo e no arranjo.

Ainda sobre o curtimento e preparação do couro, como já referenciado, a princípio era uma etapa realizada entre as empresas no próprio município, mas cabe destacar que atualmente a cidade não dispõe mais de curtumes. Na Paraíba o município que abrange a atividade de curtume é Cabaceiras, no qual fornece o couro para algumas empresas em Campina Grande. Então, um dado vigente que expressa o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB, é que nas últimas décadas deixou de ser “coureiro”, pois predominantemente as empresas produzem calçados com material sintético.

Conforme o analista técnico do Sebrae (2020) “trabalhar com o sintético do ponto de vista da produtividade e empregabilidade dos materiais é muito mais rápido e vantajoso, o problema que surge é na esfera ambiental, por este material ser derivado do petróleo”. Assim cabe ressaltar que, as questões acerca da sustentabilidade em APL, se torna característica importante, pois um arranjo só promove ganhos a comunidade que se insere, se, a dimensão ambiental estiver alinhada a dimensão econômica e social.

Todavia, em contraparte ao arranjo, uma característica encontrada no setor calçadista é a presença de trabalhadores autônomos e produtores informais, ou seja, aqueles que não atendem aos critérios legais que o seguimento formal exige, a exemplo disto pode ser citado as pessoas que trabalham no Fabricação de Calçados de José Pinheiro, localizado no Bairro de Nova Brasília.

Ainda, uma outra uma outra característica relevante é, a presença dos atores institucionais, que abrange a contribuição e participação de diversas instituições, as quais

foram criadas através do esforço de diferentes esferas da sociedade no sentido de fornecer maior suporte ao setor. Dentre essas instituições, destacam-se: o SEBRAE; o SENAI e IST-CTCC; o SINDICALÇADOS/PB, a UFCG; Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP); o Serviço Social da Indústria (SESI) e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqtcPB).

A atuação dessas instituições de apoio, tem sido de extrema importância para a continuidade das empresas no mercado. O SENAI, por exemplo, atua há mais de 20 anos no segmento de couro e calçados e foi implantado na Paraíba, devido, à proporção que este setor foi tomando. Assim, atende não somente Campina Grande, mas o estado da Paraíba e o Nordeste. O SENAI é dividido em duas partes: o Centro de Tecnologia de Couro e Calçados Albano Franco (IST-CTCC), como já citado, que se destina a educação profissional e o Instituto Senai de Tecnologia de Couro e Calçado com o objetivo de introduzir tecnologias nas MPMEs.

O IST-CTCC age como um dos elementos principais no desenvolvimento do APL, no sentido em que, prepara a mão-de-obra para as empresas, oferece cursos de qualificação profissional, promove palestras e testa em seus laboratórios a qualidade do produto. Destacam-se ainda: cursos de modelagem, criação e design, corte e costura dos calçados. Além de subsidiar projetos de outras instituições. Como é o caso de uma parceria com o (SEBRAE) e outros órgãos que contribuem para o desenvolvimento de novas coleções e projetos de expansão, técnicas de modelagem, melhoramento na produção e no *layout*.

O IST-CTCC também conta com a participação do SESI para ministração de palestras, técnicas de proteção antirruído, assim como apoio médico para os funcionários. Nessa perspectiva, em uma entrevista realizada com o (Ator 01) representante do IST-CTCC, o mesmo pontua:

Através de uma parceria entre o Senai, CTCC e a UFCG, foi montado no CTCC de Campina Grande – PB, o modelo do polo calçadista da Itália. Com o objetivo de conter até 14 galpões, mas devido às mudanças de governo esse projeto ainda não foi concluído. Porém no momento há 6 galpões em funcionamento. Concentrados nestes galpões estão, os fornecedores de matérias-primas, fornecedor de couro, de calçados, de formas e outras diversas empresas, que abrange desde a produção de calçados infantis até adultos e esportivos. O CTCC atua nas micro, pequenas e médias empresas no tocante a melhorar a produção, porque eles não têm um engenheiro de produção, um design, ou outros profissionais capacitados nesta área, porque muitos deles aprenderam com os pais, com os tios e não têm aquela expertise e nem tempo para estarem se atualizando conforme as novas tecnologias (FALA DO ATOR 01 - COORDENADOR DE MERCADO, 2019).

Com essas ações o IST-CTCC acaba estabelecendo uma relação que aumenta o grau de confiança entre os agentes envolvidos no arranjo, sendo este centro requisitado pelos empresários.

O Sebrae também é uma instituição importante para os empresários, pois ele atua como direcionador de mercado, antes funcionava apenas como uma porta para grandes feiras nacionais como Franca e Couromoda, porém atualmente além de representar nesse sentido, o Sebrae juntamente com o Sindicalçados/PB tem promovido as próprias feiras no município de Campina Grande, destacando-se a Gira Calçados, que atrai empresários e investidores de todos os locais e por isso se tornou a maior feira do Nordeste.

Desta forma, para fomentar as feiras o Sebrae em parceria com o governo do estado destina uma parcela de recursos para a participação dos empresários em feiras nacionais, a fim de mobilizar e incentivá-los a expandir e melhorar seus negócios frente ao mercado de trabalho. Ainda com relação ao Sebrae os empresários também podem contar com o programa SEBRAETEC, que tem por finalidade financiar e dar suporte a introdução de novas tecnologias nas MPMEs, concedendo um subsídio de até 60% no valor da consultoria ou no total do serviço prestado as empresas, ou seja, o empresário despende com 40% do valor, e este valor, ainda pode ser parcelado (ATOR 01 COORDENADOR DE MERCADO DO CTCC, 2019).

O Sindicalçados/PB que se caracteriza como uma entidade sem fins lucrativos também atua como direcionador de mercado, no entanto, sua participação no APL acaba sendo delimitada às empresas que compõem o Polo Calçadista, todavia, é importante ressaltar que sua atuação não se restringe somente ao setor calçadista do município. Deste modo, o Sindicalçados/PB tem operado junto as MPMEs, no qual em média cada empresa gera em torno de 20 a 60 empregos diretos, porém algumas ainda terceirizam o seu produto, gerando postos de trabalhos indiretos. Nessa ótica, o (Ator 02) um dos representantes do Sindicalçados/PB em uma entrevista prestada ao estudo explanou mais sobre a atuação da referida instituição:

O SINDICALÇADOS que é o sindicato patronal tem por objetivo apoiar as empresas na participação de feiras. É notabilizado por elaborar a maior feira de calçados entre as regiões Norte e Nordeste, intitulada Gira Calçados, esta feira ocorre entre os dias 29, 30 de Abril e 01 de Maio. Não são convidadas a participar apenas as empresas do estado da Paraíba, mas também empresas de outros estados. Há uma parceria com o Sebrae, no tocante a captação de recursos, porque além de elaborar as feiras em Campina Grande – PB o SINDICALÇADOS também leva as empresas para participar de feiras em outros estados. A exemplo, as feiras que ocorrem em Gramado - RS como a Zero Grau e o Salão Internacional do Couro e do Calçado (SICC) e em São Paulo - SP a Franca. As empresas de Campina Grande -

PB que participam das feiras no Rio Grande do Sul têm como objetivo principal alcançar um maior espaço no mercado internacional e com isso aumentar o grau de exportações. Um outro estado em que as empresas de Campina Grande – PB também participam de feiras é em Pernambuco, precisamente nos municípios de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Além disso o SINDICALÇADOS destina-se a trazer as empresas de fora para participar da feira do Gira Calçados no município. Assim, há uma parceria com atores do Juazeiro - BA, e uma recente parceria com as empresas do Nova Serrano - MG, o intuito de atrair mais empresas é aumentar cada vez mais a dimensão da feira. Então o sindicato utiliza da federação e do setor jurídico para fomentar o APL (FALA DO ATOR 2 - GERENTE EXECUTIVO, 2019).

Posto isto, constata-se que, uma parcela atinente de empresários participa anualmente dos eventos nacionais sendo a maioria incentivados pelas instituições de apoio já citadas, uma vez que grande parte das empresas que compõe o APL não dispõem de recursos para a participação nesses eventos. Mais à frente, este dado será retomado e reforçado, através da aplicação do questionário direcionado as empresas da amostra integrantes do APL, que enfatizou sobre a questão da participação das empresas nas feiras de calçados em suas distintas escalas.

Quanto ao capital técnico científico, a (UFCG) teve um papel muito importante, principalmente após a inauguração do Polo Calçadista, porque o Senai em parceria com a UFCG treinaram os alunos graduandos em Designer e Engenharia de Produção, ofertaram cursos de qualificação em modelagem, para que os alunos obtivessem a prática, porque muito do que era visto na universidade era um tanto quanto genérico, então através dessa parceria com o Senai muitos dos designers que atuam hoje na cidade passaram por esse tipo de capacitação (ATOR 03 SEBRAE, 2020).

Sobre o (PaqtcPB) observa-se no cenário mais recente uma participação voltada para a inserção de métodos de inovação nas empresas, atuando também como um incubador de empresas.

Assim, as contribuições dessas instituições e organizações, em especial o Sebrae, tornaram-se no decorrer do processo da indústria de calçados de suma importância para o desenvolvimento do APL. Pois com este apoio, as empresas do APL passaram a dispor de mecanismos e ferramentas tanto administrativas quanto operacionais para minimizar e otimizar seus processos implicando em vantagem competitiva.

Nessa perspectiva, a pesquisa com a finalidade de entender determinadas características deste APL, fez uso da aplicação de entrevistas semiestruturadas voltadas especificamente para as instituições públicas e entidades, que atualmente mantém maior participação e articulação na gestão do mesmo. Logo, com o decorrer do estudo empírico

constatou-se que as instituições e entidades mais atuantes hoje são: SEBRAE, IST-CTCC/(SENAI) e Sindicalçados/PB. Com base nisto, a próxima seção continuará a caracterizar o APL de acordo com a ótica e atuação dos referidos atores.

5.6 Instituições Públicas e Entidade de Classe do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB

Nesse sequência, a partir da pesquisa realizada, tanto com os atores da esfera pública como da privada, tomou-se conhecimento que atualmente as instituições públicas, bem como a entidade de classe que estão mais articuladas frente ao APL Coureiro Calçadista de Campina Grande são as que o estudo delimitou como amostra e por isso será retratado como elas articulam e cooperam entre si, entre as empresas e poderes.

Deste modo, os atores públicos das instituições que agregaram para a pesquisa ocupam cargos de gestão, como por exemplo, coordenador de mercado, secretário executivo e analista técnico. No qual, afirmam que as instituições interagem com uma média de 20 a 30 empresas do APL no município. O IST-CTTC e Sebrae voltam-se para as empresas de micro e pequeno porte, enquanto, o Sindicalçados/PB atua junto as empresas de pequeno e médio porte.

No que diz respeito a relação destas instituições com os trabalhadores informais, a exemplo daqueles que encontram-se no Fabricão de Calçados de José Pinheiro, administrado pela Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE) percebe-se atualmente que há uma interação mínima. Todavia, considera-se que, quando se trata de um APL, a literatura preconiza a interação das instituições de fomento com as empresas do tipo (MPMEs), mas ao analisar todo o cenário em que se inseriu este APL, constata-se que a finalidade do Fabricão de Calçados de José Pinheiro, era que, através do espaço público cedido pela prefeitura, para os artesões e fabricantes de calçados de fundo de quintal, implantassem ali seus pequenos negócios, e assim mais adiante, constituíssem suas próprias empresas.

No entanto, o que verifica-se no cenário atual é que o Fabricão de Calçados contempla cerca de 15 permissionários, que fabricam artigos em couro como, calçados e bolsas e ferramentas de corte aplicáveis ao setor. Precedentemente, entre o Fabricão, o Senai e a (UFCG) foi montado uma parceria com os cursos de Designer e Engenharia de Produção, com o intuito de que os artigos produzidos pudessem ser reavaliados e aperfeiçoados através desta parceria. Porém, o que se observa é que a essência deste projeto foi perdida com o passar dos anos. Hoje em dia, os produtores do Fabricão têm uma pequena participação no

mercado local, de acordo com o diretor de incentivos da AMDE (2019), “90% da produção é para atender o mercado de Pernambuco e principalmente o município de Caruaru”.

É evidente, que o fato destes produtores estarem aglomerados em um mesmo local, que se caracterizou pela produção de uma atividade específica, contribuiu para a propagação do trabalho que desempenham e para atrair compradores de fora. Porém, cabe ressaltar que o objetivo inicial não foi atingido e as pessoas inseridas neste espaço, não alçaram a instituição de suas próprias empresas, mas permaneceram como trabalhadores autônomos e num novo formato como microempreendedor individual (MEI), assim, é por esta justificção e somado ao fato de que estes trabalhadores são um tanto quanto fechados entre si, conforme ressaltado nas entrevistas por parte dos atores públicos, que as instituições coordenadoras do APL estão pouco articuladas quanto esta segmentação no setor de calçados.

Contudo, ao entrevistar um ator do Fabricção, o mesmo ressaltou que diante dos gargalos existentes se faz necessário uma maior articulação, enfatizando: “a prefeitura poderia dar mais incentivos”, na sua fala fica evidente que se refere-se aos produtores de calçados ali inseridos.

Delimitando-se agora, apenas as empresas do APL, denota-se que a única instituição que oferece no momento algum tipo de incentivo ou suporte financeiro, é o Sebrae, através das iniciativas já citadas anteriormente, como a participação dos empresários em feiras e através do programa Sebraetec.

Com relação ao viés da sustentabilidade neste APL, verificou-se através das entrevistas, que não há um padrão ou modelo estabelecido conforme o que foi apresentado no capítulo teórico deste trabalho e conforme o que preconiza a literatura de Sustentabilidade em APL, entretanto o que ocorre é, no processo de produção alguns materiais reciclados são utilizados como o PVC, poliuretano, entre outros e isto conseqüentemente contribui em termos ambientais.

Nestes moldes, ao analisar este cenário e comparar com o enredo literário, no momento, não é possível correlacionar ao que a literatura esmera para esse contexto. Mas em contrapartida, os relatos dados pelos atores nas entrevistas, que constam no (Apêndice A e C) deste trabalho, mostram que em certa medida as empresas estão voltadas para essa questão implementando condutas mais conscientes no processo produtivo conforme a perspectiva ambiental.

Todavia, cabe destacar, que se torna mais latente estabelecer o compromisso por parte do domínio industrial com o que preconiza a Agenda 2030¹⁸, para tentar se dirimir os impactos ambientais e com isso trilhar um caminho para um novo mercado alicerçado nos parâmetros da sustentabilidade.

Ainda na perspectiva ambiental, quanto ao processo de descarte de resíduo da produção, percebe-se que os métodos utilizados divergem. Contudo, é unânime entre as instituições a leitura de que as empresas reaproveitam uma parte dos seus resíduos, ou seja, a fração que pode ser reutilizável. Mas para aquela que não pode ser reaproveitável e que contém substâncias tóxicas, as instituições relatam, que o órgão ambiental, a exemplo da SUDEMA, ou empresas privadas destinadas a essa finalidade, ficam encarregadas por efetuar o devido descarte. Para tanto é de suma importância que as ações realizadas estejam também em consonância com a Lei 12.305/2010 que abrange o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

No âmbito das políticas públicas implementadas e direcionada ao contexto de APL o ator do Sebrae (2020) que no momento, a única política que tem favorecido as empresas que integram o APL Coureiro Calçadista, é a cobrança diferenciada do ICMS para alguns tipos de empresas no qual o segmento de calçados também tem sido contemplado.

Em relação ao cenário estadual, verificou-se que, a partir de meados anos de 2012/2013, não há uma atuação expressiva da administração pública direta do Governo do Estado. A única ação que o poder público tem desempenhado nesse sentido, é a partir de 2017, montando uma parceria com a UFPB para a construção do Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável para os Arranjos Produtivos Locais da Paraíba - PLADES. Um projeto voltado para todos os APL's da Paraíba, no sentido da construção de políticas públicas e ações transversais nas diversas escalas em que os arranjos se encontrarem, buscando, em tese, trazer ações articuladas e integradas pelo Estado, levando em consideração as particularidades existentes.

Contudo, o que depreende-se é, que não somente em relação ao APL em questão, mas concernente a política de APL de modo geral, se faz necessário uma reconstrução da escala nacional, para que se elabore, políticas públicas e ações transversais nas demais escalas, de modo articulado e integrado pelo Estado, levando em conta as particularidades e assimetrias de cada localidade. Pois entende-se que, a atuação do Estado é fundamental em relação ao

¹⁸ Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável(ODS) (ONU, 2018; ONU, 2015).

processo de desenvolvimento, à medida que é o único que pode alterar o *status quo* existente, modificando as estruturas tradicionais de dominação e reprodução do poder.

Destarte quando falamos de APL, é corrente que existem algumas características inerentes para este tipo de categoria, como as aludidas no capítulo teórico, pelos os autores Cassiolato e Lastres (2003), porém agora, as correlacionando com as respostas fornecidas pela pesquisa empírica, o quadro 8 retoma essas características e aplica ao APL Coureiro Calçadista.

QUADRO 8- Características do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB

Dimensões	Características
Dimensão Territorial	O APL compreende um recorte do espaço geográfico do município de Campina Grande-PB, com base no mapeamento de APLs realizado pela RedeSist (1997). Mas que abrange todo o estado da Paraíba.
Diversidade de atividades e atores econômicos políticos e sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Atores Econômicos: Empresas e Bancos. - Atores Sociais: (Sebrae); (Senai/CTCC); (Sindicalçados/PB); FIEP; SESI; UFCG e (Parq.Tec). - Atores Políticos: Governo do Estado e Prefeitura Municipal.
Conhecimento Tácito	Este tipo de conhecimento no início era predominante a medida que as empresas eram de ordem familiar, porém com passar dos anos essa característica não é tão latente como outrora, e isto deve-se, ao aperfeiçoamento do conhecimento técnico, ou seja, das técnicas de produção e inserção de processos inovativos nas empresas.
Inovação e Aprendizado Interativos	Essa característica foi fundamental para que o setor e o APL tenham se desenvolvido no decorrer do tempo. No qual, a articulação das instituições e principalmente do Sebrae com as empresas, foram importantíssimas neste APL, porque foi a partir do esforço delas, que muitos empresários se desvencilharam unicamente do conhecimento tácito e despertaram para o conhecimento técnico, ampliando a capacitação produtiva e inovativa de suas empresas e aumentando sua competitividade frente ao mercado.
Governança	Para implantar o Polo Calçadista a atuação do Governo do Estado e CINEP foram o ponto de partida para a constituição do segmento. Porém, durante o trajeto de consolidação da indústria e do APL a atuação de coordenação por parte do Sebrae, Sindicalçados e Senai foram imprescindíveis neste processo e se mantêm participantes até o atual momento.
Grau de enraizamento	O grau de enraizamento pelo o que se detectou, não é tão profundo entre os atores. Existe uma articulação entre os distintos atores em suas distintas esferas. Todavia, ainda precisa ser aperfeiçoada.

	<p>Visto que há um reconhecimento por parte de 40% das empresas que contemplaram a amostra, que, a atuação delas em um APL não tem contribuído em grande medida para o seu desempenho. Em contrapartida, alguns atores por parte das instituições públicas relataram uma certa desmotivação por parte dos empresários e por isso um engajamento não tão satisfatório entre os atores. Em suma, os atores tanto da esfera privada como da pública apontaram para uma minoração da atuação dos poderes públicos em suas diferentes escalas, com o decorrer dos anos, principalmente dos últimos sete anos, carecendo assim, de um maior suporte governamental e municipal para o APL.</p>
--	---

Fonte: Esquematização própria a partir das categorizações de Lastres, Cassiolato (2003, p. 4 e 5).

Nesse enquadramento observa-se também que, cada APL tem suas características específicas, mediante seu processo de governança, no qual é essencial a presença de alguns requisitos básicos como: transparência, patrimônio, inclusão, eficiência e consenso. Com base nisto, verifica-se na teoria como citado anteriormente no mínimo seis formas divergentes e clássicas de governança. Todavia, utilizando o método dedutivo, verificou-se que, se aplicam ao APL Coureiro Calçadista de Campina Grade, a seguinte forma: a multilateral horizontal, que incide quando a coordenação passa por agentes públicos ou privados que buscam estreitar as relações entre os atores (MARHUSEN, 1995; SCHMITS, 1999b; GARCIA, MOTTA E AMATO NETO, 2004). Este modelo foi percebido através do estudo de campo e está relacionado a trajetória deste APL.

Paralelamente os autores Humphrey e Schmitz (2000) agregam a análise sob governança, explicitando que envolve o processo de coordenação dos agentes de um determinado sistema produtivo em suas várias esferas de relacionamento, isto é, entre os setores públicos e privados, em nível local, regional ou global. Nesse sentido, utilizando-se do mesmo método, identificou-se que o modelo de coordenação do APL Coureiro Calçadista se dar através da governança pública, porque embora as empresas mantenha uma grau de articulação com os demais atores, quem de fato coordena as ações neste APL, acaba sendo as instituições do setor público e salienta-se que a atuação governamental também foi muito assertiva nos momentos que interveio no arranjo, assim verifica-se no APL a presença das agências governamentais locais e regionais.

Já, em relação a perspectiva dos autores os autores Gereffly, Humphrey e Schmitz (2005), observa-se a existência de uma outra tipologia relacionada a estrutura de governança que se refere a Cadeia de Valor, que quando correlacionada ao APL Coureiro Calçadista deduz-se que os formatos que se aplicam são: cadeias de valor modulares, onde os

fornecedores em cadeias desse tipo fazem produtos de acordo com as especificações do cliente e cadeias de valor relacional, em que nessas redes, vê-se complexas interações entre compradores e vendedores que muitas vezes criam dependência mútua e altos níveis de especificidade de ativos.

Paralelamente, mesmo diante das dificuldades que cercam o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande, como: a pequena participação por parte do poder público (Estado), necessidade de mais políticas públicas voltadas ao APL, necessidade de se estabelecer um modelo ou padrão embasados pelo o prisma da sustentabilidade para APL, necessidade de se adensar os serviços técnicos especializados, instância de maior cooperação entre os atores do cenário e dificuldade de se encontrar mão de obra qualificada para a atividade em questão.

É de comum entendimento para as instituições do APL que o arranjo tem contribuído para a alicerçar o estabelecimento da indústria calçadista no município e não somente isso, mas se tornou fundamental para que as empresas MPMEs se mantivessem competitivas no mercado até o momento vigente. Pois foi a partir da sua concepção de arranjo que, houve um maior esforço para que os atores das distintas esferas articulassem em prol de desenvolver as atividades e isto atraiu investidores até em escala internacional. Assim, no decorrer dos anos a produção foi aumentando, no qual se tornou o segundo segmento que mais arrecada para o Estado. Portanto, é mediante a predominância das empresas neste segmento, que o próximo tópico irá demonstrar o perfil das empresas que compuseram a amostra e que estão inseridas no APL.

5.7 Empresas do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB

Conforme os dados mais atuais disponibilizados pelo o IBGE (2018), ressalta-se como já mencionado outrora, que o município de Campina Grande-PB abrange a importância de 53 empresas especificamente na indústria calçadista. Assim, desconsiderando as grandes indústrias, o estudo se delimitou as MPMEs que integram o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB, no qual foi estipulada uma amostra com dez empresas nesse segmento, com a finalidade de entender o perfil delas, bem como buscar identificar o grau de relevância que o APL proporciona as mesmas, destaca-se ainda que todo o contexto deste tópico está melhor detalhado no (Apêndice C) desta dissertação.

Assim, analisando o universo da amostra verificou-se logo de início, que as respostas fornecidas para a pesquisa partiram em sua maioria de pessoas que ocupam cargos de gestão

nas empresas, como por exemplo diretores e gerentes. Observa-se também que 100% das empresas analisadas estão atuantes no mercado há bastante tempo. Em que 50% delas, estão há quase três décadas no mercado. No qual, juntas empregam diretamente 342 funcionários, sem contar com os empregos indiretos que são gerados, visto que 30% delas terceirizam mão de obra.

No tocante aos funcionários, os gestores em sua totalidade afirmaram que há dificuldade em recrutar pessoal qualificado para os cargos de (execução/produção), porém depois que o pessoal é contratado e capacitado o percentual de rotatividade da mão de obra nas empresas é baixo, 90% das empresas alegaram isto. Quanto a polarização entre os funcionários, 80% das empresas informaram que a maioria dos seus colaboradores são do sexo masculino. Quanto ao grau de escolarização apenas 30% das empresas destacaram que os funcionários possuem o ensino médio completo.

O tipo de calçado produzido pelas empresas analisadas varia e destina-se ao público infantil, feminino, masculino e esportivo. No qual estas empresas atingem uma produção mensal de aproximadamente 106.000 pares de calçados e uma produção anual de aproximadamente 1.201.800 pares de calçados. Em que o período do ano de maior produção ocorre entre os meses de junho a dezembro.

As empresas da amostra apresentam um percentual produtivo significativo, porque 70% delas destinam seus produtos para o mercado nacional e 30% se delimitam ao mercado regional/local e os seus concorrentes diretos se centralizam principalmente na região Nordeste, Sul e Sudeste. Cabe ressaltar que nenhuma delas exportam seus produtos.

Um fator relevante, é que embora o município de Campina Grande-PB tenha se destacado ao longo dos anos por sua produção de artefatos derivado do couro, é importante ser enfatizado que o município não abrange mais curtumes. Havendo uma pequena ressalva, para apenas uma única empresa do município, que funciona parcialmente como curtume, todavia, sua atividade é canalizada internamente para a empresa e não atende as necessidades das demais. Dentro do estado da Paraíba o couro é produzido unicamente no município de Cabaceiras, em que a produção advém principalmente da atividade caprina que é uma das vocações deste município.

Assim, dentre as empresas da amostra nenhuma produz a sua principal matéria-prima que é o couro, 100% das empresas relataram que a matéria-prima utilizada no processo de produção vem de outras regiões e principalmente do estado de São Paulo. Sendo esta, na verdade, uma das maiores dificuldades encontradas pelas empresas que compõem o APL, ponto este que será retratado logo mais à frente.

Com relação ao viés da sustentabilidade observou-se que nenhuma das empresas produzem calçados sustentáveis e apenas 30% da amostra já trabalhou com o couro vegetal. Quanto ao descarte de resíduo da produção verificou-se que a forma como é realizado diverge entre as empresas. Em que 40% delas relataram que o descarte de resíduo é efetuado por um órgão responsável, 20% declararam que o descarte de resíduo é efetuado pelo o próprio serviço de coleta de lixo do município, 20% informaram que fazem doações para universidades e pessoas que trabalham com artesanato, 10% vende para pessoas que irão reciclar esse tipo de material e apenas uma empresa optou por não responder a esta pergunta.

Todavia, ao dialogar sobre essa questão com um dos atores públicos que auxilia na gestão deste APL, foi ressaltado a importância do cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), lei 12.305/2010, que define o gerenciamento de resíduos sólidos como o conjunto de ações exercidas nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequadas dos resíduos.

Para seguir as diretrizes da PNRS os órgãos licenciadores requerem um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para emitir alvarás e licenças, esse plano deve conter todas as informações do gerenciamento de resíduos em estabelecimentos, e se caso, não for entregue pode implicar em multas e interrupção do licenciamento. Deste modo, devido a importância do plano, é de responsabilidade dos gestores das empresas se encarregarem por sua elaboração e permanecerem atentos ao que é exigido para que a qualidade e a aprovação do projeto sejam garantidas (ATOR 01 SINDICALÇADOS/PB, 2020).

Nesses termos, entende-se que é fundamental para as empresas, não apenas aquelas condizentes a amostra, mas toda e qualquer empresa da indústria de transformação, que estejam alicerçadas quanto ao método de descarte de resíduos de sua produção, na Lei 12305/2010 através do (PGRS).

Partindo agora, para uma análise no sentido de que as empresas da amostra estão inseridas em um APL. Conforme o resultado dos questionários que constam no (Apêndice C) deste trabalho, 60% das empresas responderam que o arranjo tem contribuído para o melhoramento das próprias empresas e 40% relataram que o APL não tem contribuído, formando assim uma divisão entre duas categorias. Logo, um aspecto relevante que pode ser destacado sobre a segunda categoria, é que nela, as empresas informaram que já desempenharam algum tipo de articulação e interação com as instituições e entidade que gerem o APL como: SEBRAE, IST CTCC, (SENAI), (SINICALÇADOS-PB) e SESI. Nesse sentido as empresas relataram que as instituições tem corroborado no seguinte aspecto:

As instituições que geram o APL buscam incentivar o setor, com benefícios como descontos em programas, ou com sugestões de melhoramento do setor de produção, buscam melhorias para crescimento e expansão do setor (FALA DO ATOR 05 - GERENTE , 2020).

Troca de experiências e conquista de um menor custo na contratação de serviços (FALA DO ATOR 13 - GERENTE DE PRODUÇÃO, 2020).

Parcerias com Senai, Sesi e Fiep. Senai - treinamento e capacitação; Sesi - saúde e palestra; Sebrae - consultoria e levando a empresa para participar de eventos. Fiep - feiras (FALA DO ATOR 08 – PROPRIETÁRIO, 2020).

Parcerias próximas p/compra de MP (matéria-prima). Porém de baixa qualidade em alguns casos (FALA DO ATOR 04 - DIRETOR COMERCIAL, 2020).

Cabe destacar que sobre a primeira categoria, que respondeu que o APL tem contribuído para o melhoramento das empresas, quando este grupo foi questionado se já receberam algum tipo de incentivo financeiro, 30% delas responderam que não e 30% relataram que sim, através de benefícios por parte do Sebraetec e descontos e incentivos pelo Sebrae para participarem de feiras.

Em referência aos eventos e feiras de calçados, é unânime a participação das empresas tanto no âmbito local como até internacional. Com relação ao cenário nacional as instituições e entidade do APL responsáveis por incentivar os eventos e feiras são o Sebrae em parceria com o Sindicalçados-PB, no qual estes dois atores coordenam no município a maior feira de calçados do Nordeste, a Gira Calçados, evento que visa fortalecer o setor calçadista da região e proporcionar a micro e pequenas empresas locais uma oportunidade de acesso a novos mercados e novas oportunidades de negócios, visto ser uma oportunidade para que os participantes possam conhecer as novidades e as tendências do mercado, como aponta a analista do Sebrae e coordenadora do evento:

O Gira Calçados é uma feira que vale a pena destacar, pois nela contamos com a presença dos maiores fabricantes nacionais, de grifes renomadas e de pequenas e médias empresas dos polos calçadistas brasileiros, como a Paraíba, o Ceará e a Bahia. Sendo assim, o evento torna-se uma ótima oportunidade para o empreendedor na realização de negócios, networking, abertura de novos mercados e estabelecimento de parcerias (PARAÍBA TOTAL, 2020).

Posto isto, dentre o APL existem dificuldades que são enfrentadas por todas as (MPMEs), inclusive aquelas que estão fora da amostra, pois são dificuldades e/ou fragilidades inerente a todo o setor calçadista. Nessa perspectiva, os atores das empresas privadas relatam as principais, que são:

Falta de MP (matéria-prima), qualidade da MP, fretes, impostos altíssimos, falta de auxílio governamental, (incentivos) e falta de mão obra qualificada (FALA DO ATOR 04 - DIRETOR COMERCIAL, 2020).

Carga tributária altíssima, falta de fornecedores de matéria-prima próximos (gerando deslealdade na formação de preços comparados ao dos nossos concorrentes do Sul e Sudeste) (FALA DO ATOR 05 - GERENTE, 2020).

Carga tributária altíssima, inadimplência, concorrência desleal com produtos falsificados e impostos (FALA DO ATOR 06 - GERENTE, 2020).

Distância da matéria-prima, que vem do Sul que dificulta o processo (FALA DO ATOR 08 - PROPRIETÁRIO, 2020).

Dificuldade de matéria-prima e mão de obra qualificada (FALA DO ATOR 09 GERENTE DE VENDAS, 2020).

Falta de incentivo dos órgãos públicos (FALA DO ATOR 10 - GERENTE FINANCEIRO, 2020).

Contratação de mão de obra qualificada; alto valor nos impostos sobre circulação de mercadorias (FALA DO ATOR 13 - GERENTE DE PRODUÇÃO, 2020).

Assim, por todas as fragilidades apresentadas, torna perceptível que as empresas aspiram por uma maior atuação e interação por parte dos atores públicos, bem como maior apoio governamental, numa tentativa de atenuar as dificuldades inerentes a este setor. Visto que este cenário tem-se agravado, principalmente após à crise financeira instaurada, que teve sua origem desencadeada pela crise sanitária, causada pelo o (COVID-19). No qual todas as empresas e inclusive aquelas condizentes a amostra pararam de funcionar e se viram obrigadas a fecharem suas portas pelo o período de aproximadamente quatro meses, entre (março a junho de 2020).

As empresas que continuaram funcionando foram apenas as de bens e serviços essenciais. Visando assim, diminuir a circulação de pessoas e conter a circulação do vírus principalmente no perímetro urbano, sendo então, de suprema importância que no momento inicial da pandemia todos que pudessem estivessem resguardados em suas casas.

Deste modo, as empresas da amostra relataram que durante este período, muitos foram os impactos recorrentes com a pandemia. Visto que a produção foi interrompida e com isto as receitas caíram totalmente por alguns meses, só depois houve um leve aumento, se tornando assim, impossível quitar as dívidas com os fornecedores, agravando o índice de inadimplência e mesmo diante todos estes fatores os impostos não diminuíram. Com relação ao quadro de funcionários houve uma redução, pois mesmo diante dos benefícios lançados por parte do Governo Federal, para que as empresas tivessem um aporte quanto a uma parte do pagamento dos salários dos seus colaboradores, algumas não conseguiram manter todo o seu pessoal empregado. Cabe ressaltar que além de tudo isto, algumas empresas ainda sofreram com arrombamentos e furtos.

Em menção a este cenário, segue os relatos de alguns gestores quanto aos impactos desencadeados pela a pandemia:

Falta de produção, lojas fechadas, perda de faturamento: abril (100% de perda), maio (100% de perda) e junho (50% de perda) (FALA DO ATOR 09 GERENTE DE VENDAS, 2020).

Queda em abril, pois não trabalhamos o mês e os demais meses só com uma parcela dos funcionários. Abril (queda de 100%) os demais (50% a 70%) (FALA DO ATOR 10 - GERENTE FINANCEIRO, 2020).

Os impactos foram inúmeros não há como mensurar. Impactos diretos e indiretos. Diretamente: a produção baixa (baixo faturamento), impostos não diminuíram e tudo mais que o senso comum pode pensar. Indiretamente: devido a tempos fechados a área interna sofreu arrombamento c/ roubos/furtos (FALA DO ATOR 04 - DIRETOR COMERCIAL, 2020).

Queda brusca nas vendas, já que trabalhamos com lojistas, e os mesmos estavam impossibilitados de trabalhar também. Ainda não há como mensurar em números os impactos, visto que ainda estão sendo percebidos, principalmente os prejuízos (FALA DO ATOR 05 – GERENTE, 2020).

Redução de funcionários, não teve como quitar as dívidas com fornecedores, a produção parou por 4 meses e as vendas caíram (FALA DO ATOR 08 PROPRIETARIO, 2020).

Inadimplência jamais vista antes, receitas caíram em 80% e escassez de matéria-prima (FALA DO ATOR 06 – GERENTE, 2020).

4 meses fechados, prejuízos em média 60 mil (FALA DO ATOR 12 DIRETOR GERAL, 2020).

Em suma, diante tudo que foi apresentado em relação ao cenário destas empresas podemos perceber que muitas são as fragilidades. Mas, por outro lado, é inegável que ao longo dos anos, estas empresas, bem como todas as empresas do ramo calçadista têm corroborado para o crescimento econômico do município, a partir do momento que são geradoras de emprego e renda e a partir do momento que a atividade coureira calçadista é uma vocação dentro do município. Assim, as empresas da amostra quando questionadas, se identificavam se o desenvolvimento de suas atividades contribuía no tocante a fomentar o desenvolvimento localidade, todas responderam afirmativamente.

Portanto, é nessa perspectiva que seguirá o próximo tópico, correlacionado a teoria do APL e do desenvolvimento no intuito de procurar demonstrar o nível de desenvolvimento do APL e sua contribuição para o município de Campina Grande-PB.

5.8 O APL Coureiro Calçadista como um Instrumento de Indução para o Desenvolvimento Local

Conforme o elucidado durante o capítulo teórico deste trabalho e alinhado ao que preconiza a ideologia de APL verificou-se que, para um aglomerado de empresas ser caracterizado como um arranjo produtivo são necessários cinco aspectos, como: proximidade territorial, trabalho conjunto, algum tipo de especialização produtiva, cooperação e confiança entre os atores que compõem o APL. Logo, cabe ressaltar, que esses aspectos são observados no APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB, destaque para o aspecto da cooperação que tem diminuído nos últimos anos.

Essa minoração no grau de cooperação pode ser identificada neste APL a partir do momento que os empresários diminuíram as ações de interação e articulação no tocante a se

unirem para comprarem juntos a matéria-prima que vem de outros estados. O objetivo desta ação é de minimizar os custos de produção dos empresários, pois ao se articularem conjuntamente para a compra da matéria-prima em alta quantidade, o preço do produto tende a baixar, essa prática foi incentivada por parte do IST-CTCC e realizada por um determinado período entre os atores da esfera privada. Mas, atualmente verifica-se que o grau de enraizamento nesse sentido é baixo.

Deste modo, entende-se que a cooperação é fundamental para um APL, pois através do grau de cooperação bem definido entre os atores, torna-se possível que esses compartilhem em vários aspectos como: na compra de matérias-primas, máquinas e equipamentos; qualificação de mão de obra; serviços especializados de logística, etc. Obtendo assim, acesso à competências que, individualmente, as micro e pequenas empresas não alcançariam. Assim, um APL que apresenta um grau de cooperação relevante é capaz de proporcionar maior eficiência, diferenciação, qualidade, competitividade e lucratividade, agindo para preservar a organicidade e estrutura das empresas que o integra.

Contudo, cabe frisar que a cooperação vinculada à estrutura de APL no contexto do desenvolvimento local, deve estar voltada para estes aspectos, porém ir além, ou seja, é necessário que se direcionem para o campo econômico, mas que aspirem um sentido ainda maior que é o de melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Portanto, no cenário vigente, o que tem se observado, é que a categoria dos arranjos tem focalizado principalmente neste prisma, isto é, para interesses, majoritariamente, de caráter econômico. Todavia, nesta configuração, a estrutura de APL se torna totalmente ineficaz na efetuação do desenvolvimento local.

Por este motivo, os atores deste cenário devem se empenhar por manter um nível de cooperação significativa, para que assim possam promover uma transformação não apenas relacionada ao âmbito industrial e individualizado, mas sim, no seio da coletividade. Visto que o desenvolvimento local requer mudanças concernentes a uma transformação na estrutura socioeconômica do local.

Para tanto, correlacionando a teoria com o cenário do APL Coureiro Calçadista do município de Campina Grande-PB, o que detectou-se através do estudo de campo, como consta na seção de Apêndice desse trabalho, é que em alguns momentos, através da fala dos atores há uma preocupação pautada especialmente em relação à dimensão econômica e, isso parte inclusive dos atores públicos, no qual as ações desenvolvidas, planejadas e que movem o APL são, em sua maioria, no sentido do crescimento econômico, fugindo assim, do que preconiza a teoria do desenvolvimento local.

Por isso, entende-se ser necessário, não apenas para o APL de estudo, mas para toda e qualquer estrutura de arranjo produtivo local, uma maior participação do Estado, no sentido de atuar na regulamentação e coordenação das ações e decisões por parte dos atores envolvidos, para asseverar que os mercados e serviços públicos, estejam empenhados no provimento de serviços sociais básicos e no desenvolvimento de regiões menos favorecidas. Contribuindo para que esses arranjos efetuem um papel eficaz, ou seja, que elaborem ações que conta com a participação da sociedade civil.

Em contrapartida, os esforços desempenhados pelos os atores que integram o APL Coureiro Calçadista têm impactado no tocante à consolidação do APL, ou seja, a consolidação das empresas MPMEs, porque essas, quando deixadas fora do contexto de arranjo, a maioria acaba sendo expeditas frente as grandes indústrias do mercado. E como ressaltado outrora, Campina Grande também se destaca por aportar grandes indústrias no segmento calçadista; e talvez, se não fosse a existência do aludido APL, essas empresas tivessem perdido competitividade e, conseqüentemente, seu espaço no mercado.

Nesse sentido, a presença do APL e dos atores envolvidos, principalmente dos atores que compõem o comitê gestor do arranjo, tem funcionado no sentido de manter tais empresas ativas e atuantes no mercado e, por conseqüência, corroborando com a geração de empregos para a economia do município, como demonstrado no decorrer do trabalho.

Mas a leitura que se faz do cenário é de um efeito de causa/conseqüência, em que as ações desempenhadas pelas os atores são motivadas na obtenção de maior vantagem competitiva (ações do campo econômico), e por eventualidade desencadeiam ações no campo social, gerando empregabilidade e renda para as pessoas, e com isso melhora-se a qualidade de vida das pessoas empregas no setor. Mas este efeito destoa do próprio sentido da teoria de arranjo produtivo local e como já dito principalmente do desenvolvimento econômico e (local), que considera as três dimensões: econômica, social e ambiental. No qual, as ações desempenhadas no APL devem manter este foco e direção.

Assim, se faz necessário que os atores reconsiderem e reexaminem seus projetos, mantendo em mente que, concomitantemente, suas ações deverão influenciar na valorização dos recursos e potencialidades do território em questão e promover qualidade de vida da população inserida neste território e não apenas de grupos específicos.

Portanto, percebe-se que é necessário voltar a pauta de discussão, o que estabelece o conceito da política de fomento para os APLs do Brasil, ou seja, a compreensão que o contexto de APL deve estar voltado para a valorização do local. Uma ideia que se centra na diminuição das desigualdades sociais. Valorizando nas comunidades locais, aspectos

subjetivos, como: felicidade, valorização de seu conhecimento tradicional, vínculo ao local, entre outros.

Logo, o desenvolvimento parte de um compromisso não apenas no campo econômico, mas, sobretudo social. Pois quando se objetiva alcançar o desenvolvimento local, os problemas socioeconômicos não podem mais ser resolvidos pela ação independente do Estado. Em outras palavras, o processo de desenvolvimento é, portanto, uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais de se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e matriz cultural, buscando competitividade em um contexto de profundas transformações.

Então, o que se depreende do estudo, concatenando a elucidação do autor Castro (2009) com as respostas dos atores que integram o APL Coureiro Calçadista, é que: quanto ao seu nível de desenvolvimento, o APL configura-se como (em desenvolvimento), ou seja, é aquele que a sua atuação promove uma força de atração de novos empreendimentos, motiva os empresários a realizarem investimentos, tornando-os competitivos, mantém o foco com sempre no regional e não no individual. Mas precisam evoluir quanto à interação, no intuito de promover cooperação e aprendizagem, que são características encontradas nos arranjos configurados como (Desenvolvidos), ou seja, são os mais articulados e de maior importância para o desenvolvimento local, pela capacidade de atrair novas empresas, suas lideranças atuam, principalmente, em entidades de classes, com relacionamentos formais.

Nesta ótica, constata-se que quando os Arranjos Produtivos Locais estão alicerçados nos postulados da teoria do desenvolvimento local emergem como elementos essenciais na promoção do desenvolvimento na atualidade e se tornam relevante na literatura de economia mundial (ANDION, 2003). Estabelecendo-se, portanto, como um importante instrumento de desenvolvimento em regiões periféricas e, quando dotados de políticas adequadas, articuladas e pactuadas fomentam o desenvolvimento local. Nesse ínterim, o APL Coureiro Calçadista tem contribuído, em parte, para fomentar o desenvolvimento do local município de Campina Grande-PB. Visto ser necessário avançar mais sobre ações e políticas pertinentes as outras duas dimensões: a social e ambiental.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo analisar como se tece o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB, examinando-o conforme o enredo e a perspectiva do desenvolvimento local. Assim, empenhou-se em trazer um olhar holístico sobre o tema do desenvolvimento voltado ao modelo de arranjo produtivo local, ponderando a observância de fatores como: econômicos (quantidade de empresas, empregabilidade, renda média salarial, nível de produção, vendas, exportações, e importações) sociais (as articulações e cooperações entre os atores), culturais (no contexto da análise das particularidades locais), sustentáveis (o método utilizado no processo de produção contrapondo-se a ótica da sustentabilidade) e em relação aos aspectos territoriais (trazendo uma compreensão sob as relações intrínsecas). Aspirando assim, suscitar possíveis contribuições.

Deste modo, para a concretização do estudo, tentou-se não restringir a pesquisa, somente as articulações dos atores que constituem um APL. Claro que, lê-se esse ser um componente bastante relevante para toda e qualquer aglomeração intitulada APL. Inclusive esta abordagem foi bem delineada durante o trabalho. Todavia, entendeu-se que outros elementos também devem ser considerados dentre esse contexto, como: as políticas públicas, a estrutura de governança, a ótica da sustentabilidade, todos colocados com o objetivo de analisar o APL como um instrumento de indução para o desenvolvimento local.

Diante disto, almejou-se contemplar a plenitude do cenário, porém dentro das possibilidades de pesquisa. Pois como bem sabemos, qualquer estudo direcionado para uma análise municipal enfrenta alguns obstáculos e dentre eles estão a moderada disponibilização dos dados. Então, a pesquisa em um dado momento, se deparou com estas dificuldades

Ademais, para a conclusão da pesquisa também foi necessário realizar um estudo de campo, e as dificuldades já enfrentadas, assomou-se nesta etapa a um fator paralelo, a pandemia do (COVID-19), que além de asseverar em vários impactos e prejuízos em seus distintos domínios. O campo da pesquisa e principalmente a empírica também foi impactada.

Mas driblando esses impasses enfrentados no âmbito da pesquisa, assimilou ser importante para o estudo, realizar uma breve análise da indústria calçadista em escala global. Para se tornar mais claro a representação e segmentação desta atividade. Deste modo, verificou-se que, na escala nacional o Nordeste e a Paraíba demonstraram nos últimos anos uma queda na produção de calçados, porém, contrariamente, a cidade de Campina Grande-PB

tem mantido o seu desempenho e atualmente o Polo Calçadista de Campina Grande-PB se destacou como o segundo maior polo produtor de calçados do Brasil.

No qual considera-se que, a estabilização da indústria calçadista no município propiciou a configuração do APL Coureiro Calçadista com o intuito de fomentar as (MPMEs) do setor. Nessa perspectiva, ao adentrar nas tessituras do APL, identificou-se a entidade e as instituições mais atuantes frente ao arranjo e estabeleceu-se as principais características das empresas que compõe o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB através da amostra determinada.

Depreendendo-se desta análise, que nos últimos anos o APL em questão, tem necessitado de uma maior participação por parte dos governos, bem como uma maior concentração de políticas públicas advindas do Estado para fomentar o desenvolvimento, não apenas do arranjo específico, mas para fortalecer a política de arranjo produtivo local como um todo no Brasil.

Mas, para que tais políticas possam ser desempenhadas, deve-se levar em consideração as particularidades e assimetrias do local, logo, esta é uma das características do desenvolvimento local. Assim os APLs em conformidade com este enfoque, a maioria emerge das vocações de um território, obtendo assim, suas próprias unicidades e singularidades. De modo que, um projeto criado na escala nacional e apenas repassado as demais escalas, não seria tão eficaz para atender as particularidades de cada região ou local.

Nesse sentido constatou-se que, presentemente, a única ação que o poder público tem desempenhado em relação a categoria de arranjo produtivo local é uma parceria com a UFPB para a construção do PLADES. Um projeto voltado para todos os APL's da Paraíba, no sentido de construção de políticas públicas e ações transversais nas diversas escalas com ações articuladas e integradas pelo Estado.

Localmente verificou-se que, os atores da esfera pública que mais tem se articulado em prol do arranjo, desde o momento da sua concepção até os dias atuais tem sido o Sebrae e o SENAI/CTCC. Principalmente o Sebrae, visto que tem demonstrado um caráter agregador de se relacionar com os diversos atores do arranjo, desde as empresas até outros atores públicos. Abrindo portas em escala nacional para novos parceiros e investidores. Portanto, o Sebrae tem sido um ator de fomento do arranjo em meio suas complexidades e através desta característica denotou-se que, o modelo de coordenação deste APL se dá por meio da governança pública.

Adicionalmente, o estudo também empenhou-se em realizar um resgate histórico sobre o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB, no qual constatou-se que, o arranjo

denominado Coureiro, pelo o modo como se desenhou no início do seu processo de produção, fincando suas bases na atividade coureira, atualmente, deixou de ser Coureiro, pois o município não abrange mais curtumes e a maior parte dos calçados produzidos são provenientes de material sintético. Logo, é mediante o estabelecimento desta outra característica, ou seja, em virtude da acentuada utilização do sintético, um material que é derivado do petróleo, que aponta-se para a necessidade dos atores integrantes deste APL, em suas distintas esferas, estarem continuamente debruçados e empenhados conforme o que preconiza os parâmetros de sustentabilidade em APL, na tentativa de se dirimir os futuros impactos ambientais que este e/ou outros componentes atrelados a produção podem causar ao ambiente quando inseridos ou depositados de maneira inadequada.

De modo geral discerne que, o APL Coureiro Calçadista tem atuado em parte, como um instrumento de indução para o desenvolvimento local, pois a configuração em APL corroborou para uma maior inserção de métodos inovativos no processo produtivo, potencializando a produção e contribuindo para aumentar a promoção de emprego e renda no município. Foi também a partir da categorização em APL, que atores como o Sebrae e o (SINDICALÇADOS/PB) passaram a ter uma maior atuação no setor. Inicialmente responsabilizavam-se por levar os empresários para participarem das feiras de calçados em todo o Brasil no intuito de atrair compradores, bem como socializar novos conhecimentos e técnicas inovativas para que estes empresários integralizassem estes métodos aos processos de produção.

Porém, no presente cenário, estes atores passaram a protagonizar a coordenação das feiras de calçados no próprio município, promovendo interações e articulações de destaque em que a feira intitulada Gira Calçados passou a ter notoriedade no cenário nacional e se tornou a maior feira de calçados do Nordeste.

Ademais, em consonância com todo o aporte teórico e metodológico explanado, constatou-se que o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB tem como dimensão territorial o estado da Paraíba, isto porque, possui atores na maior parte do estado. Contudo, a maior parte dos atores do arranjo se encontram em Campina Grande.

Por fim, verificou-se que, embora o APL tenha contribuído para a economia do município. Isso não implica em dizer que não existem gargalos e que o arranjo é perfeito. Muito pelo o contrário, é necessário avançar em vários aspectos. Nesse sentido, a pesquisa revelou algumas fragilidades encontradas no arranjo, que como consequência, impedem a sua expansão, destacando-se as quatro principais: a falta de apoio especialmente por parte do poder público, carecendo assim de maiores políticas públicas voltadas ao APL, a necessidade

de se condensar e concentrar os serviços técnicos especializados e simultaneamente promover uma melhor capacitação para a mão de obra direcionada ao setor, dificuldade na compra da principal matéria-prima utilizada no processo, que vem de outros estados e isso encarece os custos e por fim e talvez mais importante a instância de maior cooperação entre os atores do cenário. Para que assim, as barreiras existentes possam ser ultrapassadas e o caminho para evolução desse APL ser trilhado, para que futuramente obtenha um maior o grau de desempenho e possa atender aos parâmetros exigidos para enquadrar-se numa categoria mais elevada de arranjo, que é a categoria de arranjo produtivo local desenvolvido.

Embora esta pesquisa tenha sido extensa, visto que empenhou-se por analisar o cenário diante do seu caráter complexo e dinâmico, considera-se que existem diversos estudos futuros que podem ser sugeridos. Entretanto, destaca-se ser relevante para uma pesquisa futura, uma maior investigação sobre as políticas públicas de fomento ao APL estudado, como também recomenda-se um olhar para este arranjo no sentido de se analisar as implicações do mesmo a categoria ambiental, apontando perspectivas voltadas ao prisma da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABICALÇADOS. **Associação Brasileira das Indústrias de Calçados**. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/noticias_producao-de-calcados-cresceu-99-por-cento-em2010.html>. Acesso em: ago. 2019.
- ABICALÇADOS. **Associação Brasileira das Indústrias de Calçados**. Disponível em: <<http://abicalcados.com.br/relatorios/relatorio-setorial>>. Acesso em: ago. 2019.
- ABRANTES, J. S. (Des) envolvimento Local em Regiões Periféricas do Capitalismo: Limites e Perspectivas no Caso do Estado do Amapá (1966 a 2006). 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- ACHUTTI, L. E. **Fotoetnografia: um estudo sobre antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre : Tomo Editorial, Palmarinca, 1997
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (ADA). **Arranjos Produtivos Locais na Amazônia: Metodologia para identificação e Mapeamento**. Belém. 2004.
- ALBAGLI, S.; BRITO, J. Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o Sebrae. Rio de Janeiro: Redesist/UFRJ, 2002.
- ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento Local e distribuição do progresso técnico, uma resposta às exigências do ajuste estrutural**. Fortaleza: Editora do Banco do Nordeste, 1998.
- ALBUQUERQUE, M. **Trabalho monográfico sobre o setor coureiro de Campina Grande**, Monografia da UEPB. Campina Grande, 1998. Disponível em: <<http://www.terravista.pt/meco/3447>>. Acesso em: ago. 2019.
- ALMEIDA FILHO, N.; CORREIA, V. P. **A Cepal ainda é uma Escola de Pensamento?** Disponível em: <http://sep.org.br/artigo/1928_ec21cccec2d5a858927f32cda6037369.pdf>. Acesso m mai. 2019.
- AMARAL FILHO, J. do. et al. **Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: casos do Ceará**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2002, Fortaleza. Anais do ANPEC, São Paulo, 2002.
- ANDRADE, E. O. **Arranjos Produtivos Locais, Capital Social e Desenvolvimento Local: um estudo de caso no APL Coureiro-Calçadista de Campina Grande – PB**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção pela UFPB) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal Da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS (ABICALÇADOS). **Relatório setorial: Indústria de calçados 2020**. Relatório técnico, Novo Hamburgo/RS, 2020, 56 p.
- BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. **Desenvolver buscando a redução das desigualdades**. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (org.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 137-153.

BAVA, S. C. **Muitas realidades sobre inclusão social, participação cidadã e desenvolvimento local: uma discussão sobre contextos e conceitos.** In: FORO TEMÁTICO REGIONAL, 2., 2002, Lima. Governabilidad para el empoderamiento de los pobres. Washington, DC: Banco Mundial, 2002. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/foros/sdadcivil/web/contexto.htm>> . Acesso em: 2 de junho 2007.

BOISIER, S. E. **Modernidad e territorio.** Cadernos del ILPES. Santiago del Chile: Ilpes/Cepal, n. 42, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de Desenvolvimento Econômico.** Escola de Economia de São Paulo - *EESP/FGV*, 19 dez. 2006. (Texto para Discussão, n. 157). Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/10438/1973/1/TD157.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico.** Jun. 2008. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Disponível: <bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: dez. 2018.

BRITO, Lydia Maria Pinto Brito. **Desenvolvimento local – alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo?.** XXVI ENEGEP. Fortaleza. Out. 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_6797.pdf> Acesso em: ago. 2019.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Brasília: IICA, 1998.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999. M

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CALIXTO, F. H. et al. **A tecnologia do Algodão Colorido como alternativa para o desenvolvimento sustentável no setor agrícola.** In: Congresso da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI), jun. 2008, 5ª ed., Campina Grande - PB, Embrapa. Os Desníveis Regionais e a Inovação no Brasil: os desafios para as instituições de pesquisa tecnológica. Disponível em: <<http://www.cnpma.embrapa.br/boaspraticas/index.php3?id=344&it=pb&func=unid>>. Acesso em: fev. 2019.

CARDOSO, Univaldo Coelho. **APL: arranjo produtivo local.** / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : Sebrae, 2014.

CARVALHO, W. R. **As possibilidades do desenvolvimento econômico num País de capitalismo dependente**: O caso do Brasil. Textos de Economia, Florianópolis, v.14, n.2, p.112-129, jul/dez.2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2011v14n2p112>. Acesso em: Fev.2017.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, M. H.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org). **Pesquenas empresas**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 21-34.

CASTRO, L. H. de. **Arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2009.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Arranjos Produtivos Locais da Paraíba**. – Brasília: CGEE, 2004.

COELI, Ligia. **Polo Calçadista em expansão**. CORREIO DA PARAÍBA, Paraíba, 20 mai. 2011. Economia, 01-02

COSTA, E. J. M. da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Downloads/Livro_APL.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

DESROCHERS, P. **A geographical perspective on austrian economics**. *The quarterly Journal of Austrian Economics*, v.1, n.2, p.63-83, Summer, 1998.

FARIA, A. C.; CUNHA, I.; FELIPE, Y. X. **Manual Prático para Elaboração de Monografias**. Rio de Janeiro; São Paulo: Vozes, Universidade São Judas Tadeu, 2007.

FRANÇA, C. L.; CALDAS, E.de L.; VAZ, J. C. **Aspectos econômicos de experiência em desenvolvimento local: um olhar sobre a articulação de atores**. São Paulo: Intituto Pólis, 2004. (Publicação Pólis, 46)

FRANCO, A. de. **Por que precisamos de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável?** Brasília, DF: Instituto de Política; Millennium, 2000.

FREITAS, T. D. **Arranjo Produtivo Local: um instrumento de desenvolvimento humano e melhoria de qualidade de vida? O caso da Piscicultura em Restinga Sêca/RS**. Santa Maria, RS. IPEA. 2011.

FUINI, L. L. **Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema**. Geo Textos, v. 9, n. 2, dez. 2013. P. 57-83.

FURTADO, Celso (1967). **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

FURTADO, J. et. al. **Clusters ou Sistemas Locais de Produção**: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. Revista de Economia Política, Rio de Janeiro, v. 24, n.4, p.543-562, out./dez, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODIM, S. M. G.; FISCHER, T. **O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural**. Cadernos Gestão Social, Salvador, v.2, n.1, p.09-26, set.-dez. 2009. Disponível em: <vwww.cgs.ufba.br>. Acesso em: ago. 2015.

GILLY, J.-P.; PECQUER, B. **La dimension locale de la régulation**. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. *Théorie de la regulation et État des savoir*. Paris: La Découverte, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do estado da Paraíba 2017**. Relatório técnico, João Pessoa/PB, 37 p.

HOWELL, J. **Knowledge, innovation and location**. In: BRYSON, J.R.; DAMELS, P.W.; HENRY, N.; POLLARD (eds.) *Knowledge, space, economy*. London: Routledge, 2000. p.50-62.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresa, 2009**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=987&z=p&o=1&i=P>>. Acesso em: Ago. 2019

ISBASOIU, G. M. Industrial clusters and regional development. The case of Timesoara and Montebelluna. **Munich Personal Research Archive**, Munich, n. 5037, nov. 2007.

JORNAL DA PARAÍBA. **São João deve movimentar mais de R\$ 250 milhões na economia de Campina Grande**. Campina Grande. 25 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/sao-joao-deve-movimentar-mais-de-r-250-milhoes-na-economia-de-cg.html>.

JOYAL, A. **Community Economic Development: the Montreal examples dans community economic development in Canada**. Montréal :Les Éditions Transcontinentales, 1994.

LASTRES, Helena Mª Martins – Avaliação das Políticas de Promoção de Arranjos Produtivos Locais no Brasil e Proposição de Ações. Redesist, março de 2007.

LACAY, M. C., et al. **Cadeia Produtiva do Turismo**: Resumo dos Resultados do Estudo da Região Turística do Litoral do Paraná – Brasil. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul, 2010. ISSN 1806-0447.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. **Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica**: O caso do Brasil. Revista de desenvolvimento econômico, Salvador, BA, ano XII, n. 21, Julho de 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878/940>>. Acesso em: abr. 2018.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 3ª ed, 1991.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LIMA, B.; SILVA, M. T. **A importância da inovação como instrumento para o desenvolvimento local: uma análise do pólo tecnológico de Campina Grande – PB.** VIII Sober Nordeste. Parnaíba-PI, 2013. Disponível em: <<http://www.viiiisoberne.com.br/anais/ARQUIVOS/GT6-289-1420131006142721.pdf>> Acesso em: jun 2018.

LLORENS, F.A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política.** Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MAYER, B. **The dynamics of conflict resolution: a practitioner's guide.** San Francisco: John Wiley & Sons, 2000.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions.** Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.

NETO, G. B. **Modelos de Crescimento Endógeno.** 2009. Disponível em: <www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/eco02237/modelo-cresc-endogeno-romer.pdf>. Acesso em: abr 2019.

NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: Schwartzman, J. **Economia regional: textos escolhidos.** Cedeplar, Belo Horizonte, 1977.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa.** Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, P. H. D. R. **Heterodoxia, Ortodoxia, Mainstream e Pluralismo: Perspectiva para a Ciência Econômica.** Monografia (Bacharelado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 22. 2017.

FREIRE, Osvaldo de Souza. **Os Arranjos Produtivos Locais não podem ser uma Babel.** IN:http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/arranjos_produtivos_locais_ao_podem_ser_uma_babel.pdf

PEREIRA, S. de M. Economia Regional: considerações sobre alguns marcos teóricos. In: SILVA, Carlos Alberto; CANDIDO, José Lourenço; FILHO, Ricardo Schmidt (Orgs.). **As múltiplas faces do desenvolvimento econômico.** Campina Grande: EDUFCG, 2014, p.73-96.

PIETROBELLI, C. A evolução de regimes tecnológicos dos distritos industriais: Itália e Taiwan. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PIGNATELLI, M. **Os conflitos étnicos e interculturais.** Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas- Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

POTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

POSSAS, Mario Possas. **A Cheia do “Mainstream” Comentário sobre os Rumos da Ciência Econômica**. 1997. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_01_A_cheia_do_mainstream.pdf>. Acesso em: out 2018.

PRADO, E. F. S. P. **A ortodoxia neoclássica**. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a03.pdf>>. Acesso em: abr 2018.

Prefeitura Municipal de Campina Grande. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Indicadores socioeconômicos de Campina Grande – PB**. Relatório técnico. Grupo Sigma, 2018, 17 p.

QUEIROZ, M. V. D. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e urbanismo) Universidade de São Carlos –SP, 2008.

QUEIROZ, C; SOUZA. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

REDESIST – REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS RedeSist. 2001. Disponível em: <<https://http://www.redesist.ie.ufrj.br/atividades/mapa-de-apls/>>. Acesso em fevereiro de 2019.

REDESIST– REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS. **Políticas para a promoção de arranjos produtivos e inovativos de micro e pequenas: vantagens e restrições do conceito e equívocos usuais**. Rio de Janeiro: Redesist/ufrj, 2004. Disponível em: <www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em jul. 2019.

RODRÍGUEZ, O. R. **O estruturalismo latino-americano. 2009. Disponível em:** <www.repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28400/S3389R696EL2009_pt.pdf?sequence=1>. Acesso em Mai. 2019.

RODRIGUES, Pollyanna; TORRES, Pablo M. A. **Gestão de Design: diagnóstico sobre o desenvolvimento de produtos no polo calçadista de Campina Grande (PB)**. 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 2010. Disponível em:<<http://blogs.anhemi.br/congressodesign/anais/artigos/69665.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1995.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro Garamond, 2003.

SAVELLI, A.; MANELLA, G. Turismo, cultura e desarrollo: nuevos desafíos de la era global. In: BRASILIERO, M.D. e MEDINA, J.C.; **Desenvolvimento Territorial, Cultural e Turismo**. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 111-130.

SCHMITZ, H. **Global competition and local cooperation: success and failure in the sinos valley**, Brazil. *World Development*, v.27, n.9, p.1627-1650, 1999.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. **Clustering and industrialization: introduction**. *World Development*, v.27, n.9, Sep. 1999.

SUZIGAN, W. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Termo de referência para a atuação do sistema SEBRAE em arranjos produtivos locais**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.df.sebrae.com.br/downloads/pdf/apls/Atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20sistema%SEBRAE%20EM%20%APL's%20-%20Principal.pdf>>. Acesso em: jul 2019.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **APL Arranjo produtivo local (Série Empreendimentos Coletivos)**. – Brasília : Sebrae, 2014.

SICTCT/Governo do Estado da Paraíba. **Análise descritiva do Setor Coureiro Calçadista Formal e Informal no Estado da Paraíba** (1994).

SOLOW, Robert M. **A contribution to the theory of economic growth**. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, fev. 1956.

SOUZA, Nali de Jesus Souza. **Modelos Neoclássicos de Crescimento Econômico¹. 2005. Disponível em:** <ufr.br/economia/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=128:16&id=17:textos-macro&Itemid=234>. Acesso em: set 2018.

TEISSERENC, P. **As políticas de desenvolvimento Local, abordagem sociológica** Paris: Editora Econômica, Coleção Coletividades Territoriais. 1994.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Unijuí, 2007.

ULTRAMARI, C; DUARTE. **Desenvolvimento local e regional**. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/UFRGS, 2002.
VEIGA, J. E. **Do global ao local**. Campinas: Autores Associados, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A ENTREVISTA DIRECIONADA AOS ATORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

1º Instituição

1) Qual o nome da Instituição?
<i>Centro de Formação Profissional do Couro e do Calçado Albano Franco (IST-CTCC).</i>
2) Qual o seu nome? (Opcional)
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será representado como ATOR 01.</i>
3) Qual a função exerce na referida Instituição?
<i>Coordenador de Mercado.</i>
4) A instituição interage em média com quantas empresas que integram o APL Coureiro Calçadista no município de Campina Grande-PB?
<i>Em média 30 empresas.</i>
5) De modo geral no APL Coureiro Calçadista, como as empresas estão segmentadas quanto ao seu porte?
<input checked="" type="checkbox"/> Microempresa <input checked="" type="checkbox"/> Pequena Empresa <input type="checkbox"/> Média Empresa <input type="checkbox"/> Distribuição equilibrada entre as empresas.
6) Em relação ao APL como é enxergado a situação dos trabalhadores autônomos e/ou informais nesse segmento?
<i>O CTCC presta capacitação profissional disponibiliza maquinário e consultorias para eles, disponibiliza também profissionais. O maquinário é para fazerem a terceirização.</i>
7) Como a instituição atua no tocante ao APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?
<ul style="list-style-type: none"> - Presta consultoria; - Introduz tecnologia; - Capacita profissionais.

<p>8) A instituição oferece algum suporte financeiro para as empresas? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>a) Se a resposta for afirmativa, como ocorre?</p>
<p><i>Complemento da resposta: Só o Sebrae e Bancos que dão esse tipo de suporte.</i></p>
<p>9) A literatura de arranjo produtivo local preconiza as características básicas existentes para esse tipo de aglomeração. Sob a ótica da instituição, como pode ser visto cada característica no APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?</p> <p>a) Diversidade de atividades e atores econômicos políticos e sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quem são os atores econômicos de maior representatividade no APL? - Quem são os atores sociais de maior representatividade no APL? - Quem são os atores políticos de maior representatividade no APL?
<p><i>- Empresas, Sebrae e bancos.</i></p> <p><i>- Universidade (UFCG), Parque Tecnológico que introduz inovação e funciona como incubadora de pequenas empresas. A atuação do (Parq. Tec.) parece com o Senai (capacitação técnica) e Sesi voltado para a qualidade de vida do trabalhador.</i></p> <p><i>- Prefeitura, Governo do Estado e Sindicalçados/PB. O Sindicalçados/PB também pode entrar como social.</i></p>
<p>b) Conhecimento Tácito?</p>
<p><i>Existe a tradição familiar que muitas vezes é um impasse, porque por conta da tradição que perpassou entre família, muito não estão abertos para novos conhecimentos.</i></p>
<p>c) Inovação e Aprendizado Interativos?</p>
<p><i>Parque Tecnológico, Senai e UFCG.</i></p>
<p>d) Estrutura de governança?</p>
<p><i>Prefeitura através da Secretária de Desenvolvimento. O Estado não atua muito e sua coordenação se dá pela Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), Federação das Indústrias (FIEP), Senai, Sesi, Sindicalçados/PB, Sebrae e Bancos.</i></p>
<p>e) Grau de enraizamento?</p>
<p><i>Há 10 anos atrás estava forte, mas de 10 anos pra cá enfraqueceu muito. Os atores públicos mais articulados hoje são Senai, Sindicalçados/PB e Sebrae,</i></p>
<p>10) Ainda conforme a literatura de APL, observa-se que cada arranjo tem suas</p>

características específicas, mediante sua história, seu ambiente socioeconômico e sua complexidade, podendo se diferenciar quanto ao seu nível de desenvolvimento. com base nisto, Castro (2009, p. 25) os distribuem em arranjos incipientes, arranjos em desenvolvimento e arranjos desenvolvidos. Portanto, qual o nível de desenvolvimento do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB?

() **ARRANJOS INCIPIENTES:** Quando não há um interesse por parte da iniciativa privada nem do setor público, corroborando em uma integração de interesses e a base produtiva é bem rudimentar, existindo uma carência no fator financeiro.

(X) **ARRANJOS EM DESENVOLVIMENTO:** A sua atuação promove uma força de atração de novos empreendimentos, motiva os empresários a realizarem investimentos, tornando-os competitivos. são organizados em classes, com foco sempre no regional e não no individual. seu processo de desenvolvimento é reconhecido, possibilitando a atração de novas empresas e incentivando os empreendedores locais a também participarem da geração de renda do novo movimento empresarial.

() **ARRANJOS DESENVOLVIDOS:** Há uma estrutura ampla e complexa, uma interação que promove cooperação e aprendizagem, gerando inovação e competitividade. os arranjos que se enquadram no terceiro nível são os mais articulados, de maior importância para o desenvolvimento local, pela capacidade de atrair novas empresas, suas lideranças atuam principalmente em entidades de classes, com relacionamentos formais.

11) No âmbito das políticas públicas direcionadas a APL, qual ou quais políticas tem sido de maior relevância para fomentar o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?

- *Senai: através da aprendizagem industrial para menores aprendizagens gratuitamente para as empresas. O Senai recebe do governo um recurso chamado de compulsório para qualificar os jovens e ficar capacitando. Os jovens passam metade do tempo nas empresas que pagam suas bolsas e também passam tempo no Senai.*
- *Sesi: promove o programa legal.*
- *Sebrae: através do Sebraetec/consultorias.*

12) Existe um padrão de sustentabilidade para o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?

- () SIM
(X) NÃO

a) Se a resposta for afirmativa, qual?

<p>13) As empresas fabricam algum tipo de produto que seja sustentável?</p> <p>() SIM (X) NÃO</p>
<p><i>Complemento da resposta: A Eva Calçados utiliza fibra natural e algodão colorido nas bolsas. Algumas empresas trabalham com reciclados (produto reciclável), mas são poucas que fazem isso.</i></p>
<p>14) Fazem uso de algum tipo de selo de sustentabilidade?</p> <p>() Sim (X) Não</p> <p>a) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?</p>
<p>15) Como é realizado o descarte de resíduo da produção pela maioria das empresas que integram o APL? existe alguma norma para isto ser feito?</p> <p><i>Existe. As empresas tem que ter o Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), toda empresa tem que ter. Não tem um plano atualizado o órgão que regulariza é a SUDEMA. A Lei 12.305/2010 determina a Políticas Nacional de Resíduo Sólido e quem são responsáveis por implementar são os gestores das empresas.</i></p>
<p>16) Conforme a ótica da instituição, o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB tem se mostrado como uma estratégia de indução para o desenvolvimento local do município?</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>a) Se a resposta for afirmativa, como?</p>
<p><i>Complemento da resposta: Se o ator principal fosse mais atuante que é o Governo do Estado, seria mais forte.</i></p>
<p>17) De acordo com a percepção da instituição, quais as principais fragilidades que o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB tem apresentado?</p> <p>- Falta de articulação dos atores; - Desmotivação dos empresários; - Falta de atuação dos governos tanto municipal como estadual; - Falta de dados sobre o APL, dados estatísticos, o CTCC utiliza dados da Abicalçados que é uma associação do Rio Grande do Sul.</p>
<p>18) Em virtude da crise causada pela pandemia do (COVID-19/2020) quais os impactos que as empresas sofreram e vêm sofrendo, há como mensurar? Se a</p>

resposta for afirmativa, a instituição tem pensado e/ou elaborado alguma estratégia para minimizar os impactos?
<p><i>Sim.</i></p> <p>- <i>Sebrae: participou de feiras de acordo com as normas de proteção.</i></p> <p>- <i>Senai: prestou consultoria gratuita sobre boas práticas de controle e combate ao (COVID-19), distribuiu álcool gel e em líquido gratuitamente, promoveu capacitações gratuitas.</i></p> <p>- <i>Sesi: fez a mesma coisa que o Senai.</i></p> <p>- <i>Bancos: empréstimos com juros menores.</i></p> <p>- <i>Prefeitura e Estado: aumentaram o período de renovação das certidões para as empresas.</i></p>

2º Entidade de Classe

1) Qual o nome da Entidade de Classe?
<i>Sindicato das Indústrias de Calçados do Estado da Paraíba (SINDICALÇADOS/PB).</i>
2) Qual o seu nome? (Opcional)
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será representado como ATOR 02.</i>
3) Qual a função exerce na referida Instituição/Entidade?
<i>Secretário Executivo.</i>
4) A Instituição/Entidade interage em média com quantas empresas que integram o APL Coureiro Calçadista no município de Campina Grande-PB?
<i>23 empresas.</i>
5) De modo geral no APL Coureiro Calçadista, como as empresas estão segmentadas quanto ao seu porte?
<input type="checkbox"/> Microempresa <input checked="" type="checkbox"/> Pequena Empresa <input checked="" type="checkbox"/> Média Empresa <input type="checkbox"/> Distribuição equilibrada entre as empresas.
6) Em relação ao APL como é enxergado a situação dos trabalhadores autônomos e/ou informais nesse segmento? A exemplo do Fabricão no bairro de José Pinheiro?

Há um impasse. Como o APL olha para as empresas registradas e a maioria dos autônomos de fato do Fabricão são informais é difícil a gente ter um olhar para eles, porque eles são autônomos. Eles não procuram, a gente tenta, já tentamos colocar eles em feiras, mas teve um certo problema, um mal estar entre eles e as empresas privadas que recebem apoio do APL e que recebem apoio do Sebrae, que é o nosso maior parceiro. Então fica bem difícil dizer que a gente tem uma parceria com eles e que tem um olhar para eles. Porque eles não procuram a gente e também eles não trabalham de forma correta perante a lei, que eu digo é, de forma formal.

7) Como a Instituição/Entidade atua no tocante ao APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?

Dar apoio a todas as indústrias sejam as que ficam no Polo Calçadista ou em Zé Pinheiro. A gente tem uma atenção maior para elas, porque são nossas associadas, participam de feiras, então elas são bem assistidas perante o Senai, perante o Sebrae e a própria Federação em si.

8) A Instituição/Entidade oferece algum suporte financeiro para as empresas?
 Sim
 Não

a) Se a resposta for afirmativa, como ocorre?

Complemento da resposta: O que a gente oferece, não de forma financeira, mas assim... o Sebrae ele trabalha com um aporte de questão de porcentagem. Vamos dizer, vai ter uma feira que é feita pelo o nosso parceiro do Rio Grande do Sul e aí o que o Sebrae faz? Eles entram com um aporte de 50% no valor do estande se formos nós que estamos fazendo a feira (o Sindicato e o Sebrae fazendo a feira). A gente não pode dar aporte nenhum, porque a gente já faz o aluguel de estrutura, de todo pessoal que vai trabalhar, todo o suporte a gente vai dar, mas financeiro, financeiro mesmo, de valores, a gente não pode chegar até porque o Sindicato é uma entidade o sem fins lucrativos.

9) A literatura de arranjo produtivo local preconiza as características básicas existentes para esse tipo de aglomeração. sob a ótica da Instituição/Entidade, como pode ser visto cada característica no APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?

a) Diversidade de atividades e atores econômicos políticos e sociais:

- Quem são os atores econômicos de maior representatividade no APL?
- Quem são os atores sociais de maior representatividade no APL?
- Quem são os atores políticos de maior representatividade no APL?

- *As próprias empresas.*

- *Próprio Sindicato, a própria Federação, as empresas parceiras. É difícil de dizer governo e prefeitura, porque é muito difícil ter um apoio deles.*

- *É muito difícil ter esse apoio, a gente tem, mas é uma briga grande pra poder conseguir algo, mas tem, nem que seja institucional, mas tem... Por incrível que pareça há maior participação do estado.*

b) Conhecimento Tácito?

Aqui em Campina Grande se você olhar em Bodocongó praticamente todas as empresas lá são feitas por famílias (pela mesma família), são praticamente todos familiares ali, é primo, é tio...

c) Inovação e Aprendizado Interativos?

O próprio CTCC, o próprio Senai, o Parque Tecnológico.

d) Estrutura de governança?

O próprio Sebrae.

e) Grau de enraizamento?

Acho que não, acho que tem umas indiferençazinhas entre eles. Precisa evoluir, é aquilo que eu te disse, já tá tão enraizado entre eles, que a própria cultura deles não deixam eles abrir a mente para se capacitarem pra deixarem que seus próprios funcionários se capacitem.

10) Ainda conforme a literatura de APL, observa-se que cada arranjo tem suas características específicas, mediante sua história, seu ambiente socioeconômico e sua complexidade, podendo se diferenciar quanto ao seu nível de desenvolvimento. com base nisto, Castro (2009, p. 25) os distribuem em arranjos incipientes, arranjos em desenvolvimento e arranjos desenvolvidos. Portanto, qual o nível de desenvolvimento do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB?

() **ARRANJOS INCIPIENTES:** Quando não há um interesse por parte da iniciativa privada nem do setor público, corroborando em uma integração de interesses e a base produtiva é bem rudimentar, existindo uma carência no fator financeiro.

(X) **ARRANJOS EM DESENVOLVIMENTO:** A sua atuação promove uma força de atração de novos empreendimentos, motiva os empresários a realizarem investimentos, tornando-os competitivos. são organizados em classes, com foco sempre no regional e não no individual. seu processo de desenvolvimento é reconhecido, possibilitando a atração de novas empresas e incentivando os empreendedores locais a também participarem da geração de renda do novo movimento empresarial.

() **ARRANJOS DESENVOLVIDOS:** Há uma estrutura ampla e complexa, uma

<p>interação que promove cooperação e aprendizagem, gerando inovação e competitividade. os arranjos que se enquadram no terceiro nível são os mais articulados, de maior importância para o desenvolvimento local, pela capacidade de atrair novas empresas, suas lideranças atuam principalmente em entidades de classes, com relacionamentos formais.</p>
<p>11) No âmbito das políticas públicas direcionadas a APL, qual ou quais políticas tem sido de maior relevância para fomentar o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?</p>
<p><i>Nesses anos da própria política que tá na situação, acho que a gente não teve nenhuma, mas a gente espera ter um apoio, algum apoio da política pública.</i></p>
<p>12) Existe um padrão de sustentabilidade para o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?</p> <p>() SIM () NÃO</p> <p>a) Se a resposta for afirmativa, qual?</p>
<p><i>Observação: Não sabe dizer, indica o pessoal do Sebrae para me responder melhor.</i></p>
<p>13) As empresas fabricam algum tipo de produto que seja sustentável?</p> <p>() SIM (X) NÃO</p>
<p>14) Fazem uso de algum tipo de selo de sustentabilidade?</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>a) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?</p>
<p><i>Complemento da resposta: Acredito que tenha alguma empresa que tenha já esse selo, mas não sei dizer qual, mas com certeza deve ter, a própria Alpargata deve ter algum selo de sustentabilidade. As maiores empresas.</i></p>
<p>15) Como é realizado o descarte de resíduo da produção pela maioria das empresas que integram o APL? existe alguma norma para isto ser feito?</p>
<p><i>Por incrível que pareça a maioria das empresas. Eu não vou dizer que nada se perde, porque sempre tem aquele resíduozinho, mas a maioria recicla dentre elas mesmas, alguns resíduos que ficam elas colocam para moer novamente, e já torna outro produto. Então elas reutilizam os próprios resíduos, mas não todos, mas a maioria.</i></p>
<p>16) Conforme a ótica da Instituição/Entidade, o APL Coureiro Calçadista de</p>

<p>Campina Grande-PB tem se mostrado como uma estratégia de indução para o desenvolvimento local do município?</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>a) Se a resposta for afirmativa, como?</p>
<p><i>Sim. Através da própria captação de feiras, através das consultorias que o Sebrae em parceria com o Senai disponibilizam. A própria captação de curtume de couro aqui em Cabaceiras, que tem o curtume caprino e bovino.</i></p>
<p>17) De acordo com a percepção da Instituição/Entidade, quais as principais fragilidades que o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB tem apresentado?</p>
<p><i>Falta de apoio de políticas públicas e também da instituição privada, os próprios industriais abrirem mão da cultura que tem enraizado para poderem adquirir novos conhecimentos.</i></p>
<p>18) Em virtude da crise causada pela pandemia do (COVID-19/2020) quais os impactos que as empresas sofreram e vêm sofrendo, há como mensurar? Se a resposta for afirmativa, a Instituição/Entidade tem pensado e/ou elaborado alguma estratégia para minimizar os impactos?</p>
<p><i>Todas as empresas sentiram impactos principalmente no aumento do preço da matéria-prima. O preço da matéria-prima subiu exorbitantemente que acabaram diminuindo a produção e seu leque de produtos também.</i></p> <p><i>E o que a gente tá tentando na verdade é um projeto que o Sindicato tem junto com o Senai, que é levar os produtos das empresas para o próprio CTCC para que os alunos de forma de aprendizagem, façam produtos dentro do Senai e assim que terminado esses produtos, eles enviem para as empresas e as empresas ficam não de forma obrigatória, mas de forma que os alunos que se destacam eles possam ingressar dentro das indústrias ou de forma como funcionário ou de forma parceira. Aí vai gerar uma possível futura empresa para aquele aluno ou então um funcionário capacitado, que vai diminuir seus custos de produção e tudo mais.</i></p>

3º Instituição

<p>1) Qual o nome da Instituição?</p> <p><i>Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).</i></p>
<p>2) Qual o seu nome? (Opcional)</p> <p><i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será representado como ATOR 03.</i></p>
<p>3) Qual a função exerce na referida Instituição?</p> <p><i>Analista Técnico.</i></p>

4) A instituição interage em média com quantas empresas que integram o APL Coureiro Calçadista no município de Campina Grande-PB?
<i>Não soube informar.</i>
5) De modo geral no APL Coureiro Calçadista, como as empresas estão segmentadas quanto ao seu porte?
<input checked="" type="checkbox"/> Microempresa <input checked="" type="checkbox"/> Pequena Empresa <input type="checkbox"/> Média Empresa <input type="checkbox"/> Distribuição equilibrada entre as empresas.
6) Em relação ao APL como é enxergado a situação dos trabalhadores autônomos e/ou informais nesse segmento? A exemplo do Fabricão no bairro de José Pinheiro?
<p><i>Bom, o que era trabalhador autônomo, hoje é MEI - micro empreendedor individual, deve existir aí meia dúzia que faça um trabalho autônomo, porque o processo industrial tratou de colocar fora. O Fabricão é interessante, porque o Fabricão são duas coisas:</i></p> <p><i>Primeiro, como é que ele surge? Ele vai surgir em Campina Grande há 40 anos atrás no contexto do projeto “Cidade de Porte Médio” foi um grande projeto com o Banco Mundial conduzido no Brasil inteiro e um dos componentes na Paraíba, era João Pessoa e Campina Grande, era os sub projetos de geração de emprego e renda, então você vai ter um Fabricão de calçados de José Pinheiro e um de unidade de madeira e móveis do Cruzeiro. Então o governo brasileiro, isso no período da ditadura, pensou como alavancar isso dentro das cidades, por exemplo, em Campina Grande isso é muito interessante, porque você vai ter um shopping construído que é aquele da prefeitura em frente a câmara dos vereadores, dois cinemas. O cinema 1 tava olhando para o Parque do Povo, que funcionou durante muito tempo, o cinema de arte, e o cinema 2 é onde é a câmara dos vereadores. Então como cidade de porte médio, Campina Grande foi capaz de financiar esse conjunto de obras.</i></p> <p><i>Lá (no Fabricão) a ideia era que fossem feitas pequenas fábricas, por justamente trabalhadores que tinham habilidade e que já estavam ali, mas nunca funcionou muito bem assim... Primeiro, porque a descontinuidade nas administrações municipais nunca levou e as prefeituras nunca entraram como uma organização que olhasse melhor os sistemas empresariais de microdados que fossem capaz de fazer isso e que estabelecesse uma relação de comando, então ficou muito mais uma coisa quase que autônoma, com as pessoas que estão ali mesmo e tomam conta daquilo e tudo... e já foi gente lá, já funcionou coisa lá dentro de injetora...enfim...faz anos que não vou lá no Fabricão.</i></p> <p><i>Então o Fabricão é quase que um processo a parte, no processo da indústria de calçados. Algumas coisas anos atrás funcionavam, porque algumas das pequenas fábricas eram lá. Então é um pouco nessa direção. Assim pequenas oficinas e tudo...</i></p>

Hoje essas pessoas não estão lá como trabalhadores autônomos, estão como MEI – Microempreendedor Individual.

- Perguntei: Então a relação deles com o Sebrae é pouca?

- Respondeu: Não. A gente atua com eles, agora quando você trabalha em um contexto de um projeto de Arranjo Produtivo Local, em qualquer projeto você tem que mais ou menos colocar os que são pares, porque se não as expectativas são diferentes. Então um aqui é um microempresário que produz 200/300 pares por dia e o outro cara aqui produz 3/4 pares. Esse quer ir para feira e esse outro não pode ir para feira, porque não tem dinheiro, então é tudo complicado. Então dentro de um projeto você tem que mais ou menos tentar estabelecer as homogeneidades pra você tocar, porque se não...

7) Como a instituição atua no tocante ao APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?

Primeiramente, o APL não é mais Coureiro, predominantemente se produz calçados com material sintético. Agora tem uma razão de ser coureiro calçadista, atrás! Campina era a cidade de curtumes, onde é o Parque da Criança, era um curtume, onde estão as fábricas em Bodocongó era um curtume e ainda em Bodocongó um pouco mais a frente, tinha um principal curtume que era dos Pimentel. Então na base Campina Grande tinha de fato algumas unidades coureira, o melhor momento foi nos anos 80 quando o curtume de Pimentel montou a Parque Calçados ao lado da UFPB, onde é uma fábrica de papel higiênico, ali era a Parque Calçados, eles tinham aqui a loja masculina linda toda em couro, tinha loja em São Paulo e tinha loja em Nova York, então era O Projeto, só que apareceram problemas e acabou entrando em falência, desapareceu tanto o curtume como a fábrica. Então o Polo Coureiro a rigor é uma tradição, que vem na linguagem nossa aqui de técnico. A rigor você vai ter aqui 90 e lá vai por cento da produção de calçado é feito em sintético, isso não quer dizer nem que é bom nem que é ruim, é assim!

- Perguntei: Em termos culturais é ruim?

- Respondeu: A questão é a seguinte: trabalhar com o couro é muito difícil, a minha pele não é igual a sua e a do boi também não, o boi é criado no pasto tem arame farpado, risca a pele e depois de você fazer o tratamento a pele não é devidamente uniforme pra você colocar numa sequencial industrial, como você pega o sintético e corta a laser por exemplo. Claro que nenhuma fábrica tem corte a laser, quem tem corte a laser é o Senai. Então do ponto de vista de produtividade industrial e trabalhabilidade com os materiais e etc. e etc. o sintético é muito mais industrial, muito mais vantajoso e muito mais rápido e qual é o problema? O problema é que ele é derivado do petróleo, então vão surgir lá na frente problemas ambientais, mas o fato concreto é esse.

- Perguntei: Então de forma mais objetiva o Sebrae atua como no tocante ao APL?

- Respondeu: Essa história de APL fomos nós que organizamos, essa questão de APL na Paraíba é o seguinte: até os anos 90 o conceito mais utilizado era cluster, de

Potter, após isso o pessoal de Economia da Praia Vermelha da UFRJ acabou trabalhando o conceito de APL, Helena Lastres, Eduardo Cassiolato e Cristina Lemos, e Cristina Lemos que já trabalhou com a gente, veio aqui para Campina isso no final dos anos 90, quando tavam trabalhando esse conceito. Que é um conceito que veio lá da estatística da matemática mesmo de arranjo. Então a gente trabalhou no final dos anos 90 e início dos anos 2000 e desenvolveu um projeto com a GTZ da Alemanha, foi o primeiro projeto mais consistente que a gente vai ter, porque aí você tinha em formação todo esse processo que ligava a área de couro, porque na UFPB tinha o curso de Couro Entanados e o Senai criou o Centro Albano Franco e o curso foi lá pra dentro. E por esse projeto se trouxe consultores alemães que morou aqui em Campina Grande, o professor Randes, foi o ponta pé inicial pra gente começar a mudar os processos produtivos das fábricas. Até então não havia nenhuma fábrica no Polo Calçadista em Bodocongó, as fábricas eram todas na Zona Leste do município. Processo esse que se concretizou em meados de 2004/2005. Na sequência veio um projeto em parceria com a Itália.

- Perguntei: Então o Polo Calçadista é um projeto do Sebrae?

- Respondeu: Não é um projeto do Sebrae, mas faz parte do processo de atuação do próprio arranjo produtivo local. Isso é, quando as forças locais se unem e alguns outros fatores se somam, a exemplo, de um outro fator: Cássio veio a ser o Governador, ele então, conhecia e sabia o que era o modelo, se apresentou a proposta e ele negociou aquele terreno todinho (Polo Calçadista). Então o CINEP entrou em cena que tem uma política específica sobre isso há mais de 30 anos. Então os lotes foram vendidos a iniciativa privada por um preço bem abaixo do de mercado e aí foi financiado o processo de construção. Então o Polo surge em meio a esse contexto, em que a maioria das fábricas estavam centralizadas em Zé Pinheiro e os distritos industriais sem espaço para receber novas fábricas, assim a CINEP foi e interveio e montou um processo que tá lá até hoje. Então esse processo passou por nós, participar dessas discussões, apontar esses caminhos e tudo... foi ótimo!

Assim, não se faz um APL, porque se fosse assim, vamos fazer um cluster? (risos). Você tem um processo em Campina Grande que podemos chamar de vocacional. É claro que essa vocacionalidade tem uma raiz histórica e por incrível que pareça é o algodão, não é outra coisa, ninguém se juntou para fazer uma indústria coureira calçadista, mas a medida que o algodão do sertão vinha todo para cá as filas eram enormes e as pilhas de algodão iam se amontoando ali na estação, então era muita gente vindo para cá e era muita gente para se alimentar, com isso teve que matar o gado e aí tinha a pele, então a medida que se aumentou a demanda por carne, se derivou novos negócios em torne desse aqui, até alguém falar vamos botar um curtumezinho aqui e aí as famílias se organizaram, os Pimentel, os Serranos, então duas ou três famílias botaram o curtume em Bodocongó, porque tinha o açude, porque um curtume demanda muita água, água em quantidade, uma pele de boi leva mais de mil litros, com isso se estabeleceu uma produção de couro e é claro que o traslado das pessoas que vinham de burro, os tropeiros, os motoristas de caminhões, demandavam equipamentos em couro como cela, caçua e etc. Então opa! Uma coisa vai juntando com a outra e toda lógica coureira passou por esse processo, daí para alguém produzir sapato é só chegar e ter um pouco mais de habilidade e desenvolver a máquina para curtume e aqui o que o ocorreu foi basicamente assim, eles compravam a máquina de fora, desmontavam e faziam outras iguais.

A posteriori a gente tinha basicamente um modelo de calçado predominantemente feminino e apoiado em modinha, ou seja, modelo de fácil fabricação, a base de sintético não muito bem elaborado e de baixo valor agregado, nesses 15/16 anos o que mudou? Houve uma diversificação nos tipos de calçados. E a concentração de fábricas que se dava de forma difusa em José Pinheiro, passaram a ter mais visibilidade quando mudaram para Bodocongó, isso nos anos 2000.

Então por onde é que passamos? Como é esse processo de construção? Ele foi planejado! Nós trabalhamos aqui, não era esse prédio, derrubamos e fizemos outro. A gente trabalhou aqui até dia de sábado todo mundo, nos sentamos, fizemos planejamento estratégico, estabelecemos visões, o que a gente queria ser até 2010, onde é que essas fábricas queriam chegar e eu diria que a gente foi muito bem sucedido de até 60/70% daquilo que a gente enxergou em 2001/2002 para se chegar em 2010 e depois os saltos disso nesses últimos 6/7 anos que são as grandes feiras. Porque não havia nada de feira em Campina Grande, a gente participava de duas grandes feiras no Brasil que era a Couromoda e a Franca, uma em janeiro e a outra em julho. Hoje nós somos produtores das feiras e aí só Campina Grande se tornou insuficiente não segura uma feira dessa e aí a gente foi trabalhando e redesenhando o modelo, em que cabe um conjunto de outras empresas inclusive de outros estados. Nesse sentido se deu saltos muito importantes. A Gira Calçados nasceu aqui.

8) A instituição oferece algum suporte financeiro para as empresas?

Sim

Não

b) Se a resposta for afirmativa, como ocorre?

O que a gente faz é financiar parte dessas ações, uma feira dessa tem recurso nosso lá. Em geral a gente faz 50/50.

9) A literatura de arranjo produtivo local preconiza as características básicas existentes para esse tipo de aglomeração. Sob a ótica da instituição, como pode ser visto cada característica no APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?

a) Diversidade de atividades e atores econômicos políticos e sociais:

- Quem são os atores econômicos, sociais e os políticos de maior representatividade neste APL?

Os econômicos são as próprias empresas, que é a razão de ser de todo o projeto o resto é acessório.

Os sociais são o Sebrae, Sindicalçados/Sistema FIEP e quando eu coloco Sistema FIEP é porque já vem Senai e Sesi.

Os políticos são o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal.

Abrindo um parêntese, quanto ao capital técnico científico a UFPB tinha um papel essencial aportado dentro, porque por exemplo, eles tinham um curso designer e a gente trabalhou em parceria com eles. Então o maior salto que a gente deu foi em 2004, a gente deu um curso de formação específica de calçado com o Polo Técnico de Milão aqui em Campina Grande para 23 alunos estudantes de designer, então a gente inseriu um processo na meninada que ia ter outro desenho, pois a gente estava entrando com equipamento no Senai, a gente colocou na época um equipamento que custava 100 mil dólares que foi um sistema cabe can com mesas de corte, mesa de corte a laser, o problema é as coisas aqui no Brasil, a gente enfrentou uma greve da receita federal, o navio aportou em Recife trazendo os equipamentos da Itália e ficou 6 meses parado no porto de Recife sem a gente poder tirar, tiramos no final do ano foi uma novela e quando conseguimos tirar os equipamentos há essas alturas os meninos já tinham se formado, isso é em 2004. E o que a gente queria era que esses meninos comessem a constituir suas próprias empresas e serviço em designer, que era forma de especializar. Mas qual era o problema? Porque fabricar sapato, comprar e vender ele sabe, agora cadê os serviços técnicos desse arranjo produtivo? Esse é o problema, tá? Então você precisa de designer, de modelagem, de metais, você precisa de um monte de coisa...Então é introduzindo a inovação que melhora a produtividade, que melhora a qualidade, que melhora a apresentação.

Sabe como era passado a cola antigamente até nas fábricas mais organizadas? Com pincéis, nas outras era com o dedo mesmo igual ao sapateiro. Então você faz o sapato, consegue o sapato todo bacaninha, ótimo. Só que quando ele vai para a linha de produção, o cara passa a cola ou mesmo com o pincel, então quando imprime sai as bolinhas de cola e o comprador olha e baixa o preço, dizendo: Ah, tá com defeito! Então isso são saltos que a gente vai dando. O professor Rans começou a brigar justamente por isso que a gente tinha que mudar e que as empresas tinham que mudar seus processos. Só que depois surgiram mitos...que a lata de cola explodiu na Alpargatas. Esses mitos urbanos que até levar gente para mostrar que não era assim... Hoje ninguém se lembra disso é tudo com aplicação de pistola, esses saltos são os saltos consideráveis na qualidade do material também os materiais se tornaram mais leves. Ali por meados de 2002 os solados eram feitos de PVC reciclado, então era um material pesado. Eu me lembro que a gente foi pela Itália, a gente fez missões técnicas, levamos os empresários para conhecer as fábricas de lá, da Alemanha, centros tecnológicos, vê o que tava sendo feito, como era feito, trouxemos gente de lá, para se dar o grande salto. E de certa forma até hoje com tudo isso ainda se depende de outros centros. Como o de Nova Serrano (MG), o de Franca (SP), Novo Hamburgo (RS), dependemos para fazer serviços de projeção, desenvolver modelagem e aqui não tem gente pra fazer, então se compra esses serviços de lá.

b) Conhecimento Tácito?

O conhecimento tácito foi durante muito tempo a tônica para esse negócio. Porque o Albano Franco só surge nos anos 2000 e aí se começa a dar o conhecimento técnico. Antes disso as pessoas eram formadas dentro das oficinas, era quase um (Learn by Doing - aprender fazendo), só que aprender fazendo é caro, porque você erra e uma coisa é errar na escola e outra coisa é errar na linha de produção, é custo. E o processo tácito no meu entender é aquele com tradição, passado de pai para filho. Eu diria que hoje está presente na própria linha, porque o processo produtivo tem

sofrido mudanças e os novos processos eles são todos em fábricas e o que vem pela frente é olhar para a indústria 4.0, que é um salto mais na frente. Em suma, acho que os avanços tecnológicos dentro do processo têm evoluído.

c) Inovação e Aprendizado Interativos?

Bem, o papel do Sebrae é aproximar do conhecimento, ver onde tá sendo feito, em qual lugar do mundo, aí a gente se organiza e vai em busca...conversa, ajeita e vai... A gente tem um papel muito mais de mostrar o que tá sendo feito em outros locais. Ajudamos a fazer um bom invest marketing, observar as boas práticas, coisas dessa natureza, isso é o que a gente fez, esses são os saltos que essa indústria daqui e que esse APL foi capaz de fazer. Treinar é papel do Senai, mas quando não tinha, a gente fez, contratamos o Senai de fora para fazer aqui. Agora para produto pra exportação isso é uma trabalhadeira. A gente participou de feiras na Argentina, Chile, Cabo Verde, Guatemala, Panamá, Perú, entre outros. Durante muito tempo as empresas daqui exportavam, chegou a exportar para 23 países, de baixo valor agregado, mas se exportou. Algumas empresas estabeleceram relações duradouras com os clientes, a exemplo da Eva Calçados, que desenvolveu um relacionamento com uma empresa da República Dominicana. Assim é esse o processo que realizamos, mas a tomada de decisão é sempre do empresário, é ele que vai sentir pelo o que tá sendo demandado no mercado e é ele que sabe o tipo de inovação que precisa introduzir na sua linha de produção. A conexão nossa é sempre com o modelo de negócio.

d) Estrutura de governança?

As instituições já citadas, porém, muito mais o Sebrae e Sindicalçados. As ações são pensadas aqui, a gente pega uma noite, senta com o pessoal e planeja o que a gente vai fazer.

e) Grau de enraizamento?

Eu acho que há um reconhecimento da importância da indústria, uma importância dela pra cidade, pra economia, pra a geração de emprego, pela cadeia de valor estabelecido isso é reconhecido. Agora se você chegar na prefeitura e perguntar se tem verba destinada, se tem um orçamento pra trabalhar com a indústria de calçados? Não, não tem! Chegar no Estado, tem? Tem não! Agora se negocia politicamente e o apoio aparece, ou não aparece, tem ano que dá, tem ano que não. Então esse grau de enraizamento ele não é tão profundo, agora o reconhecimento da importância faz as coisas andar como se tivesse esse grau de profundidade todo.

10) Ainda conforme a literatura de APL, observa-se que cada arranjo tem suas características específicas, mediante sua história, seu ambiente socioeconômico e sua complexidade, podendo se diferenciar quanto ao seu nível de desenvolvimento. com base nisto, Castro (2009, p. 25) os distribuem em arranjos incipientes, arranjos em desenvolvimento e arranjos desenvolvidos. Portanto, qual o nível de desenvolvimento do APL Coureiro Calçadista de Campina Grande – PB?

() **ARRANJOS INCIPIENTES:** Quando não há um interesse por parte da iniciativa privada nem do setor público, corroborando em uma integração de interesses e a base produtiva é bem rudimentar, existindo uma carência no fator financeiro.

(X) **ARRANJOS EM DESENVOLVIMENTO:** A sua atuação promove uma força de atração de novos empreendimentos, motiva os empresários a realizarem investimentos, tornando-os competitivos. são organizados em classes, com foco sempre no regional e não no individual. seu processo de desenvolvimento é reconhecido, possibilitando a atração de novas empresas e incentivando os empreendedores locais a também participarem da geração de renda do novo movimento empresarial.

() **ARRANJOS DESENVOLVIDOS:** Há uma estrutura ampla e complexa, uma interação que promove cooperação e aprendizagem, gerando inovação e competitividade. os arranjos que se enquadram no terceiro nível são os mais articulados, de maior importância para o desenvolvimento local, pela capacidade de atrair novas empresas, suas lideranças atuam principalmente em entidades de classes, com relacionamentos formais.

11) No âmbito das políticas públicas direcionadas a APL, qual ou quais políticas tem sido de maior relevância para fomentar o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?

Foi criado uma eu não se ela tá em vigor, que é um incentivo, é o mesmo modelo que o Governo tá adotando agora que tá fazendo publicidade para a indústria têxtil, é o mesmo. Que já foi adotado lá atrás, que é uma cobrança de ICMS diferenciada para o segmento, especificamente para o segmento de calçados.

12) Existe um padrão de sustentabilidade para o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB?

() SIM
(X) NÃO

a) Se a resposta for afirmativa, qual?

Um padrão eu não diria, mas o segmento avançou muito. Antes algumas empresas dependiam dos catadores pra pegar PVC e outros materiais. Porém o cenário mudou, algumas empresas inserem na produção um resíduo que vem de outros tipos de segmentos limpo, a exemplo das empresas que produzem cartão de crédito, após realizar o corte, ficam as aparas, que são reunidas, limpas, embaladas e vendidas aqui, que é triturada e entra no processo de produção de solado. Então se tem um primeiro papel de contribuir no processo de reciclados. O segundo, é que o segmento se adaptou as regras ambientais estabelecidas pelos os órgãos fiscalizadores, tipo o IBAMA e SUDEMA. E por exigência, as fábricas vão cada vez mais atuando em

consonância com essas exigências no mercado. Nesse ponto de vista você tem um processo interligado a sustentabilidade que vai desde a participação efetiva na medida que trabalha com reciclados até atender o que é estabelecido pelas as normas.

13) As empresas fabricam algum tipo de produto que seja sustentável?

- SIM
 NÃO

Em partes sim, à medida que usa de materiais recicláveis, para a produção de solado por exemplo.

14) Fazem uso de algum tipo de selo de sustentabilidade?

- Sim
 Não

a) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?

15) Como é realizado o descarte de resíduo da produção pela maioria das empresas que integram o APL? Existe alguma norma para isto ser feito?

Existe. Seguem as normas que são estabelecidas pelos os órgãos ambientais.

16) Conforme a ótica da instituição, o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB tem se mostrado como uma estratégia de indução para o desenvolvimento local do município?

- Sim
 Não

a) Se a resposta for afirmativa, como?

O segmento calçadista é responsável por uma boa parte dos empregos industriais, cumpre um papel muito importante.

17) De acordo com a percepção da instituição, quais as principais fragilidades que o APL Coureiro Calçadista de Campina Grande-PB tem apresentado?

Eu diria que a necessidade de adensar os serviços técnicos especializados. Isso cabe desde o ponto de vista de preparação de profissionais qualificados em designer e tem espaço para se montar empresas de prestação de serviços tecnológicos, tem muita coisa em calçado que demanda serviço de outra empresa, essa é uma carência, é uma carência de gente que entenda isso e possa vir. Por exemplo, a produção de matrizaria sempre foi um problema, a gente não tinha, hoje tem. Sempre cabe novas empresas nesse segmento, empresas de designer é extremamente importante. Então tem muita oportunidade tanto individual, tanto como prestação de serviço qualificado profissionalmente, não é mão de obra de ir lá e tá na linha de produção, isso também, mas pessoal com especialização pra fazer isso e outra que cabe - empresa

de serviço tecnológicos pra entregar pra essas empresas. No mais, logística, essas coisas, a indústria se beneficia dos outros segmentos industriais que estão na cidade que tem esse tipo de empresa, então alguns de serviços estão aí, mas serviços específicos tecnológicos de calçados, esses a gente demanda. Na UFPB no curso de designer industrial tinha um foco em formação de calçados, eu não sei se tem mais, creio que tem mais de embalagens, e coisa dessa natureza, mas a cidade demanda disso, o APL demanda isso.

18) Em virtude da crise causada pela pandemia do (COVID-19/2020) quais os impactos que as empresas sofreram e vêm sofrendo, há como mensurar? Se a resposta for afirmativa, a instituição tem pensado e/ou elaborado alguma estratégia para minimizar os impactos?

Temos. Bom, o impacto foi grande, ele foi amenizado pelas medidas de flexibilização nas relações trabalhistas criada dentro do pacote, como: poder colocar as pessoas de férias, poder suspender o contrato de trabalho, as empresas pagarem uma parte e o Governo pagar uma parte complementar, então nesse sentido o segmento foi atingido como os outros foram, e se valeu dos mecanismos que foram colocados. As questões relativas a empréstimos financeiros nem todos conseguiram acessar, alguns sim, outros não, outros estão capitalizados e conseguiram se segurar, então desse ponto de vista o segmento sofreu um grande impacto. Bom, na saída da pandemia o segmento tá entre aqueles cuja a recuperação é rápida, é rápida! Ou seja, as empresas tão produzindo e vendendo, onde é que tá o gargalo? O gargalo tá no fornecimento de matéria-prima, tá certo? Tem alguns segmentos em que tá faltando matéria-prima e esse é o problema. E aí não tem muita estratégia não, porque nesse segmento alguns dos insumos tão colocados em duas ou três empresas, então paga mais caro, tá enfrentando um choque de preço, tá pagando mais caro por matéria-prima tem que redimensionar seus preços e tudo isso é uma coisa. A outra coisa é que também o segmento caminha no sentido da modernização pra acessar mercados, eles estão entrando em plataformas, tem empresa que tá aí em duas ou três plataformas, exemplo de plataforma, é o Mercado Livre.

Então, esse é um segmento muito suscetível a crise, nesses últimos 20 anos o segmento passou aí por 6/7 crises, então ele vive de altos e baixos, desde a concorrência asiática, que não é só chinesa, que o Vietnã também na Ásia estão todos aí no pátio, passando pelas as crises internas e por fim uma crise mundial como a pandemia. O segmento tá tendo boas respostas tá conseguindo vender, o gargalo é essa falta de matéria-prima que é no mundo. Eu vi no Estadão que 19 segmentos no Brasil tão no pipoco, isso matéria da semana, eu li sábado, isso por quê? O que aconteceu foi o seguinte: você vem... tava num processo de recuperação e teve que interromper, porque você não vai continuar comprando matéria-prima com a fábrica parada, porque você não vai financiar estoque sem saber quando é que vai voltar a produzir e aí quando voltou a demanda alta, (não se esperava) e para surpresa, de certa forma sim, em roupas e calçados de certa forma sim, mas todo mundo achava que ia dar uma segurada. Mas não é assim o mundo, as cabeças das pessoas não pensam desse jeito e todo mundo saiu dessa pandemia e na verdade nem saiu da primeira onda.. Porque apesar do desemprego, apesar de tudo isso, as políticas sociais: bolsa família, auxílio emergencial injetaram e aí do ponto de vista da demanda agregada da economia funcionou e funcionou muito bem, então tá aí... Agora o preço da matéria-prima subiu porque o cara redimensionou o preço, e não tem essa elasticidade toda, mas tá funcionando. Então o dado real é esse, tá funcionando.

--

APÊNDICE B
MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AS EMPRESAS DE CALÇADOS
INTEGRANTES DO APL COUREIRO CALÇADISTA

CARACTERIZAÇÃO
1) NOME DA EMPRESA?
2) QUAL O SEU NOME? (OPCIONAL)
3) QUAL A FUNÇÃO EXERCE NA EMPRESA?
4) EM QUAL ANO A EMPRESA ENTROU EM FUNCIONAMENTO?
FUNCIONÁRIOS
5) QUANTOS FUNCIONÁRIOS TRABALHAM NESTA EMPRESA?
6) A EMPRESA TERCEIRIZA MÃO DE OBRA? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
7) OS FUNCIONÁRIOS EM SUA MAIORIA SÃO DE QUAL SEXO? <input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> MASCULINO
8) QUAL O NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SUA MAIORIA? <input type="checkbox"/> ANALFABETO <input type="checkbox"/> LER E ESCREVE, MAS NUNCA FOI A ESCOLA <input type="checkbox"/> ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO <input type="checkbox"/> ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

<p><input type="checkbox"/> ENSINO MÉDIO COMPLETO <input type="checkbox"/> ENSINO MÉDIO INCOMPLETO <input type="checkbox"/> SUPERIOR COMPLETO <input type="checkbox"/> SUPERIOR INCOMPLETO</p>
<p>9) HÁ DIFICULDADE DE RECRUTAMENTO DE PESSOAL QUALIFICADO?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>
<p>10) SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUAL O CARGO QUE APRESENTA MAIOR DIFICULDADE EM OBTER PESSOAL DEVIDAMENTE QUALIFICADO?</p> <p><input type="checkbox"/> DIRETORIA <input type="checkbox"/> GERÊNCIA <input type="checkbox"/> COORDENAÇÃO <input type="checkbox"/> SUPERVISÃO <input type="checkbox"/> MONITORIA <input type="checkbox"/> EXECUÇÃO <input type="checkbox"/> OUTROS.</p>
<p>11) A EMPRESA APRESENTA PROBLEMAS DE ROTATIVIDADE EM RELAÇÃO A MÃO DE OBRA?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>
<p>12) SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUAL O CARGO COM MAIOR ROTATIVIDADE?</p> <p><input type="checkbox"/> DIRETORIA <input type="checkbox"/> GERÊNCIA <input type="checkbox"/> COORDENAÇÃO <input type="checkbox"/> SUPERVISÃO <input type="checkbox"/> MONITORIA <input type="checkbox"/> EXECUÇÃO <input type="checkbox"/> OUTROS.</p>
PRODUÇÃO
<p>13) QUE TIPO DE CALÇADO A EMPRESA PRODUZ?</p> <p><input type="checkbox"/> INFANTIL <input type="checkbox"/> FEMININO</p>

- MASCULINO
 ESPORTIVO
 OUTROS.

14) A MATÉRIA-PRIMA MAIS UTILIZADA NA FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS DA EMPRESA VEM DE OUTRO ESTADO, SE SIM, QUAL?

15) EM MÉDIA QUAL A PRODUÇÃO MENSAL DE CALÇADOS?

16) EM MÉDIA QUAL A PRODUÇÃO ANUAL DE CALÇADOS?

17) QUAIS OS PERÍODOS DO ANO DE MENOR E MAIOR PRODUÇÃO DE CALÇADOS?

SUSTENTABILIDADE

18) A EMPRESA TRABALHA OU JÁ TRABALHOU COM COURO VEGETAL?

- SIM
 NÃO

19) A EMPRESA FABRICA ALGUM OUTRO TIPO DE PRODUTO QUE SEJA SUSTENTÁVEL?

- SIM
 NÃO

20) FAZ USO DE SELOS DE SUSTENTABILIDADE?

- SIM
 NÃO

21) SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, VOCÊ PODERIA CITAR QUAIS?
 22) COMO É REALIZADO O DESCARTE DE RESÍDUO DA PRODUÇÃO? EXISTE ALGUMA NORMA PARA ISTO SER FEITO?

23) EXISTE OUTRA EMPRESA QUE AUXILIE NESTE PROCESSO?

VENDAS

<p>24) PARA QUAL MERCADO SE DESTINA OS PRODUTOS QUE A EMPRESA FABRICA?</p> <p>() LOCAL () REGIONAL () NACIONAL () INTERNACIONAL () TODOS.</p>
<p>25) EM MÉDIA QUAL A QUANTIDADE MENSAL DAS VENDAS DE CALÇADOS?</p>
<p>26) EM MÉDIA QUAL A QUANTIDADE ANUAL DAS VENDAS DE CALÇADOS?</p>
<p>27) QUAIS OS PERÍODOS DO ANO DE MENOR E MAIOR ÍNDICE DAS VENDAS?</p>
<p>28) PARA QUAL ESTADO/MUNICÍPIO A EMPRESA VENDE MAIS?</p>
<p>29) OS CONCORRENTES DIRETOS SÃO DE QUAL ESTADO/MUNICÍPIO?</p>
<p style="text-align: center;">ARRANJO PRODUTIVO LOCAL COUREIRO CALÇADISTA</p>
<p>30) A ATUAÇÃO DA EMPRESA EM APL (ARRANJO PRODUTIVO LOCAL) TEM CONTRIBUÍDO DE ALGUMA FORMA PARA A MESMA?</p> <p>() SIM () NÃO</p>
<p>31) SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, COMO?</p>
<p>32) POR A EMPRESA INTEGRAR O APL DE CALÇADOS DE CAMPINA GRANDE - PB, JÁ RECEBEU ALGUM TIPO DE INCENTIVO FINANCEIRO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES QUE GEREM O APL?</p> <p>() SIM () NÃO</p>

33) SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUAIS OS TIPOS DE INCENTIVOS QUE JÁ RECEBEU?

34) A EMPRESA JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA FEIRA DE CALÇADOS? SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA EM QUAL NÍVEL?

- MUNICIPAL
- NACIONAL
- INTERNACIONAL
- TODOS
- NENHUMA.

35) A EMPRESA DESEMPENHA OU JÁ DESEMPENHOU ALGUM TIPO DE ARTICULAÇÃO OU INTERAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ABAIXO?

- a. **SEBRAE** - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- b. **IST CTCC** - SENAI DE TECNOLOGIA DO COURO E DO CALÇADO ALBANO FRANCO
- c. **SENAI** - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
- d. **SINDICALÇADOS/PB** - SINDICATO DA

INDÚSTRIA DE CALÇADOS DA PARAÍBA.
- e. **SESI** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
- f. TODAS
- g. OUTRAS
- h. NENHUMA.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

36) VOCÊ ACHA QUE ATIVIDADE QUE A EMPRESA DESENVOLVE CONTRIBUI DE ALGUMA FORMA PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB?

() SIM () NÃO
37) SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA DE QUE FORMA CONTRIBUI?
38) QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS NESTE SETOR?
PANDEMIA (COVID-19/2020)
39) QUAIS OS IMPACTOS QUE A EMPRESA SOFREU COM A PANDEMIA? HÁ COMO MENSURAR EM NÚMEROS?

APÊNDICE C
RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIO APLICADO
AS EMPRESAS DO APL COUREIRO CALÇADISTA

1º Empresa

1) Nome da empresa?
<i>Donna Calçados.</i>
2) Qual o seu nome?
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será representado como ATOR 04.</i>
3) Qual a função exerce na empresa?
<i>Diretor Comercial.</i>
4) Em que ano a empresa entrou em funcionamento?
<i>1991.</i>
5) Quantos funcionários trabalham nesta empresa?
<i>16.</i>
6) A empresa terceiriza mão de obra?
<i>Não.</i>
7) Os funcionários em sua maioria são de qual sexo?
<i>Masculino.</i>

8) Qual o nível de instrução dos funcionários em sua maioria?
<i>Ensino Médio Incompleto.</i>
9) Há dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado?
<i>Sim.</i>
10) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo que apresenta maior dificuldade em obter pessoal devidamente qualificado?
<i>Execução.</i>
11) A empresa apresenta problemas de rotatividade em relação a mão de obra?
<i>Sim.</i>
12) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo de maior rotatividade?
<i>Execução.</i>
13) Que tipo de calçado a empresa produz?
<i>Feminino e infantil.</i>
14) A matéria-prima mais utilizada na fabricação dos produtos da empresa vem de outro estado? Se sim, qual?
<i>Sim. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais.</i>
15) Em média qual a produção mensal de calçados?
<i>2.000 mil pares.</i>
16) Em média qual a produção anual de calçados?
<i>24.000 mil pares.</i>
17) Quais os períodos do ano de menor e maior produção de calçados?
<i>Menor - Janeiro e Maior - Novembro.</i>
18) A empresa trabalha ou já trabalhou com couro vegetal?
<i>Sim.</i>
19) A empresa fabrica algum outro tipo de produto que seja sustentável?
<i>Sim.</i>
20) Faz uso de selos de sustentabilidade?
<i>Não.</i>
21) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?
<i>Livres de tolueno. Recolhimento adequado dos descartes e reutilização dos mesmos.</i>
22) Como é realizado o descarte de resíduo de produção? Existe alguma norma para isto ser feito?
<i>Em local adequado dentro da empresa e uma empresa externa coleta parte dos resíduos. A outra parte é reutilizada dentro dos processos.</i>

23) Existe uma outra empresa que auxilie neste processo?
<i>Sim.</i>
24) Para qual mercado se destina os produtos que a empresa fabrica?
<i>Nacional.</i>
25) Em média qual a quantidade mensal nas vendas de calçados?
26) Em média qual a quantidade anual nas vendas de calçados?
27) Quais os períodos do ano de menor e maior índice nas vendas de calçados?
<i>Menor - Janeiro e Maior - Novembro.</i>
28) Para qual estado/município a empresa vende mais?
<i>Rio Grande do Norte.</i>
29) Os concorrentes diretos são de qual estado/município?
<i>Nordeste.</i>
30) A atuação da empresa em um Arranjo Produtivo Local (APL) tem contribuído de alguma forma para a mesma?
<i>Sim.</i>
31) Se a resposta for afirmativa, como?
<i>Parceiros próximos para a compra de matéria-prima. Porém, baixa qualidade em alguns casos.</i>
32) Por a empresa integrar o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB já recebeu algum tipo de incentivo financeiro por parte das instituições que gerem o APL?
<i>Sim.</i>
33) Se a resposta for afirmativa, quais os tipos de incentivos que já recebeu?
<i>Indiretamente. SEBRAE, em feiras onde auxilia com uma pequena parte dos custos. Só.</i>
34) A empresa já participou de alguma feira de calçados? Se a resposta for afirmativa em qual nível?
<i>Nacional e Internacional.</i>
35) A empresa já desempenhou ou desempenha algum tipo de articulação ou interação com as instituições públicas abaixo?
<i>() SEBRAE; () IST CTCC; () SENAI; () SINDICALÇADOS/PB () SESI (X) TODAS; () OUTRAS; () NENHUMA.</i>
36) Você acha que a atividade que a empresa desenvolve contribui de alguma

forma para o desenvolvimento do município de Campina Grande-PB?
<i>Sim.</i>
37) Se a resposta for afirmativa de que forma contribui?
<i>Gerando emprego e renda. Contribuindo para a economia local e gerando conhecimento.</i>
38) Quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse setor?
<i>Fonte de matéria-prima; Qualidade da matéria-prima; Fretes; Impostos altíssimos; Falta de auxílio governamental (incentivos) e Falta de mão de obra qualificada.</i>
39) Quais os impactos que a empresa sofreu com a crise causada pela Pandemia (COVID-19/2020)? Há como mensurar em números?
<i>Inúmeros. Não há como mensurar. Impactos direto se indiretos. Diretamente: Produção baixa (baixo faturamento), os impostos não diminuíram e tudo mais que o senso comum pode pensar. Indiretamente: Devido a tempos fechados a área interna sofreu arrombamentos com roubos/furtos.</i>

2º Empresa

1) Nome da empresa?
<i>Indústria de Comércio e Calçados Recboll LTDA</i>
2) Qual o seu nome?
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será representado como ATOR 05.</i>
3) Qual a função exerce na empresa?
<i>Gerente.</i>
4) Em que ano a empresa entrou em funcionamento?
<i>2008.</i>
5) Quantos funcionários trabalham nesta empresa?
<i>85.</i>
6) A empresa terceiriza mão de obra?
<i>Não.</i>
7) Os funcionários em sua maioria são de qual sexo?
<i>Masculino.</i>
8) Qual o nível de instrução dos funcionários em sua maioria?
<i>Ensino Fundamental Completo.</i>
9) Há dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado?

<i>Sim.</i>
10) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo que apresenta maior dificuldade em obter pessoal devidamente qualificado?
<i>Execução.</i>
11) A empresa apresenta problemas de rotatividade em relação a mão de obra?
<i>Não.</i>
12) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo de maior rotatividade?
13) Que tipo de calçado a empresa produz?
<i>Masculino.</i>
14) A matéria-prima mais utilizada na fabricação dos produtos da empresa vem de outro estado? Se sim, qual?
<i>Sim. De toda a região sul e sudeste (SP, PR, SC, RS).</i>
15) Em média qual a produção mensal de calçados?
<i>24.000 pares/mês.</i>
16) Em média qual a produção anual de calçados?
<i>288.000 pares/ano.</i>
17) Quais os períodos do ano de menor e maior produção de calçados?
<i>Menor: fevereiro e abril / Maior: junho e dezembro.</i>
18) A empresa trabalha ou já trabalhou com couro vegetal?
<i>Não.</i>
19) A empresa fabrica algum outro tipo de produto que seja sustentável?
<i>Não.</i>
20) Faz uso de selos de sustentabilidade?
<i>Não.</i>
21) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?
22) Como é realizado o descarte de resíduo de produção? Existe alguma norma para isto ser feito?
<i>Existe uma empresa que coleta os resíduos produzidos, como aparas de sintéticos, latas de cola e tinta, buchas, etc. Eles são responsáveis pelo descarte correto.</i>
23) Existe uma outra empresa que auxilie neste processo?
<i>Sim. Temos contrato com uma empresa que realiza essa coleta e descarte.</i>

24) Para qual mercado se destina os produtos que a empresa fabrica?
<i>Nacional.</i>
25) Em média qual a quantidade mensal nas vendas de calçados?
<i>A quantidade produzida é completamente vendida. Não produzimos estoque.</i>
26) Em média qual a quantidade anual nas vendas de calçados?
<i>A quantidade produzida é completamente vendida. Não produzimos estoque.</i>
27) Quais os períodos do ano de menor e maior índice nas vendas de calçados?
<i>Menor: fevereiro a abril / Maior: junho a dezembro.</i>
28) Para qual estado/município a empresa vende mais?
<i>Ceara, Maranhão, Piauí e toda a região Nordeste.</i>
29) Os concorrentes diretos são de qual estado/município?
<i>Geralmente são do Sudeste (SP, MG).</i>
30) A atuação da empresa em um Arranjo Produtivo Local (APL) tem contribuído de alguma forma para a mesma?
<i>Sim.</i>
31) Se a resposta for afirmativa, como?
<i>As instituições que gerem o APL sempre buscam incentivar o setor com benefícios de desconto em programas, ou sugestões de melhoramento do setor de produção. Sempre buscam melhorias para crescimento e expansão do setor.</i>
32) Por a empresa integrar o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB já recebeu algum tipo de incentivo financeiro por parte das instituições que gerem o APL?
<i>Sim.</i>
33) Se a resposta for afirmativa, quais os tipos de incentivos que já recebeu?
<i>Já utilizamos o Sebraetec, além de benefícios de descontos em feiras e eventos promovidos pelas instituições.</i>
34) A empresa já participou de alguma feira de calçados? Se a resposta for afirmativa em qual nível?
<i>Nacional.</i>
35) A empresa já desempenhou ou desempenha algum tipo de articulação ou interação com as instituições públicas abaixo?
<i>() SEBRAE; () IST CTCC; () SENAI; () SINDICALÇADOS/PB () SESI (X) TODAS; () OUTRAS; () NENHUMA.</i>
36) Você acha que a atividade que a empresa desenvolve contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município de Campina Grande-PB?
<i>Sim.</i>

37) Se a resposta for afirmativa de que forma contribui?
<i>Campina é conhecida pela fabricação de calçados. Estamos procurando sempre buscando melhorar nosso produto, para ser diferencial no mercado, desenvolvendo e incentivando a produção local.</i>
38) Quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse setor?
<i>Carga tributária altíssima, falta de fornecedores de matérias primas próximos (gerando deslealdade na formação de preços comparados ao dos nossos concorrentes do Sul e Sudeste).</i>
39) Quais os impactos que a empresa sofreu com a crise causada pela Pandemia (COVID-19/2020)? Há como mensurar em números?
<i>Queda brusca nas vendas já que trabalhamos com lojistas, e os mesmos estavam impossibilitados de trabalhar também. Ainda não há como mensurar em números os impactos, visto que ainda estão sendo percebidos, principalmente os prejuízos.</i>

3º Empresa

1) Nome da empresa?
<i>Ind. E. Com de Calçados Montenegro LTDA</i>
2) Qual o seu nome?
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será representado como ATOR 06.</i>
3) Qual a função exerce na empresa?
<i>Gerente</i>
4) Em que ano a empresa entrou em funcionamento?
<i>1998.</i>
5) Quantos funcionários trabalham nesta empresa?
<i>22</i>
6) A empresa terceiriza mão de obra?
<i>Sim.</i>
7) Os funcionários em sua maioria são de qual sexo?
<i>Masculino.</i>
8) Qual o nível de instrução dos funcionários em sua maioria?
<i>Ensino Fundamental Incompleto.</i>
9) Há dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado?
<i>Sim.</i>

10) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo que apresenta maior dificuldade em obter pessoal devidamente qualificado?
<i>Execução.</i>
11) A empresa apresenta problemas de rotatividade em relação a mão de obra?
<i>Não.</i>
12) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo de maior rotatividade?
13) Que tipo de calçado a empresa produz?
<i>Masculino e Esportivo.</i>
14) A matéria-prima mais utilizada na fabricação dos produtos da empresa vem de outro estado? Se sim, qual?
<i>Sim, São Paulo.</i>
15) Em média qual a produção mensal de calçados?
<i>De 6.000 a 8.000 pares.</i>
16) Em média qual a produção anual de calçados?
<i>De 70.000 a 85.000 pares.</i>
17) Quais os períodos do ano de menor e maior produção de calçados?
<i>Maior: Outubro-Novembro Menor: Janeiro-Fevereiro</i>
18) A empresa trabalha ou já trabalhou com couro vegetal?
<i>Não.</i>
19) A empresa fabrica algum outro tipo de produto que seja sustentável?
<i>Sim.</i>
20) Faz uso de selos de sustentabilidade?
<i>Não.</i>
21) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?
22) Como é realizado o descarte de resíduo de produção? Existe alguma norma para isto ser feito?
<i>O descarte de resíduos é fiscalizado pela SUDEMA, onde é obrigatório o descarte de lixo de forma mais sustentável possível.</i>
23) Existe uma outra empresa que auxilie neste processo?
<i>CRIL – Soluções Ambientais.</i>
24) Para qual mercado se destina os produtos que a empresa fabrica?
<i>Nacional.</i>

25) Em média qual a quantidade mensal nas vendas de calçados?
<i>Algo em torno de 50.000 a 70.000</i>
26) Em média qual a quantidade anual nas vendas de calçados?
<i>De 300.000 a 500.000</i>
27) Quais os períodos do ano de menor e maior índice nas vendas de calçados?
<i>Menor: Janeiro, Fevereiro e Março Maior: Setembro, Outubro e Novembro</i>
28) Para qual estado/município a empresa vende mais?
<i>1º Pernambuco 2º Paraíba 3º Amazonas/Pará</i>
29) Os concorrentes diretos são de qual estado/município?
<i>Campina Grande-PB Nova Serrano-MG e os produtos importados chineses</i>
30) A atuação da empresa em um Arranjo Produtivo Local (APL) tem contribuído de alguma forma para a mesma?
<i>Não.</i>
31) Se a resposta for afirmativa, como?
32) Por a empresa integrar o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB já recebeu algum tipo de incentivo financeiro por parte das instituições que gerem o APL?
<i>Não.</i>
33) Se a resposta for afirmativa, quais os tipos de incentivos que já recebeu?
34) A empresa já participou de alguma feira de calçados? Se a resposta for afirmativa em qual nível?
<i>Nacional.</i>
35) A empresa já desempenhou ou desempenha algum tipo de articulação ou interação com as instituições públicas abaixo?
<i>() SEBRAE; () IST CTCC; () SENAI; () SINDICALÇADOS/PB () SESI (X) TODAS; () OUTRAS; () NENHUMA.</i>
36) Você acha que a atividade que a empresa desenvolve contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município de Campina Grande-PB?
<i>Sim.</i>

37) Se a resposta for afirmativa de que forma contribui?
<i>Estamos a 22 anos no mercado gerando emprego e movimentando a economia local além de trazer visibilidade para a indústria calçadista Paraibana a nível nacional.</i>
38) Quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse setor?
- <i>Carga tributária altíssima</i> - <i>Inadimplência</i> - <i>Concorrência desleal com produtos falsificados e importados.</i>
39) Quais os impactos que a empresa sofreu com a crise causada pela Pandemia (COVID-19/2020)? Há como mensurar em números?
- <i>Inadimplência jamais vista antes</i> - <i>Receitas caíram em 80%</i> - <i>Escassez de matéria-prima</i>

4º Empresa

1) Nome da empresa?
<i>Bê e Bi Indústria de Calçados Ltda</i>
2) Qual o seu nome?
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será referenciado como ATOR 07.</i>
3) Qual a função exerce na empresa?
<i>Assistente administrativo</i>
4) Em que ano a empresa entrou em funcionamento?
<i>2005</i>
5) Quantos funcionários trabalham nesta empresa?
<i>50</i>
6) A empresa terceiriza mão de obra?
<i>Não</i>
7) Os funcionários em sua maioria são de qual sexo?
<i>Feminino</i>
8) Qual o nível de instrução dos funcionários em sua maioria?
<i>Ensino Médio Completo</i>
9) Há dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado?
<i>Sim</i>
10) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo que apresenta maior dificuldade em obter pessoal devidamente qualificado?

<i>Execução</i>
11) A empresa apresenta problemas de rotatividade em relação a mão de obra?
<i>Não.</i>
12) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo de maior rotatividade?
13) Que tipo de calçado a empresa produz?
<i>Infantil</i>
14) A matéria-prima mais utilizada na fabricação dos produtos da empresa vem de outro estado? Se sim, qual?
<i>Sim, São Paulo</i>
15) Em média qual a produção mensal de calçados?
<i>18.000</i>
16) Em média qual a produção anual de calçados?
<i>224.000</i>
17) Quais os períodos do ano de menor e maior produção de calçados?
<i>1º Trimestre/4º Trimestre.</i>
18) A empresa trabalha ou já trabalhou com couro vegetal?
<i>Não</i>
19) A empresa fabrica algum outro tipo de produto que seja sustentável?
<i>Não</i>
20) Faz uso de selos de sustentabilidade?
<i>Não.</i>
21) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?
22) Como é realizado o descarte de resíduo de produção? Existe alguma norma para isto ser feito?
<i>Vendido, para ser reciclado.</i>
23) Existe uma outra empresa que auxilie neste processo?
<i>Não</i>
24) Para qual mercado se destina os produtos que a empresa fabrica?
<i>Nacional</i>
25) Em média qual a quantidade mensal nas vendas de calçados?
<i>14.000</i>

26) Em média qual a quantidade anual nas vendas de calçados?
<i>179.000</i>
27) Quais os períodos do ano de menor e maior índice nas vendas de calçados?
<i>1º Trimestre/4º Trimestre.</i>
28) Para qual estado/município a empresa vende mais?
<i>Ceará.</i>
<i>Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo.</i>
29) Os concorrentes diretos são de qual estado/município?
<i>Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo.</i>
30) A atuação da empresa em um Arranjo Produtivo Local (APL) tem contribuído de alguma forma para a mesma?
<i>Não</i>
31) Se a resposta for afirmativa, como?
32) Por a empresa integrar o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB já recebeu algum tipo de incentivo financeiro por parte das instituições que gerem o APL?
<i>Não</i>
33) Se a resposta for afirmativa, quais os tipos de incentivos que já recebeu?
34) A empresa já participou de alguma feira de calçados? Se a resposta for afirmativa em qual nível?
<i>Nacional</i>
35) A empresa já desempenhou ou desempenha algum tipo de articulação ou interação com as instituições públicas abaixo?
<i>(X) SEBRAE; () IST CTCC; (X) SENAI; (X) SINDICALÇADOS/PB (X) SESI () TODAS; () OUTRAS; () NENHUMA.</i>
36) Você acha que a atividade que a empresa desenvolve contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município de Campina Grande-PB?
<i>Sim.</i>
37) Se a resposta for afirmativa de que forma contribui?
<i>Gera empregos para a região</i>
38) Quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse setor?
<i>Não respondeu.</i>
39) Quais os impactos que a empresa sofreu com a crise causada pela Pandemia (COVID-19/2020)? Há como mensurar em números?
<i>Parou de funcionar pela pandemia, mas quando voltou no mês junho já tinha</i>

bastante pedidos, com aumento nas vendas e aumento no número de funcionários.

5º Empresa

1) Nome da empresa?
<i>Calçados Bebezinho</i>
2) Qual o seu nome?
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será referenciado como ATOR 08.</i>
3) Qual a função exerce na empresa?
<i>Proprietário.</i>
4) Em que ano a empresa entrou em funcionamento?
<i>1998.</i>
5) Quantos funcionários trabalham nesta empresa?
<i>31.</i>
6) A empresa terceiriza mão de obra?
<i>Não.</i>
7) Os funcionários em sua maioria são de qual sexo?
<i>Feminino.</i>
8) Qual o nível de instrução dos funcionários em sua maioria?
<i>Ensino Fundamental Completo.</i>
9) Há dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado?
<i>Sim.</i>
10) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo que apresenta maior dificuldade em obter pessoal devidamente qualificado?
<i>Execução/Produção.</i>
11) A empresa apresenta problemas de rotatividade em relação a mão de obra?
<i>Não.</i>
12) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo de maior rotatividade?
13) Que tipo de calçado a empresa produz?
<i>Infantil</i>
14) A matéria-prima mais utilizada na fabricação dos produtos da empresa vem de outro estado? Se sim, qual?

<i>São Paulo.</i>
15) Em média qual a produção mensal de calçados?
<i>12.000 pares.</i>
16) Em média qual a produção anual de calçados?
<i>144.000 pares.</i>
17) Quais os períodos do ano de menor e maior produção de calçados?
<i>Menor – Entre fevereiro e maio. Maior – Agosto a dezembro.</i>
18) A empresa trabalha ou já trabalhou com couro vegetal?
<i>Não.</i>
19) A empresa fabrica algum outro tipo de produto que seja sustentável?
<i>Não.</i>
20) Faz uso de selos de sustentabilidade?
<i>Não.</i>
21) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?
22) Como é realizado o descarte de resíduo de produção? Existe alguma norma para isto ser feito?
<i>O resíduo é pouco e é realizado o descarte normal. Através da coleta de lixo.</i>
23) Existe uma outra empresa que auxilie neste processo?
<i>Não. Só a prefeitura pela coleta de lixo.</i>
24) Para qual mercado se destina os produtos que a empresa fabrica?
<i>Nacional.</i>
25) Em média qual a quantidade mensal nas vendas de calçados?
<i>12.0000 pares só trabalha por pedido.</i>
26) Em média qual a quantidade anual nas vendas de calçados?
<i>144.000</i>
27) Quais os períodos do ano de menor e maior índice nas vendas de calçados?
<i>Menor – Entre fevereiro e maio. Maior – Agosto a dezembro.</i>
28) Para qual estado/município a empresa vende mais?
<i>Rio de Janeiro – RJ São Paulo – SP Manaus – AM</i>

29) Os concorrentes diretos são de qual estado/município?
<i>Da Paraíba mesmo.</i>
30) A atuação da empresa em um Arranjo Produtivo Local (APL) tem contribuído de alguma forma para a mesma?
<i>Sim.</i>
31) Se a resposta for afirmativa, como?
<i>Senai – Treinamento r capacitação Sesi – Palestra (Saúde) Sebrae – Consultoria e levando a empresa para participar de eventos. FIEP – Feira</i>
32) Por a empresa integrar o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB já recebeu algum tipo de incentivo financeiro por parte das instituições que gerem o APL?
<i>Não. Só com o recurso em feiras que o Sebrae paga a metade das despesas para a empresa participar de eventos e feiras.</i>
33) Se a resposta for afirmativa, quais os tipos de incentivos que já recebeu?
34) A empresa já participou de alguma feira de calçados? Se a resposta for afirmativa em qual nível?
<i>Nacional e internacional.</i>
35) A empresa já desempenhou ou desempenha algum tipo de articulação ou interação com as instituições públicas abaixo?
<i>() SEBRAE; () IST CTCC; () SENAI; () SINDICALÇADOS/PB () SESI (X) TODAS; () OUTRAS; () NENHUMA.</i>
36) Você acha que a atividade que a empresa desenvolve contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município de Campina Grande-PB?
<i>Sim.</i>
37) Se a resposta for afirmativa de que forma contribui?
<i>Gera emprego e paga imposto.</i>
38) Quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse setor?
<i>Distância da matéria-prima que vem do Sul e dificulta o processo.</i>
39) Quais os impactos que a empresa sofreu com a crise causada pela Pandemia (COVID-19/2020)? Há como mensurar em números?
<i>- A produção parou por 4 meses - As vendas caíram - Redução de funcionários - Não teve como quitar as dívidas com fornecedores</i>

6º Empresa

1) Nome da empresa?
<i>Karmélia Ind e Com. De Calçados Ltda</i>
2) Qual o seu nome?
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será referenciado como ATOR 09.</i>
3) Qual a função exerce na empresa?
<i>Gerente de vendas</i>
4) Em que ano a empresa entrou em funcionamento?
<i>1999</i>
5) Quantos funcionários trabalham nesta empresa?
<i>Na loja 14/ na fábrica 20. Total 34.</i>
6) A empresa terceiriza mão de obra?
<i>Sim.</i>
7) Os funcionários em sua maioria são de qual sexo?
<i>Na loja são maioria feminino e na fábrica mais masculino.</i>
8) Qual o nível de instrução dos funcionários em sua maioria?
<i>Ensino Médio Completo.</i>
9) Há dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado?
<i>Sim.</i>
10) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo que apresenta maior dificuldade em obter pessoal devidamente qualificado?
11) A empresa apresenta problemas de rotatividade em relação a mão de obra?
<i>Não.</i>
12) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo de maior rotatividade?
13) Que tipo de calçado a empresa produz?
<i>Feminino.</i>
14) A matéria-prima mais utilizada na fabricação dos produtos da empresa vem de outro estado? Se sim, qual?
<i>Sim. Principalmente o solado.</i>
15) Em média qual a produção mensal de calçados?

É relativo ao mês. Mas a produção mensal é 4.000 pares.
16) Em média qual a produção anual de calçados?
17) Quais os períodos do ano de menor e maior produção de calçados?
<i>Fev/ Março/ Abril/ Agosto/ Set</i>
18) A empresa trabalha ou já trabalhou com couro vegetal?
<i>Sim.</i>
19) A empresa fabrica algum outro tipo de produto que seja sustentável?
<i>Não.</i>
20) Faz uso de selos de sustentabilidade?
<i>Não.</i>
21) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?
22) Como é realizado o descarte de resíduo de produção? Existe alguma norma para isto ser feito?
<i>Coleta de resíduo de couro (para universidades e também pessoas que fazem artesanatos.</i>
23) Existe uma outra empresa que auxilie neste processo?
<i>Não.</i>
24) Para qual mercado se destina os produtos que a empresa fabrica?
<i>Local e Regional</i>
25) Em média qual a quantidade mensal nas vendas de calçados?
<i>1.200 pares em média (meses normais)</i>
26) Em média qual a quantidade anual nas vendas de calçados?
<i>15.000 mil pares por ano.</i>
27) Quais os períodos do ano de menor e maior índice nas vendas de calçados?
<i>Menor – fev/ Março / abril / set /out. Maior – Junho / Dezembro</i>
28) Para qual estado/município a empresa vende mais?
<i>Paraíba</i>
29) Os concorrentes diretos são de qual estado/município?
<i>Campina Grande -PB Principalmente lojas de fábrica</i>
30) A atuação da empresa em um Arranjo Produtivo Local (APL) tem contribuído

de alguma forma para a mesma?
<i>Sim.</i>
31) Se a resposta for afirmativa, como?
<i>Sim. Contribui pelo fato de além de gerar renda local, a facilidade do produto ser fabricado, chega ao consumidor com mais rapidez.</i>
32) Por a empresa integrar o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB já recebeu algum tipo de incentivo financeiro por parte das instituições que gerem o APL?
<i>Não.</i>
33) Se a resposta for afirmativa, quais os tipos de incentivos que já recebeu?
34) A empresa já participou de alguma feira de calçados? Se a resposta for afirmativa em qual nível?
<i>Municipal e Nacional.</i>
35) A empresa já desempenhou ou desempenha algum tipo de articulação ou interação com as instituições públicas abaixo?
<i>(X) SEBRAE; () IST CTCC; (X) SENAI; () SINDICALÇADOS/PB (X) SESI (X) TODAS; () OUTRAS; () NENHUMA.</i>
36) Você acha que a atividade que a empresa desenvolve contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município de Campina Grande-PB?
<i>Sim.</i>
37) Se a resposta for afirmativa de que forma contribui?
<i>Geração de empregos Facilidade de chegar na lojas.</i>
38) Quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse setor?
<i>Dificuldade Matéria-prima. Mão de obra qualificada.</i>
39) Quais os impactos que a empresa sofreu com a crise causada pela Pandemia (COVID-19/2020)? Há como mensurar em números?
<i>- Falta de produção - Lojas fechadas - Perda de faturamento: - Abril-100% de perda - Maio-100% de perda - Junho-50% de perda</i>

1) Nome da empresa?
<i>Indústria de Calçados Hawaii Ltda.</i>
2) Qual o seu nome?
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será referenciado como ATOR 10.</i>
3) Qual a função exerce na empresa?
<i>Gerente Financeiro</i>
4) Em que ano a empresa entrou em funcionamento?
<i>1994.</i>
5) Quantos funcionários trabalham nesta empresa?
<i>50</i>
6) A empresa terceiriza mão de obra?
<i>Sim</i>
7) Os funcionários em sua maioria são de qual sexo?
<i>Masculino</i>
8) Qual o nível de instrução dos funcionários em sua maioria?
<i>Ensino Fundamental Completo/ Incompleto</i>
9) Há dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado?
<i>Sim.</i>
10) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo que apresenta maior dificuldade em obter pessoal devidamente qualificado?
<i>Execução.</i>
11) A empresa apresenta problemas de rotatividade em relação a mão de obra?
<i>Não.</i>
12) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo de maior rotatividade?
13) Que tipo de calçado a empresa produz?
<i>Infantil/Masculino e Esportivo.</i>
14) A matéria-prima mais utilizada na fabricação dos produtos da empresa vem de outro estado? Se sim, qual?
<i>De São Paulo.</i>
15) Em média qual a produção mensal de calçados?
<i>22.000 pares</i>
16) Em média qual a produção anual de calçados?

200.000 mil pares mais ou menos
17) Quais os períodos do ano de menor e maior produção de calçados?
<i>Menor – Março a Maio</i> <i>Maior – Outubro a Dezembro</i>
18) A empresa trabalha ou já trabalhou com couro vegetal?
<i>Não.</i>
19) A empresa fabrica algum outro tipo de produto que seja sustentável?
<i>Não.</i>
20) Faz uso de selos de sustentabilidade?
<i>Não</i>
21) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?
22) Como é realizado o descarte de resíduo de produção? Existe alguma norma para isto ser feito?
<i>Separamos em tambor e o órgão responsável vem pegá-los.</i>
23) Existe uma outra empresa que auxilie neste processo?
<i>Sim, do município.</i>
24) Para qual mercado se destina os produtos que a empresa fabrica?
<i>Nacional.</i>
25) Em média qual a quantidade mensal nas vendas de calçados?
<i>240.000,00</i>
26) Em média qual a quantidade anual nas vendas de calçados?
<i>2.100.000,00</i>
27) Quais os períodos do ano de menor e maior índice nas vendas de calçados?
<i>Menor – Março à Maio</i> <i>Maior – Outubro à Dezembro</i>
28) Para qual estado/município a empresa vende mais?
<i>Nordeste (PB à PI)</i> <i>Norte (PA)</i>
29) Os concorrentes diretos são de qual estado/município?
<i>Região Sudeste</i>
30) A atuação da empresa em um Arranjo Produtivo Local (APL) tem contribuído de alguma forma para a mesma?
<i>Não.</i>
31) Se a resposta for afirmativa, como?

32) Por a empresa integrar o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB já recebeu algum tipo de incentivo financeiro por parte das instituições que gerem o APL?
<i>Não.</i>
33) Se a resposta for afirmativa, quais os tipos de incentivos que já recebeu?
34) A empresa já participou de alguma feira de calçados? Se a resposta for afirmativa em qual nível?
<i>Municipal.</i>
35) A empresa já desempenhou ou desempenha algum tipo de articulação ou interação com as instituições públicas abaixo?
<i>() SEBRAE; () IST CTCC; () SENAI; () SINDICALÇADOS/PB () SESI (X) TODAS; () OUTRAS; () NENHUMA.</i>
36) Você acha que a atividade que a empresa desenvolve contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município de Campina Grande-PB?
<i>Sim.</i>
37) Se a resposta for afirmativa de que forma contribui?
<i>Pois geramos empregos.</i>
38) Quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse setor?
<i>A falta de incentivo dos órgãos públicos.</i>
39) Quais os impactos que a empresa sofreu com a crise causada pela Pandemia (COVID-19/2020)? Há como mensurar em números?
<i>Queda em abril, pois não trabalhamos o mês e os demais meses só com uma parcela dos funcionários. Abril - Queda de 100% Os demais - 50% à 70%</i>

8º Empresa

1) Nome da empresa?
<i>Eva Calçados e Acessórios</i>
2) Qual o seu nome?
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será referenciado como ATOR 11.</i>
3) Qual a função exerce na empresa?
<i>Assistente administrativo</i>

4) Em que ano a empresa entrou em funcionamento?
<i>Não respondeu.</i>
5) Quantos funcionários trabalham nesta empresa?
25
6) A empresa terceiriza mão de obra?
<i>Não respondeu.</i>
7) Os funcionários em sua maioria são de qual sexo?
<i>Metade feminino e metade masculino.</i>
8) Qual o nível de instrução dos funcionários em sua maioria?
<i>Ensino Médio Completo</i>
9) Há dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado?
<i>Sim.</i>
10) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo que apresenta maior dificuldade em obter pessoal devidamente qualificado?
<i>Outros.</i>
11) A empresa apresenta problemas de rotatividade em relação a mão de obra?
<i>Não.</i>
12) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo de maior rotatividade?
13) Que tipo de calçado a empresa produz?
<i>Feminino.</i>
14) A matéria-prima mais utilizada na fabricação dos produtos da empresa vem de outro estado? Se sim, qual?
<i>Sim, couro</i>
15) Em média qual a produção mensal de calçados?
3 mil pares
16) Em média qual a produção anual de calçados?
40 mil pares
17) Quais os períodos do ano de menor e maior produção de calçados?
<i>Janeiro e Julho</i>
18) A empresa trabalha ou já trabalhou com couro vegetal?
<i>Sim</i>
19) A empresa fabrica algum outro tipo de produto que seja sustentável?

<i>Não</i>
20) Faz uso de selos de sustentabilidade?
<i>Não</i>
21) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?
22) Como é realizado o descarte de resíduo de produção? Existe alguma norma para isto ser feito?
<i>Sim</i>
23) Existe uma outra empresa que auxilie neste processo?
<i>Sim</i>
24) Para qual mercado se destina os produtos que a empresa fabrica?
<i>Nacional</i>
25) Em média qual a quantidade mensal nas vendas de calçados?
<i>30 mil</i>
26) Em média qual a quantidade anual nas vendas de calçados?
<i>360</i>
27) Quais os períodos do ano de menor e maior índice nas vendas de calçados?
<i>Janeiro e Julho</i>
28) Para qual estado/município a empresa vende mais?
<i>Nordeste</i>
29) Os concorrentes diretos são de qual estado/município?
<i>Sim, RN, PB E PE</i>
30) A atuação da empresa em um Arranjo Produtivo Local (APL) tem contribuído de alguma forma para a mesma?
<i>Sim</i>
31) Se a resposta for afirmativa, como?
32) Por a empresa integrar o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB já recebeu algum tipo de incentivo financeiro por parte das instituições que gerem o APL?
<i>Não</i>
33) Se a resposta for afirmativa, quais os tipos de incentivos que já recebeu?
34) A empresa já participou de alguma feira de calçados? Se a resposta for

afirmativa em qual nível?
<i>Internacional</i>
35) A empresa já desempenhou ou desempenha algum tipo de articulação ou interação com as instituições públicas abaixo?
(X) <i>SEBRAE</i> ; () <i>IST CTCC</i> ; () <i>SENAI</i> ; () <i>SINDICALÇADOS/PB</i> () <i>SESI</i> () <i>TODAS</i> ; () <i>OUTRAS</i> ; () <i>NENHUMA</i> .
36) Você acha que a atividade que a empresa desenvolve contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município de Campina Grande-PB?
<i>Sim</i>
37) Se a resposta for afirmativa de que forma contribui?
38) Quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse setor?
<i>Não respondeu.</i>
39) Quais os impactos que a empresa sofreu com a crise causada pela Pandemia (COVID-19/2020)? Há como mensurar em números?
<i>Muitos</i>

9º Empresa

1) Nome da empresa?
<i>Industria e Comercio de Calçados Via Bella LTDA</i>
2) Qual o seu nome?
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será referenciado como ATOR 12.</i>
3) Qual a função exerce na empresa?
<i>Diretor Geral</i>
4) Em que ano a empresa entrou em funcionamento?
<i>2005</i>
5) Quantos funcionários trabalham nesta empresa?
<i>12</i>
6) A empresa terceiriza mão de obra?
<i>Não.</i>
7) Os funcionários em sua maioria são de qual sexo?
<i>Masculino.</i>
8) Qual o nível de instrução dos funcionários em sua maioria?

<i>Ensino Fundamental Incompleto</i>
9) Há dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado?
<i>Sim.</i>
10) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo que apresenta maior dificuldade em obter pessoal devidamente qualificado?
<i>Outros.</i>
11) A empresa apresenta problemas de rotatividade em relação a mão de obra?
<i>Não.</i>
12) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo de maior rotatividade?
<i>Execução.</i>
13) Que tipo de calçado a empresa produz?
<i>Feminino.</i>
14) A matéria-prima mais utilizada na fabricação dos produtos da empresa vem de outro estado? Se sim, qual?
<i>Sim. Sintético e Solado e cola</i>
15) Em média qual a produção mensal de calçados?
2.400 pares
16) Em média qual a produção anual de calçados?
Em média 28.800 pares.
17) Quais os períodos do ano de menor e maior produção de calçados?
<i>Maior Produção = Mês 10/11/12/05/06</i>
18) A empresa trabalha ou já trabalhou com couro vegetal?
<i>Não.</i>
19) A empresa fabrica algum outro tipo de produto que seja sustentável?
<i>Sim.</i>
20) Faz uso de selos de sustentabilidade?
<i>Não.</i>
21) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?
22) Como é realizado o descarte de resíduo de produção? Existe alguma norma para isto ser feito?
<i>Não respondeu.</i>
23) Existe uma outra empresa que auxilie neste processo?
<i>Não respondeu.</i>

24) Para qual mercado se destina os produtos que a empresa fabrica?
<i>Local, regional e nacional</i>
25) Em média qual a quantidade mensal nas vendas de calçados?
<i>Não respondeu.</i>
26) Em média qual a quantidade anual nas vendas de calçados?
<i>Não respondeu.</i>
27) Quais os períodos do ano de menor e maior índice nas vendas de calçados?
<i>Não respondeu.</i>
28) Para qual estado/município a empresa vende mais?
29) Os concorrentes diretos são de qual estado/município?
<i>As empresas do município de Campina Grande.</i>
30) A atuação da empresa em um Arranjo Produtivo Local (APL) tem contribuído de alguma forma para a mesma?
<i>Não.</i>
31) Se a resposta for afirmativa, como?
32) Por a empresa integrar o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB já recebeu algum tipo de incentivo financeiro por parte das instituições que gerem o APL?
<i>Não. Exceto com relação as feiras que o Sebrae entra com 25% ou 50% do valor dos custos para a empresa participar. Porém é notório que o incentivo é baixo.</i>
33) Se a resposta for afirmativa, quais os tipos de incentivos que já recebeu?
34) A empresa já participou de alguma feira de calçados? Se a resposta for afirmativa em qual nível?
<i>Municipal, nacional e internacional.</i>
35) A empresa já desempenhou ou desempenha algum tipo de articulação ou interação com as instituições públicas abaixo?
<i>() SEBRAE; () IST CTCC; () SENAI; () SINDICALÇADOS/PB () SESI (X) TODAS; () OUTRAS; () NENHUMA.</i>
36) Você acha que a atividade que a empresa desenvolve contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município de Campina Grande-PB?
<i>Sim.</i>
37) Se a resposta for afirmativa de que forma contribui?

<i>Com empregos.</i>
38) Quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse setor?
<i>Apoio de governantes.</i>
39) Quais os impactos que a empresa sofreu com a crise causada pela Pandemia (COVID-19/2020)? Há como mensurar em números?
<i>- 4 meses fechados.</i>
<i>- Prejuízo em média 60 %.</i>

10° Empresa

1) Nome da empresa?
<i>Rody Indústria de Calçados LTDA.</i>
2) Qual o seu nome?
<i>A pesquisa opta por manter confidencial. Portanto será referenciado como ATOR 13.</i>
3) Qual a função exerce na empresa?
<i>Gerente de produção.</i>
4) Em que ano a empresa entrou em funcionamento?
<i>2013.</i>
5) Quantos funcionários trabalham nesta empresa?
<i>17 funcionários.</i>
6) A empresa terceiriza mão de obra?
<i>Não.</i>
7) Os funcionários em sua maioria são de qual sexo?
<i>Masculino.</i>
8) Qual o nível de instrução dos funcionários em sua maioria?
<i>Ensino Médio Incompleto.</i>
9) Há dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado?
<i>Sim.</i>
10) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo que apresenta maior dificuldade em obter pessoal devidamente qualificado?
<i>Execução.</i>
11) A empresa apresenta problemas de rotatividade em relação a mão de obra?
<i>Não.</i>
12) Se a resposta for afirmativa, qual o cargo de maior rotatividade?

13) Que tipo de calçado a empresa produz?
<i>Feminino e outros.</i>
14) A matéria-prima mais utilizada na fabricação dos produtos da empresa vem de outro estado? Se sim, qual?
<i>Sim. São Paulo.</i>
15) Em média qual a produção mensal de calçados?
<i>Em torno de 10.000 pares.</i>
16) Em média qual a produção anual de calçados?
<i>Em torno de 120.000 pares.</i>
17) Quais os períodos do ano de menor e maior produção de calçados?
<i>Menor: Entre 15/01 e 20/01; Maior: Entre outubro e novembro.</i>
18) A empresa trabalha ou já trabalhou com couro vegetal?
<i>Não.</i>
19) A empresa fabrica algum outro tipo de produto que seja sustentável?
<i>Não.</i>
20) Faz uso de selos de sustentabilidade?
<i>Não.</i>
21) Se a resposta for afirmativa, você pode citar quais?
22) Como é realizado o descarte de resíduo de produção? Existe alguma norma para isto ser feito?
<i>Descarte de materiais não tóxicos são realizados em lixo comum, já os tóxicos (raros na empresa) são descartados com empresas especializadas.</i>
23) Existe uma outra empresa que auxilie neste processo?
<i>Sim.</i>
24) Para qual mercado se destina os produtos que a empresa fabrica?
<i>Nacional.</i>
25) Em média qual a quantidade mensal nas vendas de calçados?
<i>Em torno de 10.000 pares.</i>
26) Em média qual a quantidade anual nas vendas de calçados?
<i>Em torno de 120.000 pares.</i>
27) Quais os períodos do ano de menor e maior índice nas vendas de calçados?
<i>Menor: Entre 15/01 e 20/01; Maior: Entre outubro e novembro.</i>

28) Para qual estado/município a empresa vende mais?
<i>Paraíba.</i>
29) Os concorrentes diretos são de qual estado/município?
<i>Paraíba.</i>
30) A atuação da empresa em um Arranjo Produtivo Local (APL) tem contribuído de alguma forma para a mesma?
<i>Sim.</i>
31) Se a resposta for afirmativa, como?
<i>Troca de experiências e conquista de um menor custo na contratação de serviços.</i>
32) Por a empresa integrar o APL de Couro e Calçados de Campina Grande-PB já recebeu algum tipo de incentivo financeiro por parte das instituições que gerem o APL?
<i>Não.</i>
33) Se a resposta for afirmativa, quais os tipos de incentivos que já recebeu?
34) A empresa já participou de alguma feira de calçados? Se a resposta for afirmativa em qual nível?
<i>Sim. Nacional.</i>
35) A empresa já desempenhou ou desempenha algum tipo de articulação ou interação com as instituições públicas abaixo?
<i>(X) SEBRAE; () IST CTCC; (X) SENAI; () SINDICALÇADOS/PB (X) SESI () TODAS; () OUTRAS; () NENHUMA.</i>
36) Você acha que a atividade que a empresa desenvolve contribui de alguma forma para o desenvolvimento do município de Campina Grande-PB?
<i>Sim.</i>
37) Se a resposta for afirmativa de que forma contribui?
<i>Geração de empregos e disponibilidade de produtos de qualidade a preços justos.</i>
38) Quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse setor?
<i>- Contratação de mão de obra qualificada; - Alto valor nos impostos sobre circulação de mercadorias.</i>
39) Quais os impactos que a empresa sofreu com a crise causada pela Pandemia (COVID-19/2020)? Há como mensurar em números?
<i>Por ser uma empresa com duas linhas de produtos, os impactos foram distribuídos, tanto em mercadorias para revenda, quanto em mercadorias para consumo industrial. (Calçados femininos e calçados de segurança.</i>

